

A PARAFRASE COMO RESSONANCIA INTERDISCURSIVA

NA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO DE LINGUA

-O Caso do Espanhol Riopratense-

por

SILVANA MABEL SERRANI

este exemplar é a redação final da tese
defendida por SILVANA MABEL

SERRANI

aprovada pela Comissão Julgadora em

12/12/91.

PROF. DR.ª ENI DE LOURDES PULCINELLI ORLANDI

ORIENTADORA

Tese apresentada ao
Departamento de Lingüística
do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade
Estadual de Campinas-UNICAMP,
como requisito parcial para
obtenção do título de
Doutor em Ciências.

Campinas

1991

Se69p

15379/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

AGRADECIMENTOS

Eu aprendi Análise de Discurso com Eni Orlandi. Meu agradecimento a ela excede ao de sua orientação para esta Tese. Em doze anos de trabalhos, dentre os quais consta também o de sua orientação para meu Mestrado, recebi estímulo, desafio intelectual e amizade.

Também agradeço

a Jorge B. Rivera, pelas importantes indicações bibliográficas e valiosas discussões nas minhas viagens a Buenos Aires;

a Cláudia Lemos e Angela Kleiman, pela leitura cuidadosa da versão preliminar deste trabalho. Em particular, os comentários sobre a estrutura da Tese e o incentivo constante de Angela e o desafio teórico das observações de Cláudia;

a Jacqueline Authier, o envio de bibliografia atualizada sobre o tema da paráfrase e suas observações a respeito do alcance da análise, face os registros imaginário e simbólico;

a Armando Infante, suas discussões sobre metodologia científica e sua colaboração no levantamento bibliográfico;

aos que me ajudaram na obtenção de materiais que integraram o corpus da pesquisa, dentre eles, especialmente, Marcelo Serrani, Alicia Zaina, E. Cataldo -da Biblioteca do

Congresso da Nação Argentina- e os referencistas da Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, da Biblioteca Nacional e da Biblioteca do Colegio Nacional Buenos Aires.

aos meus colegas; docentes do Departamento de Lingüística Aplicada do IEL - UNICAMP, que apoiaram meu trabalho;

a todos aqueles que colaboraram, direta ou indiretamente, para que eu pudesse realizar esta pesquisa; particularmente, a Ney Moraes Filho, pela sua dedicada revisão do português, a tradução de seqüências do corpus e o apoio em questões de informática;

last, but not least!, a Mauro Mendes Dias, pelo inefável do que tanto falei enquanto redigia esta Tese.

A PARAFRASE COMO RESSONANCIA INTERDISCURSIVA NA CONSTRUÇÃO
DO IMAGINÁRIO DE LINGUA -O Caso do Espanhol Riopratense-

Autora: SILVANA MABEL SERRANI

Orientadora: ENI PULCINELLI ORLANDI

RESUMO

Nesta tese é articulado o tratamento de dois temas principais. Um deles, de natureza teórica, consiste no reexame, à luz dos desenvolvimentos recentes da Análise do Discurso, da problemática da paráfrase, em sua relação com a configuração do registro imaginário. O outro tema, de abordagem predominantemente analítica, é o estudo da discursividade da polêmica sobre a língua acontecida na região do Rio da Prata no momento em que se consolidou o projeto organizativo da nação argentina. Neste estudo, analisando especificamente o papel da paráfrase na configuração do imaginário de língua, focaliza-se como se processa o fenômeno da enorme imigração européia que teve lugar na época.

Partindo da distinção dos processos parafrástico e polissêmico, destacada por E. Orlandi como sendo o fundamento da produção de linguagem, é apresentada a proposta de conceber a paráfrase como ressonância interdiscursiva de significação, que tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido. Para explicar seu funcionamento no discurso, propõe-se a elaboração de

esquemas interdiscursivos de repetibilidade (EIR), que dizem respeito a ressonâncias construídas em torno de unidades específicas -tais como frases nominais ou itens lexicais- e de modos de dizer.

A hipótese geral que norteia o trabalho está baseada nas noções de contradição intrínseca, derivada e extrínseca, conforme entendidas por M. Foucault. Essa hipótese afirma que os EIR do saber da formação discursiva oligárquica formam-se -produzindo um jogo metafórico entre língua e nação- em contradições intrínsecas e derivadas que funcionam apagando/neutralizando a contradição extrínseca fundamental com o saber das formações discursivas imigrantes.

Operando com esses conceitos e ligando-os a recursos metodológicos decorrentes das noções de domínios de memória, de atualidade e de antecipação, é estudado o discurso sobre a língua, na polémica acima referida. As ressonâncias interdiscursivas são analisadas em torno das frases nominais la cuestión e nuestra lengua, dos modos de dizer (a) indeterminado para ações avaliatórias e/ou programáticas, (b) marcado pelo causativismo e (c) de tom casual.

A partir da análise, são diferenciadas três modulações na formação discursiva oligárquica argentina. Também são depreendidas conseqüências sócio-históricas vinculadas à concepção de imaginário de língua.

I N D I C E

	Página
CAPITULO 1. INTRODUÇÃO	4
Notas	29
PRIMEIRA PARTE	39
CAPITULO 2. EPOCAS NO DESENVOLVIMENTO DA ANALISE DO DISCURSO	41
A) Os Inícios da Análise do Discurso: AD-1	42
B) As Noções de Formação Discursiva e Interdiscurso na AD-2	47
C) O Primado da Alteridade na AD-3	53
Notas	56
CAPITULO 3. PRINCIPAIS MODELOS DE ABORDAGEM LINGUISTICA DO FENOMENO PARAFRÁSTICO	57
A) Sinonímia-Identidade	59
B) Não Sinonímia	63
C) Sinonímia-Equivalência	66
Notas	72
CAPITULO 4. SOBRE O LUGAR E A DEFINIÇÃO DA PARÁFRASE NA ANALISE DO DISCURSO	74
A) Da Noção Harrisiana de Equivalência à Concepção Histórico-Discursiva de Paráfrase	75
B) A Problematização da Evidência do Sentido e do Sujeito e os Funcionamentos Parafrásticos	81
C) Dispersão, Heterogeneidade e Paráfrase	85
Notas	92

SEGUNDA PARTE	93
CAPITULO 5. PARÁFRASE: RESSONANCIA DE SIGNIFICAÇÃO E ESQUEMA INTERDISCURSIVO DE REPETIBILIDADE	95
A) Uma Concepção Não Binarizante do Fenômeno	96
B) Paráfrase e Noções Afins	98
C) Paráfrase como Ressonância Interdiscursiva	103
Notas	109
CAPITULO 6. MODOS DE COMPOSIÇÃO DO CORPUS EM PESQUISAS DE ANÁLISE DO DISCURSO	111
A) Critérios de Exaustividade, Representatividade e Homogeneidade na AD	112
B) Diferentes Tipos de Corpus	115
C) Sequência Discursiva de Referência, FDR e Domínios de Memória, Atualidade e Antecipação	119
Notas	127
CAPITULO 7. A DISCURSIVIDADE DE UMA POLEMICA CRUCIAL SOBRE O ESPANHOL RIOFRATENSE: CORPUS E HIPÓTESE GERAL	128
A) O Corpus desta Pesquisa	129
B) Sobre as Condições de Produção	140
C) Hipótese de Trabalho	151
Notas	154

CAPITULO 8. MOMENTOS FUNDAMENTAIS DA ANALISE	158
A) Ressonâncias de Significação em Torno da FN La Cuestión e do Modo de Dizer Indeterminado	167
B) Ressonâncias de Significação em Torno da FN Nuestra Lengua	202
C) Ressonâncias de Significação em Torno do Modo de Dizer Marcado Pelo Causativismo	217
D) Ressonâncias de Significação em Torno do Modo de Dizer de Tom Casual	225
E) Voltando à Teoria em Uma Espiral da Análise: a Noção de Imaginário	235
Notas	241
CAPITULO 9. CONCLUSÕES	244
Notas	258
APENDICE A	259
APENDICE B	278
BIBLIOGRAFIA CITADA	309
A) Materiais Correspondentes a Estudos da Linguagem	310
B) Materiais Correspondentes ao Estudo das Condições de Produção da Polêmica sobre o Espanhol Riopratense e Materiais Complementares	322

C A P I T U L O 1

I N T R O D U Ç A O

A concepção de linguagem que sustentou o surgimento da escola francesa de Análise de Discurso (AD), em meados da década de 60, supunha a adesão a dois pressupostos teóricos básicos, que hoje continuam vigentes nos trabalhos mais recentes da área. Eles são:

1) rejeição de toda metalingua universal inscrita de modo inato na mente humana;

2) rejeição da existência de um sujeito intencional como origem enunciativa de seu discurso (cf. M. Fêcheux, 1990a:

¹ 311) . Além do mais, sua atitude heurística tem sido sempre a de manter um antipositivismo radical nos estudos da linguagem ² . Essa atitude concretizou-se, basicamente, em uma oposição à evidência (não teorizada) dos "dados" ³ , manifestada, desde o começo, na concepção de discurso. Nesta perspectiva, uma seqüência linguística pode ser definida como discurso somente com referência às condições de sua produção, entendidas como as relações de forças e de sentidos em que a seqüência foi produzida (cf. M. Fêcheux, 1969: 14). Essa concepção de discurso.

juntamente com a teoria e o método desenvolvido em consonância com ela, marcam a diferença entre esta linha de pesquisa e as que vêem o discurso como soma de frases e sua análise como a extensão, para seqüências linguísticas maiores, dos procedimentos segmentais que no escopo do Distribucionalismo se aplicava na análise de frases .⁴

Uma das principais condições de possibilidade da Análise do Discurso radica na repetição⁵. E um dos modos exemplares de realização desta é a paráfrase. Não surpreende, portanto, que nos principais trabalhos da área a noção de paráfrase tenha ocupado, com freqüência, um lugar central (cf., por exemplo, M. Pécheux, 1988 -1a. ed. em 1975-; E. Orlandi, 1981; J.J. Courtine, 1981; S. Bonnafous, J. Léon, J.M. Marandin e M. Pécheux, 1990 -1a. ed. 1982-). Apenas com a finalidade de exemplificar introdutoriamente esse destaque que a paráfrase tem tido na construção conceitual da AD, lembremos⁶ que um dos modos de definir formação discursiva (FD), noção muito

importante no desenvolvimento desta perspectiva teórica, é a de ser um espaço de reformulação-paráfrase (cf. M. Fécheux, 1988: 172)⁷; lembremos, também, que no dispositivo experimental de análise, já na versão automática, a partir da aplicação da análise discursiva a um conjunto de seqüências obtinham-se domínios semânticos, que eram entendidos como classes de parafraseamento⁸.

Ora, ainda que à paráfrase tenha sido reservado sempre um lugar de relevância, principalmente nas análises, como observam M. Fécheux et alii (1990: 274-275), ela em si mesma tem sido insuficientemente estudada e, em consequência, às vezes, tem predominado uma concepção ingênua do fenômeno. Daí decorre a principal motivação, porém não a única, de meu interesse por um estudo aprofundado do tema. Uma outra motivação provém de sua intervenção fundamental para a abordagem de diversas problemáticas em diferentes áreas dos estudos da linguagem. Domínios tais como a aquisição de segunda língua, a teoria da

tradução, ou a produção de textos no ensino de língua materna são alguns dos campos onde tenho me defrontado, também, com usos pré-tedóricos da noção de paráfrase. O trabalho nesses domínios constituiu mais um estímulo para re-examinar a natureza e funcionamento do fenômeno parafrástico.

Outrossim, com o intuito de realizar o movimento à prática, fundamental na atividade heurística, resolvi articular este estudo da repetição, no específico do parafrástico, a uma outra problemática de meu interesse: o estudo do discurso sobre a língua, no caso, o espanhol riopratense. Será focalizado, para tanto, o estudo da discursividade da importante polêmica sobre a língua acontecida tendo como epicentro Buenos Aires, na época em que Argentina se alicerçou como nação. O propósito é estudar o papel da paráfrase na configuração do imaginário de língua. A seguir, nos ocuparemos com detalhe de questões gerais relativas a polêmicas sobre o espanhol de América e de questões específicas das condições em que teve lugar a polêmica que será objeto principal desta pesquisa. Deter-nos um pouco no tratamento dessas

questões permitirá evidenciar as múltiplas dimensões e decisivas repercussões do assunto.

As polémicas sobre a unidade e diversidade da língua espanhola tem ocupado lugares de destaque em boa parte dos debates lingüístico-filológicos - e intelectuais em geral - relativos à problemática da identidade latino-americana, às questões específicas da relação entre Hispano e Luso-América⁹, e, também, às posições adotadas, em política educacional, sobre a pedagogia de línguas, tanto no Brasil quanto em países hispano-americanos. Nessas discussões tem havido eixos temáticos recorrentes ao longo dos últimos dois séculos. Dentre os mais relevantes, temos: a) as hipóteses sobre um possível paralelo com o processo de fragmentação lingüística da România; b) a posição respeito do purismo propugnado pelo academicismo lingüístico; c) a questão do idioma nacional¹⁰. A seguir, especificarei em que consistem esses eixos e apresentarei alguns exemplos significativos.

a) As hipóteses sobre a correspondência com a fragmentação da România provinham da seguinte analogia : o latim está para o espanhol, como o espanhol está para o argentino, mexicano, peruano, etc. (cf. A. Houaiss, 1986: 43). Essa analogia, evidentemente mecanicista, foi sustentada, com freqüência no período de auge do positivismo, por filólogos importantes como A. Bello e R. J. Cuervo. Uma série de traços pareciam aparentar a situação do "mundo hispano-falante" à da România da Baixa Idade Média: a ampla extensão da área colonizada e a presença de fronteiras naturais delimitando sub-regiões ; a variedade da língua dos conquistadores conforme suas diversas regiões de origem na península ibérica; a presença de diferentes "substratos lingüísticos" ¹¹ ; a diferença cronológica no que se chamou "colonização intensiva" de grandes regiões ; o desnível no grau de desenvolvimento cultural dos diferentes centros de expansão colonizadora (cf. C. Magis, 1986: 470).

Os contra-argumentos mais conhecidos foram: malgrado a imensidão das terras conquistadas e a abundância de demarcação interna por meio de barreiras naturais, as diferentes regiões da América, por causa da política de colonização que favorecia a mobilidade dos conquistadores, não estiveram totalmente incomunicadas. A heterogeneidade da procedência dos espanhóis estava atenuada pelo fato de que até o domínio de Carlos I em Castela, a conquista e colonização do "Nuevo Mundo" era uma "questão castelhana", o que dificultava que os aragoneses, navarros, vascos, catalães, galegos e leoneses viajassem

12

massivamente a América. Quanto à variedade de línguas indígenas, a hipótese da fragmentação foi tratada no quadro das chamadas teorias substratistas. Nesse sentido, muitos estudiosos, tanto de Hispano-américa e Espanha como de importantes centros universitários de outros lugares do mundo dedicados a estudos hispânicos, tem se preocupado em questionar os enfoques predominantemente lexicalistas por terem caído em uma procura forçada de indigenismos ou de comparações fonético-fonológicas realizadas sem conhecimento apurado das línguas e culturas

13

indígenas envolvidas (cf. Fontanella de Weimberg, 1976: 15-
14
25) . Em relação ao tempo que levou a colonização, mesmo na
perspectiva dessas abordagens mecanicistas, a hipótese não se
sustenta, pois a duração dos tempos de conquista na România e na
chamada primeira colonização da América difere notavelmente. E,
quanto à diversidade de desenvolvimento nos diferentes centros, o
favorecimento das migrações teria dificultado o isolamento de
regiões e, portanto, a chamada fragmentação lingüística.

b) A questão do purismo/antipurismo lingüístico emerge
mais nitidamente na terceira década do século XIX, ligada ao
movimento questionador, por parte dos hispano-americanos, da
relação com a Espanha e sua língua. Esse movimento teve como
principal vórtice a atividade intelectual desenvolvida em Buenos
15
Aires , após o conhecimento do ideário romântico (cf. B. Sarlo,
1979: II e III; e E. Romano, 1983: 9-15). Conforme a proposta
romântica de expressar uma cultura propriamente americana, os
expoentes mais destacados dessa corrente estética e de

pensamento, questionando as tradições da época colonial que ainda persistiam na década de 1830, propugnavam estender ao domínio cultural a independência já acontecida no âmbito político-militar. Nesse contexto, foram significativas as discussões acontecidas no espaço cultural denominado 'Salón Literario' ¹⁶ em cuja inauguração (1837) um dos textos lidos, "Fisionomia del saber español: cual deba ser entre nosotros" de Juan M. Gutiérrez constitui um ponto de saliência ¹⁷ no trajeto temático ¹⁸ da questão do purismo/antipurismo lingüístico, nas produções mais importantes da ensaística relativa ao espanhol de América. Outrossim, cabe lembrar que por causa do momento político (governo de Juan M. de Rosas), muitas dessas discussões continuaram desenvolvendo-se em outros países, aos quais os opositores ao regime rosista se dirigiram. Um exemplo disso é a famosa polémica sobre a linguagem, acontecida no Chile em 1842, entre Domingo F. Sarmiento ¹⁹ e Andrés Bello ²⁰. Nessa controvérsia, D.F. Sarmiento, em *El Mercurio*, defendeu as idéias românticas de liberdade idiomática e A. Bello replicou criticando

a "degradação do castelhano" por causa da introdução de palavras estrangeiras que configuravam o que ele chamava de "degeneração do castelhano em dialeto franco-espanhol" (cf. S. Zanetti e M. B. Pontieri, 1980: 368-371). A questão do purismo/antipurismo voltou a tona também no momento da importante polémica sobre a língua acontecida em Buenos Aires em fins do século XIX e começos do XX, que contou com ecos importantes também em Espanha. Limitemo-nos, por ora, a lembrar que três textos escritos por Miguel de Unamuno em 1899 levavam o significativo título: "Contra el purismo" (I,II,III). No decorrer deste século, podemos observar três ressurgimentos destacáveis da questão nas réplicas de dois escritores famosos e um crítico importante, a saber: 1) as contestações de Jorge Luis Borges, em "El idioma de los argentinos", conferência pronunciada em 1927 e em "Las alarmas del Dr. Américo Castro", texto de 1941, escritos como respostas para as tentativas de reviver o afã purista por parte de Arturo Capdevila e de Américo Castro²¹; 2) a réplica de Roberto Arlt²² no jornal **El Mundo** às apreciações de R. Monner Sans feitas em **El Mercurio** de Santiago de Chile; e 3) a réplica de Oscar Masotta,

publicada na revista *Contorno* , na década de 50, a um texto de Jorge Vocos Lescano publicado na revista *Insula*, de Madri. Finalmente, no campo específico da produção filológica, cabe mencionar que as teses de Amado Alonso (cf., por exemplo, *Castellano, español, idioma nacional: Historia espiritual de tres nombres*, 1943) e de A. Rosenblat (cf. *Nuestra lengua en ambos mundos*, 1971) são exemplos de posições antipuristas.

c) A questão do idioma nacional é central na polémica sobre a língua falada na região sul-americana do Rio da Prata ²⁴, acontecida na conjuntura sócio-histórica da concretização do projeto de "Organização Nacional" em Argentina, ou seja, nas décadas em torno da passagem do século XIX ao XX ²⁵.

A partir de 1880, concretizou-se o projeto liberal que havia sido traçado basicamente pela geração anterior ²⁶ e que consistiu, em boa parte, na realização do famoso lema alberdiano "governar é povoar" ²⁷, articulado ao modelo económico de

importação de capitais (na forma de empréstimos e investimentos). Nesse ano, após a realização da chamada campanha ao deserto e da federalização de Buenos Aires ficaram dadas as condições para a implementação efetiva desse modelo político-econômico. A campanha consistiu em expedições para delimitar o território nacional, que provocaram a destruição das tribos indígenas. As lutas foram comandadas por Julio A. Roca ²⁸ (quem imediatamente depois foi o presidente argentino entre 1880 e 1886, e mais tarde, em um novo mandato, entre 1898 e 1904). A federalização de Buenos Aires, que fez com que a partir de 1880 essa cidade passasse a ser a capital do país, evitou a divisão da nação. Esta separação poderia ter sido causada pelos desejos de autonomia do estado mais rico (Buenos Aires). Mas, embora o estado tenha "perdido" a cidade, conforme observa H. Alimonda (1982: 66): "a força de Buenos Aires se potencia frente à desunião de seus oponentes (...) a unificação nacional se alcança mediante uma extensão da hegemonia de Buenos Aires sobre o resto do território nacional".

Assim, nessas décadas de virada do século, a historiografia constata (cf., por exemplo, J. Panettieri, 1986: 127-132) a transformação da Argentina, de um país economicamente pastoril, despovoado e fragmentado politicamente, em uma nação que, fortemente integrada ao mercado mundial como uma das maiores produtoras de bens agrícolas, apresentava sinais de expansão em todos os setores sócio-econômicos e culturais. Ora, essa grande prosperidade, que foi vista freqüentemente como ilimitada por seus contemporâneos, não se traduziu, porém, em um desenvolvimento efetivo e duradouro.

Esse projeto organizativo de país implementado na época é, obviamente, um elemento fundamental nas condições de produção das seqüências discursivas que integram a referida polémica acontecida na passagem de século. Assim, um dos fundamentos para escolhê-la como objeto de estudo para esta Tese radica em que procurar entender os limites e contradições desse projeto nacional tem se tornado fundamental para melhor compreender a

1

formação da sociedade argentina e boa parte de seus problemas atuais. Nesse sentido, considero que uma pesquisa no escopo dos estudos da Linguagem pode vir, proficuamente, a trazer contribuições específicas ao crescente número de trabalhos sobre esse período da história argentina, realizados em outras áreas .

29

O interesse pelo estudo das polêmicas e suas implicações decorre, também, de uma peculiaridade do processo histórico argentino a esse respeito. Diferente do acontecido no resto de Hispano-américa "o progresso argentino é a encarnação, no corpo da nação, do que começou sendo um projeto formulado nos escritos de alguns argentinos" (T. Halperin Donghi, 1982: 7-8) .

30

O autor comenta também o fato de não haver equivalente, fora da Argentina, para o debate em que Sarmiento e Alberdi, esgrimindo como única arma suas publicações , disputam a paternidade da etapa histórica que possibilita a sanção da Constituição de 1853.

31

Um fator que, pelas implicações de todas as ordens, constituiu um dos fenômenos sociais de maior repercussão no Cone

Sul latino-americano foi, sem dúvida alguma, a enorme imigração
européia ³². Sua magnitude em relação à população nativa foi uma
das maiores acontecidas no mundo. Observando os dados dos censos
de 1869, 1895 e 1914, podemos ter uma apreciação quantitativa
sobre sua dimensão: No primeiro censo, o número de imigrantes
registrado era de aproximadamente 210.000; no segundo censo essa
quantidade tinha quase quintuplicado; e em 1914, eram mais de
2.300.000 (cf. J. A. Pérez Amuchástegui, 1984: 383; J. Panettieri,
1986: 91 e 179, G. Onega, 1982: 10-11 e E. Scarzanella, 1983: 8-
9). O fenômeno migratório provocou uma reconfiguração crucial do
espanhol riopratense dessa época, o que motivou, também,
interessantes realizações de discurso sobre a língua.

Disse, no começo, que me interessa estudar o papel dos
funcionamentos parafrásticos na constituição do imaginário de
língua. Dadas as profundas relações que o imaginário tem com o
simbólico, a abrangência de problemas a que eles dizem respeito e
os diversos tratamentos que eles têm recebido em abordagens de

diferentes disciplinas (cf., por exemplo, C. Castoriadis, 1986: 154-197 ou J. Laplanche e J. B. Fontalis, 1986: 304 e 624-628), faz-se necessário delimitar o ângulo de enfoque para o tema. Por enquanto, cabe antecipar que na perspectiva de Análise do Discurso a dimensão imaginária é entendida de modo radicalmente oposto aos de abordagens teóricas baseadas no Positivismo e no Empirismo. Essas correntes de pensamento, convertidas freqüentemente em senso comum, sustentam que há uma oposição entre "o realmente existente" e "o imaginário", sendo este último aquilo do que há de se preservar. O imaginário é temido pelo Positivismo, e, como diz A. Sercovich (1977: 31), esse temor impede pensá-lo. Um dos primeiros em abordar, da perspectiva filosófica, o problema do imaginário como semiótico foi J. P.

33

Sartre . Ele caracterizava como imaginários aqueles objetos que constituiriam substitutos analógicos de realidades ausentes. Em uma perspectiva discursiva, tal como a adotada nesta Tese, o imaginário não corresponde a um determinado domínio de objetos, mas está inalienavelmente presente em todo material significativo, pois a própria produção deste último acontece baseada em imagens

que permeiam todo o processo de significação .

O objetivo teórico principal desta Tese é, então, reexaminar, à luz dos trabalhos mais recentes da Análise do Discurso, a natureza e o funcionamento da paráfrase, em sua relação com a configuração do registro imaginário. Um outro objetivo concomitante é o estudo da discursividade da polémica sobre o espanhol riopratense acontecida no momento em que se consolidou o projeto organizativo da nação argentina. Especificamente, analisando o papel das paráfrases na configuração do imaginário de língua, trata-se de analisar como se processou o fenômeno da imigração européia.

Sintetizarei, então, o que mais tarde será discutido em pormenor com a finalidade de atingir esses objetivos.

Na primeira parte da Tese, após situar o quadro teórico-metodológico em que se inscreve esta pesquisa -o que será

feito no capítulo 2- será necessário organizar a problemática teórica da paráfrase, a fim de evidenciar o ângulo escolhido para tratar o tema. Assim, o capítulo 3 estará dedicado à apresentação de um exame global das abordagens do fenômeno desenvolvidas na Linguística. No capítulo 4 será especificado o tratamento do tema na Análise do Discurso.

A segunda parte começará com a apresentação da proposta teórica que defendo nesta Tese para o estudo da paráfrase. Assim, o capítulo 5 inicia-se com esclarecimentos terminológico-conceituais no sentido de assumir que a entendo como uma relação semântica que:

a) não pode ser determinada a priori, por não ser uma propriedade intrínseca das frases;

b) não é estável, nem universal para todos os membros de uma comunidade linguística, por não ser o consenso mas, predominantemente, o malentendido, o confronto entre os sujeitos o que caracteriza a produção de sentidos na e pela linguagem.

Fortanto, tomo como importante referência a distinção que E. Orlandi destaca como sendo o fundamento da produção de linguagem: a dos processos parafrástico -"retorno constante a um mesmo espaço dizível"- e polissêmico -deslocamento, ruptura, emergência do diferente, da multiplicidade de sentidos- (1983: 126). Nesse sentido, é de crucial importância salientar que o jogo desses processos atua o tempo todo na produção de linguagem. E somente levando em conta esse jogo constante que a ênfase no estudo de um deles, como é aqui o objetivo dominante de estudar o parafrástico, pode ser realizada.

A proposta que, para aprofundar a caracterização da paráfrase nesse escopo, apresentarei no capítulo 5 é a de concebê-la como ressonância interdiscursiva de significação que tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido. Para isso, após distingui-la da reformulação, da co-referência, da anáfora e da glosa, especifico que pode haver ressonâncias interdiscursivas de significação em torno de unidades específicas

e de modos de dizer. Para explicar o funcionamento dessas ressonâncias no discurso, a proposta está baseada na elaboração do que denomino esquemas interdiscursivos de repetibilidade (EIR), com o intuito de explicar as relações e funcionamentos das formas repetidas, no discurso. É preciso salientar que por causa de exigências da linearidade da exposição estas considerações antecedem a análise. No entanto, o desenvolvimento da proposta teórica resultou de um trabalho em espiral, em que teoria e análise se inspiraram mutuamente.

O capítulo 6 estará dedicado a considerações teórico-metodológicas relativas aos modos de constituição do corpus nas pesquisas em Análise do Discurso, destacando a referência ao trabalho de J. J. Courtine (1981) por ser importante para a elaboração dos esquemas interdiscursivos de repetibilidade. Esse autor, baseando-se na reflexão foucaultiana sobre o papel da memória no discurso, propõe levar em conta os domínios de memória, de atualidade e de antecipação no estabelecimento de uma

seqüência discursiva de referência (sdr), que será a seqüência a partir da qual se organizam as restantes do corpus. Ela depende da formação discursiva de referência (FDR), que é a formação dominante na rede de formulações em que se constitui o saber de uma FD, em um processo discursivo determinado.

No capítulo 7 encontra-se detalhada a composição do corpus para meu estudo da discursividade da polêmica sobre o espanhol riopratense, na passagem do século XIX ao XX. Nesse capítulo, enuncio, também, a hipótese de trabalho que norteou a pesquisa sobre como se processou o fenômeno da imigração européia nesse discurso sobre a língua. Para dita hipótese foram fundamentais a concepção de contradição exposta por M. Foucault na *Arqueologia do Saber* e a visão que E. P. Thompson tem da classe como fenômeno histórico. Assim, tomando como FDR a formação discursiva que denomino oligárquica, formulo a seguinte hipótese: os esquemas interdiscursivos de repetibilidade do saber da formação discursiva oligárquica formam-se -produzindo um jogo

metafórico entre língua e nação- em contradições intrínsecas e derivadas que funcionam apagando/neutralizando a contradição extrínseca fundamental com o saber de formações discursivas imigrantes.

O capítulo 8 estará destinado a expor momentos fundamentais da análise e resultados da mesma. Seguindo o procedimento que consiste, esquematicamente, em: (1) escolher formulações de referência no intradiscurso das seqüências analisadas; (2) considerar os contextos intradiscursivos; (3) explorar os domínios interdiscursivos da formação discursiva de referência; (4) elaborar esquemas interdiscursivos de repetibilidade e (5) retornar ao intradiscurso, com a finalidade de articular os planos inter e intradiscursivo. Assim, será exposta a análise de ressonâncias de significação em torno (a) de duas unidades específicas, a saber: as frases nominais *la cuestión e nuestra lengua* e (b) de três modos de dizer: indeterminado para enunciações avaliatórias e/ou programáticas; marcado pelo causativismo e de tom casual.

Dado que não é objetivo da análise evidenciar a relevância de autores individualizados, mas estudar a discursividade no seio de uma FDR, a quantidade de ressonâncias de uma mesma autoria não autoriza concluir sobre uma maior ou menor importância de um dado enunciador. Um ponto a destacar é que, no decorrer da análise que é exposta nesse capítulo, a noção de imaginário foi adquirindo uma importância decisiva. Antes de apresentar considerações finais sobre a análise, nos ocuparemos do tema, teoricamente e em sua articulação com a proposta de elaboração de esquemas interdiscursivos de repetibilidade.

No capítulo 9 serão expostas as conclusões. Nele serão feitas observações sobre consequências decorrentes da concepção de paráfrase assumida e suas implicações na pesquisa sobre o imaginário de língua.

Para finalizar esta Introdução farei umas observações

técnicas relativas à apresentação das seqüências na análise: a) as formulações extraídas do corpus e reproduzidas no interior dos capítulos da Tese constarão no original, ou seja em espanhol; b) a grafia foi em todos os casos atualizada à vigente hoje ³⁵; c) quando houver grifos dos autores das seqüências que integram o corpus, elas aparecerão sublinhadas; d) quando se tratar de destaques necessários para a exposição da análise, estarão em negrito; e) a versão em português de todas as formulações citadas no corpo da Tese encontram-se no Apêndice B.

NOTAS DO CAPITULO I

1. As datas e páginas das referências bibliográficas correspondem às das edições utilizadas. Informações sobre a data da primeira edição de cada obra ou sobre a existência de edição em português encontram-se na Bibliografia.
2. Paul Henry, comunicação pessoal, setembro de 1989.
3. Empregamos o termo "dados" entre aspas para lembrar que em *Análise do Discurso* trabalha-se com a noção de **fato**, para incluir a consideração do acontecimento que acarreta toda produção de linguagem. Trabalhos inaugurais sobre a passagem da noção de dado para a de fato lingüístico são os de M. Pêcheux, 1983, P. Henry, 1984 e J.C. Milner, 1984.
4. Discussões detalhadas sobre os deslocamentos teórico-metodológicos entre esta perspectiva e as distribucionalistas encontram-se em M. Pêcheux, 1969: 8-23, G. Provost-Chauveau, 1971, J. Guilhaumou e D. Maldidier, 1979 e E. Orlandi, 1983: 88-103. Exemplos dos diferentes modos de abordagem podem ser encontrados na Tese de

Mestrado que defendi na UNICAMP em 1984.

5. Cf., a esse respeito, J. M. Marandin e J. J. Courtine, 1981.
6. Com J. J. Courtine, 1981: 95.
7. Esse e outros trabalhos sobre o tema serão discutidos em detalhe ao longo da Tese, cf., principalmente, capítulos 2 e 4.
8. Esses conceitos e procedimentos serão tratados detidamente nos capítulos 2, 4 e 6.
9. Antônio Cândido de Mello e Souza, em sua conferência "Caminhos para a Aproximação Latino-Americana" -proferida na inauguração do Segundo Congresso Brasileiro de Língua Espanhola no Brasil (São Paulo, USP, 1987)- tratou brilhantemente desse tema. Resenhei essa exposição em um trabalho de 1988 (cf. Bibliografia).
10. Eles não são excludentes. A distinção apontada refere-se ao grau de ênfase ou de centralidade que eles tem tido em diferentes controvérsias sobre o espanhol de América.
11. Mantemos aqui a terminologia própria de correntes

filológicas para denominar as línguas dos povos indígenas invadidos, por ser essa a perspectiva existente em muitos dos casos em que era esgrimida a hipótese do paralelo com a România.

12. O mesmo não aconteceu, entretanto, com os andaluzes - numerosos na região do Rio da Prata- provindos do sul da Espanha, dos territórios reconquistados dos árabes, e repovoados através de migrações que tinham tido sua origem em Castela.

13. Cf., por exemplo: M. Wagner, 1949, *Lingua e dialetti dell'America Spagnola*, Florença; A. Alonso, 1953, *Estudios lingüísticos. Temas hispanoamericanos*, Madri, Gredos; B. Malmberg, 1959: "L'extension du castillan et le problème des substrats", *Actes du Colloque International de Civilization, Literature et Langues Romanes*, Bucarest; B. Malmberg, 1970: *La América hispanohablante*, Madri, Istmo; A. Rosenblat, 1964: "La hispanización de América. El castellano y las lenguas indígenas desde 1492" em *Presente y futuro de la lengua española*, Madri, pp. 189-216; J. M. Lope Blanch,

1968: "Hispanic dialectology" em *Current Trends in Linguistics IV*, Haia, Mouton, pp.106-157.

14. O tema das marcas das línguas indígenas presentes no espanhol da América é de grande complexidade e abrangência. Não é o caso aqui de nos ocupar dessa discussão detalhadamente. Ele é mencionado somente para mostrar como era introduzido em relação à hipótese de fragmentação lingüística.
15. Entretanto, ele não foi exclusivo da intelectualidade riopratense. Vide, por exemplo, a obra de Ricardo Palma - autor de *Neologismos y americanismos no Perú*; ou a de Rufino Cuervo - autor de *El Castellano en América* - na Colômbia.
16. O 'Salón Literario' era um espaço cultural situado na livraria de Marcos Sastre em Buenos Aires. Ele funcionava como lugar de encontro de escritores e intelectuais. Entre eles destacavam-se Esteban Echeverría, introdutor do Romantismo na literatura argentina; Juan B. Alberdi, autor de *Bases y puntos de partida para la organización política*

de la República Argentina (ensaio que foi o alicerce teórico da Constituição Nacional de 1853, em vigência até hoje).

17. Bem como suas "Cartas de un porteño", publicadas em 1876 no jornal *La Libertad*, em resposta à crítica recebida, principalmente, por Juan Martínez Villerías. Este último autor atacou a rejeição que J. M. Gutiérrez fez de sua nomeação como membro correspondente da Real Academia Española.
18. Para um tratamento detalhado da noção de trajeto temático, vide J. Guilhaumou, 1991 e 1984, apud N. Goldman, 1985:8 e 1989: 102.
19. Domingo F. Sarmiento (1811-1888) foi um dos principais ideólogos do projeto que cristalizou na Constituição de 1853. Impulsor da educação pública integrada e uma política imigratória e presidente da República entre 1868 e 1874, Sarmiento expôs em sua obra *Facundo* a fórmula 'Civilização ou barbárie', a partir da qual interpretou a realidade

argentina.

20. O venezuelano Andrés Bello (1781-1865) foi educador, jurista, representante diplomático dos governos de seu país, de Chile e da Colômbia em Londres, reitor da Universidade de Chile e autor da famosa Gramática de la lengua castellana de 1847.

21. Essas tentativas tinham sido empreendidas através das obras *Babel y el Castellano* e *La peculiaridad lingüística rioplatense y su sentido histórico* de A. Capdevila e A. Castro, respectivamente.

22. Roberto Arlt (1900-1942) foi um escritor portenho, autor de romances, contos e obras de teatro. Suas populares *Aguafuertes* foram crônicas reflexivas publicadas principalmente no jornal *El Mundo*.

23. Importante revista, aparecida entre 1953 e 1959, que modernizou a crítica literária argentina. Nela colaboraram principalmente David Viñas, Juan José Sebreli, Ismael Viñas, Héctor M. Angeli, Carlos Correas e Oscar Massota. Este último desenvolveu ampla atividade intelectual em vários

domínios. Por exemplo, foi o introdutor das teorias da Psicanálise lacaniana no Cone Sul latino-americano.

24. Região que compreende as cidades de Buenos Aires e Rosário, na Argentina, e Montevideo, no Uruguai, bem como áreas vizinhas a essas cidades (cf. B. E. Vidal de Battini 1966: 75).
25. Nos capítulos 7 e 8 serão apresentados dados detalhados sobre os momentos e participantes da polémica.
26. Ou seja, a geração que poderíamos caracterizar como romântica em suas origens, integrada, entre outros, por D. F. Sarmiento e J. B. Alberdi.
27. Cf. J. B. Alberdi, **Bases y puntos de partida...** (1852), capítulo 31; edição do Centro Editor de América Latina, 1979: 165.
28. Para uma interessante análise, tanto das leis e decretos ditados visando à repartição da propriedade das terras, quanto do modo em que a legislação foi aplicada, vide J. Panettieri, 1986: 122-124, "tras la conquista, el

latifundio".

29. Podem-se mencionar, por exemplo, os estudos de J. Sábato *La clase dominante en la Argentina moderna. Formación y características* (1988), de O. Terán *Positivismo y nación en la Argentina* (1987) e o organizado por G. Ferrari e E. Gallo *La Argentina del ochenta al centenario* (1980).
30. A tradução é minha. Esse será o caso, também, das citações reproduzidas nos outros capítulos desta Tese, quando não houver edição em português.
31. Trata-se das famosas "Cartas Quillotanas, de J.B. Alberdi e *Las ciento y una*, de D. Sarmiento.
32. Com uma finalidade ilustrativa reproduzirei, a seguir, tabelas com dados estatísticos relativos ao fenômeno imigratório na Argentina e no Brasil. Elas estão baseadas em V. Vázquez Presedo (1971, v. I: 26) e em A. Vilanova Villela e W. Suzigan (1973: 263), cf. H. Alimonda, 1982: 353 e 354. A primeira tabela exhibe a população total recenseada, a população estrangeira estimada e a porcentagem de

estrangeiros obtidas para três datas censuais em cada país:

ARGENTINA

Data do Censo	População Total	Número de Estrangeiros	% de Estrangeiros
1869	1 834 700	210 200	11,4
1895	4 094 900	1 004 500	24,5
1914	7 885 200	2 358 000	29,9

BRASIL

Data do Censo	População Total	Número de Estrangeiros	% de Estrangeiros
1890	14 334 000	714 000	7,14
1900	18 200 000	1 296 000	7,12
1920	27 500 000	1 651 000	6,00

A segunda tabela mostra o número de imigrantes ingressados, no Brasil, no estado de São Paulo e na Argentina durante quatro períodos:

Período	Brasil	São Paulo	Argentina
1884/1887	145 880	53 023	400 400
1888/1890	304 054	157 781	527 000
1891/1900	1 129 315	733 335	923 400
1901/1920	1 469 095	857 149	3 462 900

33. Em *Lo imaginario*, Buenos Aires, Losada, 1968.

34. Cf. A. Sercovich, 1977: 32.

35. Na formulação reproduzida em (47), no capítulo 8, mantem-se a grafia do autor que imita a oralidade.

P R I M E I R A P A R T E

Esta primeira parte tem como finalidade situar adequadamente o quadro teórico-metodológico em que se inscreve esta pesquisa e apresentar a problemática da paráfrase, tal como ela tem sido predominantemente abordada pela Lingüística, em geral, e pelos trabalhos desenvolvidos, particularmente, no escopo da Teoria do Discurso.

Assim, o primeiro capítulo, tratará do desenvolvimento da posição teórica e dos procedimentos analíticos fundamentais da Análise do Discurso (AD), nas últimas três décadas; o segundo capítulo estará dedicado aos principais modelos de abordagem lingüística da paráfrase e no terceiro capítulo serão especificados os lineamentos da chamada concepção discursiva dos processos parafrásticos.

C A P I T U L O 2

E P O C A S N O D E S E N V O L V I M E N T O D A

A N A L I S E D O D I S C U R S O

A) Os Inícios da Análise do Discurso: AD-1

Na primeira etapa da Análise de Discurso (AD-1), uma obra que se destaca como centro de referência é a *Analyse automatique du discours* (1969)-AAD-. Nela e nos outros trabalhos dessa época, o processo de produção discursiva é concebido como uma máquina fechada, composta pelo conjunto dos mecanismos formais que produzem um discurso dado em determinadas circunstâncias (cf. M. Fécheux, 1969: 12). Em relação à língua natural, mesmo reconhecendo as limitações da formulação, afirmava-se que seu papel era o de constituir um dado composto por léxico e sistemas fonológicos, morfológicos e sintáticos, que intervinha como lugar material onde se realiza o processo discursivo (cf. M. Fécheux e C. Fuchs, 1975: 16). Quanto à concepção de sujeito, as análises feitas em AD-1 visavam a evidenciar como a máquina discursiva os tornava "servos assujeitados" (cf. M. Fécheux, 1990a: 311).

Em fins da década de 60 e no início dos anos 70, pesquisadores de outras áreas de fora da Linguística colocaram-se o discurso como problema e, como é sabido, muito da produção em AD resultou da concorrência do trabalho com historiadores, filósofos, sociólogos, psicanalistas. Houve, também, no começo, uma relação com os psicólogos sociais, que se marcou por um desentendimento teórico muito forte entre os analistas de discurso e aqueles por causa da posição empirista sustentada pela Psicologia Social.

Um autor de singular importância pela energia intelectual e pela projeção mundial de seu pensamento em diversas áreas das Ciências Humanas foi M. Foucault. Em um artigo de D. Malmidier, C. Normand e R. Robin, um clássico dessa etapa inicial da AD publicado na revista *Langue française* em 1972, as autoras examinam as coincidências e distanciamentos das pesquisas provindas do campo da Linguística, em relação às proposições de M. Foucault. As referidas autoras apontam como um dos pontos

básicos de coincidência com o filósofo o fato de assumir a posição de se opor à evidência (não teorizada) dos dados e de rejeitar uma concepção idealista de sujeito, ou seja a de um sujeito livre, que exprimiria um sentido pré-existente refletindo-o mecanicamente por meio da linguagem. Elas afirmam que o projeto foucaultiano "supõe a pesquisa de um conjunto de regras que definem as condições de possibilidade dos enunciados, os critérios de sua organização, as passagens de uma organização a outra"; ou seja, que "partindo da definição do discurso como 'regularidade de uma prática', trata-se de pesquisar as regras de sua organização interna e as regras de sua articulação às outras práticas discursivas e às práticas não discursivas "(cf. D. Maldidier, C. Normand, R. Robin, 1972: 125). Ao mesmo tempo que havia uma aproximação teórica importante. uma das razões pelas quais acontecia um certo distanciamento da proposta da Arqueologia do Saber, sobretudo na primeira época da AD desenvolvida por M. Pêcheux e sua equipe, devia-se a que, como observam as três autoras citadas, Foucault -situando-se em um

nível muito geral, elide, na formação do enunciado, o problema da relação das sistematicidades lingüísticas às regras históricas de formação. "A Arqueologia situa-se a um só tempo aquém e além da Lingüística (atual e/ou por vir): aquém, no nível pré-discursivo da emergência dos enunciados; além, no nível das correlações de enunciados já formulados" (cf. ibidem: 126). Ao contrário, na linha de trabalho inaugurada a partir da AAD de M. Pécheux houve sempre uma preocupação constante em construir uma Análise do Discurso que, contribuindo a problematizar a concepção clássica de Linguística e questionando a extensão dos limites de seu domínio, tivesse como componente fundamental o trabalho no nível lingüístico¹ do enunciado.

Uma outra elisão que pode ser apontada na concepção foucaultiana - e que para a perspectiva de AD sustentada por M. Pécheux foi crescendo em importância ao longo do desenvolvimento da teoria- é a não consideração do funcionamento do significante em sua lógica própria. "Foucault permanece fora, tanto das

pesquisas da Semiologia quanto da Psicanálise (ainda que ele fale em um 'cruzamento' da Arqueologia com a Psicanálise " (cf. ibidem: 126), o que não acontece com a AD desenvolvida na linha de M. Fêcheux, sobretudo em sua terceira época. Mais adiante voltaremos aos modos de incidência do pensamento de Foucault, ao tratarmos das etapas posteriores da AD. A seguir, nos ocuparemos das consequências que a posição teórica predominante na primeira etapa da AD trazia em relação aos procedimentos analíticos.

O corpus, era concebido, em geral, como um conjunto fechado, composto por seqüências selecionadas freqüentemente em torno de uma palavra-chave, em condições de produção definidas como homogêneas e estáveis. A análise lingüística era realizada previamente à análise discursiva e se, de um lado, aquela era condição indispensável para a consecução desta última, de outro, a análise lingüística era entendida como uma operação relativamente autônoma (cf. M. Fêcheux, 1990a: 312). A fase da análise discursiva consistia em articular de modo interpretativo seqüências do corpus, construindo classes de equivalência. Elas

estabeleciam-se com a finalidade de constituir as proposições de base de um dado processo discursivo . Frequentemente, a interpretação era realizada a partir de uma comparação entre processos discursivos heterogêneos justapostos. Os procedimentos de AD-1 se caracterizavam, então, por ser realizados em etapas pré-fixadas. Em relação ao estudo da alteridade na linguagem, nesta primeira época, "a existência do outro era subordinada ao primado do mesmo" (cf. op. cit.: 313).

B) As Noções de Formação Discursiva e Interdiscurso na AD-2

A segunda época da Análise de Discurso (AD-2) tem como referências bibliográficas destacáveis o artigo "Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours" de M. Pécheux e C. Fuchs (1975), e os livros *Les Verités de La Palice* (1975) e *Le mauvais outil* de P. Henry (1977).

A noção de formação discursiva (FD), herdada de M.

Foucault e redefinida no escopo da teoria de Fêcheux, é crucial nesta segunda etapa. Na realidade, a incorporação dessa noção já havia acontecido anteriormente (cf., por exemplo, C. Haroche, P. Henry e M. Fêcheux, 1971), onde a formação discursiva é definida em relação à noção de formação ideológica. Em se tratando de um dos trechos sobre esta temática crucial para a AD que tem sido retomado em importantes trabalhos posteriores da área, considero pertinente acompanhar mais longamente as palavras dos referidos autores: "dada uma formação social em um momento determinado de sua história, ela se caracteriza, através do modo de produção que a domina, por um estado determinado da relação entre as classes que a compõem; essas relações expressam-se por meio da hierarquia das práticas que esse modo de produção necessita, levados em conta os aparelhos [2] através dos quais se realizam essas práticas; a essas relações correspondem posições políticas e ideológicas, que não são o feitiço de indivíduos mas que se organizam em formações que tem entre elas relações de antagonismo, de aliança ou de dominação. (...) cada formação

ideológica constitui, assim, um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem 'individuais' nem 'universais', mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras. (...) as formações ideológicas assim definidas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam aquilo que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada em uma determinada conjuntura" (op. cit.: 102).

Posteriormente, os autores ressaltam que o essencial é que não se trata somente da natureza das palavras empregadas, mas também, e principalmente, das construções em que essas palavras se combinam, pois as palavras mudam de sentido conforme as posições sustentadas por aqueles que as empregam, isto é: "as palavras 'mudam de sentido' ao passar de uma formação discursiva a outra" (op. cit.: 103).

Ora, é neste segundo período de desenvolvimento da AD

que a noção de formação discursiva se evidencia fundamental, quanto à mudança de concepção do processo discursivo. Nos trabalhos de AD-2 começa a fragmentar-se a idéia de máquina estrutural fechada, na medida em que por meio da noção de interdiscurso irrompe, na análise, "o exterior específico" de uma FD, concebida como constitutivamente composta por elementos que provêm de fora -isto é, de outras FD- e esses elementos fornecem-lhe suas evidências discursivas fundamentais sob forma de pré-construídos e de discursos transversos (cf. M. Fécheux, 1988: 162 e seguintes. e 1990a: 314).

A noção de pré-construído, introduzida por P. Henry (1974)³ remete a uma construção anterior, exterior, em oposição ao que é "construído" pelos enunciados. Conforme observa M. Fécheux (1988: 99), a questão do pré-construído é um dos pontos fundamentais da articulação da teoria do discurso com a Linguística, pois ela remete ao estudo do efeito discursivo ligado ao encaixe sintático. Já o discurso transversal pertence ao

domínio da articulação que "constitui o sujeito em sua relação com o sentido" (cf. *ibidem*: 164). Concebendo o efeito de sentido como relação de possibilidade de substituição entre elementos (palavras, expressões, proposições) no interior de uma FD dada, essa possibilidade de substituição pode tomar a forma de equivalência -possibilidade de substituição simétrica- ou de implicação -possibilidade de substituição orientada. Os famosos exemplos que o autor apresenta (cf. *ibidem*: 165) para ilustrar os dois tipos de substituição são: "triângulo com um ângulo reto / triângulo retângulo" (substituição simétrica); e "passagem de uma corrente elétrica / deflexão do galvanômetro" (substituição orientada). Neste último exemplo a relação entre os substituíveis resulta de um encadeamento (ou conexão) que funciona como se viesse "atravessar" perpendicularmente a seqüência. No exemplo, o discurso transversal poderia ser "a passagem de uma corrente elétrica determina a deflexão do galvanômetro" ou "a deflexão do galvanômetro indica a passagem de uma corrente elétrica". O discurso transversal permite estudar a construção de sentidos a

partir das relações que o sujeito faz da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa, ou seja, com o que tradicionalmente pertence ao domínio da metonímia.

Quanto aos procedimentos analíticos em AD-2, a inovação mais importante consistiu em superar o procedimento de justaposição contrastada para passar a enfatizar a análise da alteridade no "mesmo". Uma proposta de trabalho para essa superação foi a realizada por E. Orlandi (1983), no Brasil, que consistiu em questionar as tipologias discursivas tradicionais, baseando a análise dos discursos no estudo do funcionamento de suas marcas e propriedades em relação aos dois grandes processos que a autora destaca como o fundamento da produção de linguagem: o parafrástico -"retorno constante a um mesmo espaço dizível" (cf. ibidem: 126)- e o polissêmico -deslocamento, ruptura, emergência do diferente, da multiplicidade de sentidos (cf. ibidem) ⁴ .

C) O Primado da Alteridade na AD-3

A denominada terceira fase da Análise do Discurso (AD-3) que se configura na época do Colóquio *Materialités Discursives* (1980, com edição dos trabalhos em 1981) tem como marca distintiva o primado teórico do outro sobre o mesmo. Esse primado da alteridade leva à sua crise máxima a noção de máquina discursiva estrutural e motiva a supressão definitiva do procedimento de análise por etapas pré-fixadas (cf. M. Pécheux, 1990a: 315). Em AD-3 fica definitivamente questionada a pertinência teórica e metodológica de construir empiricamente corpora baseados em garantias sócio-históricas estabelecidas a priori e organizados a partir de tipologias discursivas decorrentes de "homogeneizações artefactuais" (cf. J. J. Courtine e J. M. Marandin, 1981: 22-23). Estas últimas eram as que permitiam, nos trabalhos das primeiras épocas de AD, que o emprego de categorias tais como "discurso socialista", "discurso comunista", "discurso patronal", "discurso sindical", etc. remetesse a espaços discursivos fechados. A nova proposta é a de

uma alternância de momentos de análise lingüística com momentos de análise discursiva. Assim, passa a ser fundamental, na análise, "a incessante desestabilização discursiva do 'corpo' das regras sintáticas e das formas 'evidentes' de seqüencialidade" (cf. M. Fêcheux, 1990a: 316). É importante salientar que elementos decorrentes das análises parciais intervêm em reconfigurações sucessivas do corpus. Dessa forma a produção em espiral dessas reconfigurações (cf. ibidem) decompõe o processo, que antes era concebido monoliticamente.

Assim, o tipo de concepção do processo discursivo em AD-1 fazia com que a análise de uma seqüência em sua singularidade estivesse desprovida de sentido. Já em AD-3, avanços como o aprofundamento no estudo da heterogeneidade - mostrada e constitutiva- do dizer (cf. J. Authier, 1982, 1984, 1989), ou da unidade e dispersão do texto e do sujeito (cf. E. Orlandi, 1988) possibilitam abordar objetos discursivos, tendo como eixo o papel estruturante do discurso-outro. Discurso-outro

que pode ser entendido:

1) como discurso de um outro posto em cena pelo enunciador ou discurso do enunciador colocando-se em cena como um outro;

2) como interdiscursividade que desestabiliza o lugar onde o ego se instala no dizer, onde a estratégia de seu discurso foge de seu controle (cf. M. Pécheux, 1990a: 317).

NOTAS DO CAPITULO 2

1. Não concebendo-o de modo imanente.
2. Cabe lembrar que na história da AD, fundamentalmente nos primeiros tempos, foi importante a articulação com a teoria althusseriana dos aparelhos ideológicos do estado. Os grifos na citação são dos autores do artigo. A presente nota me pertence.
3. Trata-se da versão preliminar de *Le mauvais outil*, editado em 1977.
4. Especificaremos com mais detalhe a caracterização que E. Orlandi faz desses dois processos no capítulo 5.

C A P I T U L O 3

PRINCIPAIS MODELOS DE ABORDAGEM

LINGUISTICA DO

FENOMENO PARAFRASTICO

O propósito deste capítulo é apresentar um exame global das abordagens lingüísticas do fenómeno parafrástico. Para tanto, tomaremos como referências principais os trabalhos de C. Fuchs (1981, 1982a, 1982b e 1987) e, particularmente os realizados por essa autora em colaboração com F. Le Goffic (1983 e 1985).

Historicamente o estudo da paráfrase pertencia ao campo da Retórica, pois à Gramática era reservado o estudo da "sinonímia" de palavras. O interesse renovado pelo fenómeno que pode constatar-se mais recentemente no domínio lingüístico foi motivado fundamentalmente por:

a) a ampliação das preocupações semânticas dos lingüistas que, deixando de limitá-las ao léxico, passaram a interessar-se pela semântica do enunciado e da enunciação¹.

b) o estudo das relações entre sentenças, baseado na noção de transformação, desenvolvido no escopo da Gramática Gerativa e das abordagens subsidiárias dessa teoria²;

c) as pesquisas em Análise (automática, no começo) do Discurso (cf. C. Fuchs, 1982 b: 23).

Os múltiplos trabalhos lingüísticos sobre a paráfrase podem ser agrupados nas três grandes classes de abordagem que sintetizaremos a seguir.

A) Sinonímia-Identidade

O primeiro tipo consiste em representar a paráfrase segundo o modelo da sinonímia-identidade, reproduzindo, assim, "no nível da análise lingüística a concepção ingênua do locutor em situação: em uma visão simplificadora das relações entre forma e sentido (...) a paráfrase [é experimentada] como correspondência entre um sentido e várias formas" (cf. C. Fuchs e F. Le Goffic, 1983: 110).

Nessa perspectiva, considera-se que a literalidade diferente de duas ou mais frases entendidas como parafrásticas

tem um carácter aparential. Trata-se de um "acidente" que, na verdade, acoberta um sentido único (profundo), que a análise linguística deve revelar. Esse modo de conceber o fenómeno tem predominado nos estudos realizados no domínio da Sintaxe, principalmente, no quadro teórico da Gramática Transformacional e suas correntes sucedâneas. O foco dos trabalhos tem consistido em examinar as paráfrases de ativa-passiva, de nominalização ou das grandes articulações sintáticas da frase complexa (cf. C. Fuchs, 1981: 34).

Nos modelos desenvolvidos nesta linha, o léxico intervém de um modo secundário nas análises. Ora ele é considerado como uma constante que opera sobre estruturas puramente morfo-sintáticas, ora é levado em conta apenas ao se estudar gramaticalmente paráfrases léxico-sintáticas em casos muito específicos: o das frases com verbos converso-complementares (ex. comprar-vender), ou causativos e factitivos (ex. amolecer-ficar mole), ou que exprimem relações actanciais

lexicalizadas de modo diferente (ex. usar X para fazer Y - fazer Y com X) (cf. C. Fuchs e P. Le Goffic, 1983: 113).

Assim, a paráfrase é tratada como sendo exclusivamente do domínio da língua (ou da competência, no quadro particular do Transformacionalismo). Descrevem-se, então, as propriedades intrínsecas que fazem com que determinados pares de sentenças sejam definidos como paráfrases, imanentemente. Para tanto, parte-se de dois pressupostos básicos:

a) o estatismo do fenômeno, porque duas sentenças são ou não são paráfrases, por definição;

b) o consenso dos sujeitos, entendido como resultante do saber intuitivo das regras gramaticais internalizadas (cf. ibidem).

Como é sabido, no referido quadro teórico são considerados dois níveis de análise: o superficial, ligado à forma das frases; e o profundo, ao qual corresponde a verdadeira

representação do sentido. Em relação às análises das paráfrases realizadas nesta perspectiva, "descrever / explicar (...) uma paráfrase é (e apenas é!) dispor do procedimento formal e técnico (por exemplo a transformação) que assegure a correspondência entre esses dois níveis de representação" (cf. C. Fuchs e F. Le Goffic, 1983: 114).

Dentro dessa perspectiva, evidentemente, o sentido é reduzido ao conteúdo informacional determinado pelo valor de verdade das proposições. Trata-se de um quadro teórico "cuja axiomática é a da lógica" (cf. C. Vogt, 1977: 63). O "mesmo sentido" das sentenças parafrásticas é estabelecido tendo como fundamento último o princípio de equivalência leibniziano: "duas coisas são uma se uma puder ser substituída pela outra sem afetar a verdade" ('*eadem sunt quorum unum potest substitui alteri salva veritate*') (apud J. Lyons, 1980: 134). Assim, qualquer diferença de sentido entre frases definidas como parafrásticas é negligenciada propositalmente para o domínio das dessemelhanças "subjetivas", próprias de "matizes de estilo", "ênfase", "efeitos

de conotação" (cf. N. Chomsky, 1965: 22; G. Fauconnier, 1973: 21), pois, como dissemos, nesta perspectiva, a paráfrase é entendida como instância de identidade semântica³. O postulado fundamental que sustenta essa posição é o da univocidade essencial da linguagem, uma vez que a multiplicidade das formas em superfície seria da ordem do acidente, isto é, uma mera aparência que acobertaria a unicidade fundamental subjacente em profundidade.

B) Não Sinonímia

O segundo conjunto de trabalhos corresponde à abordagem da paráfrase sob o modo da não sinonímia. Neles entende-se que é somente levando em conta fatores de ordem extralingüística que é possível desconsiderar as diferenças semânticas das expressões lingüísticas, pois para esta perspectiva duas formas diferentes tem necessariamente um sentido lingüístico diferente e, em consequência, são não-sinónimas. Esta concepção,

pode ser encontrada nos estudos de uma das formas em que se deu o Estruturalismo na Lingüística, isto é, aquele filiado ao primeiro Saussure da teoria do signo. Essa linha leva até o limite a biunivocidade total entre o plano do significante e o do significado.

No tocante, por exemplo, às paráfrases de ativa-passiva, a não sinonímia fundamenta-se nas denominadas diferenças de tematização. Remetendo a trabalhos de T. Shopen e P. Ziff⁴, C. Fuchs e P. Le Goffic (1983: 119) evidenciam essa postura por meio do exemplo seguinte. A tematização de:

"Paulo construiu a casa"

seria equivalente a uma formulação do tipo:

"A propósito de Paulo, predica-se a construção da casa (feita por ele)";

e no caso de:

"A casa foi construída por Paulo",

a tematização difere da anterior. Seria:

"A propósito da casa, predica-se sua construção por Paulo".

O mesmo raciocínio considera-se válido para os verbos conversos-complementares e as denominadas sinonímias léxico-sintáticas.

Outrossim, como pode observar-se neste segundo tipo de abordagem da paráfrase, a biunivocidade atribuída ao signo lingüístico estende-se para o nível da frase.

Os dois modelos expostos até aqui apresentam-se como se sustentassem teses contrárias: um enfoca a paráfrase enquanto fenômeno de sinonímia-identidade o outro, como manifestação de não-sinonímia. No entanto, coincidimos com C. Fuchs e P. Le Goffic (1983: 124), quando observam que eles possuem importantes coincidências em questões fundamentais. As mais relevantes são:

a) Ambas as perspectivas circunscrevem as análises ao interior do sistema lingüístico, entendido como uma abstração fechada em si mesma. Qualquer interesse, teórico ou de procedimento, sobre vinculações com a exterioridade do sistema

são desconsideradas.

b) Ambos os enfoques concebem a paráfrase como uma particularidade accidental do sistema que ocorre em determinadas sentenças que possuem a qualidade intrínseca de entrar em relações parafrásticas.

c) Ambas as linhas de abordagem recorrem ao postulado da univocidade da linguagem⁵.

D) Sinonímia-Equivalência

A terceira tendência que pode caracterizar-se nos estudos sobre a paráfrase é a denominada concepção da sinonímia-equivalência. Ela é desenvolvida nos estudos que distinguem níveis diversos de análise semântica, tais como os realizados no escopo da Linguística da Enunciação. No caso do exemplo referido anteriormente. "Paulo construiu a casa" e "A casa foi construída por Paulo", esta terceira perspectiva leva em conta as diferenciações de tematização em termos de não sinonímia, e, ao

mesmo tempo, essas seqüências são consideradas paráfrases pois, em um outro nível de análise semântica, ambas seriam passíveis de serem descritas conforme um mesmo esquema proposicional, tal como: "Paulo -agente- construir casa -objeto-" (cf. *ibidem*).

Neste tipo de enfoque, o tema da paráfrase encontra-se inscrito, freqüentemente, em estudos sobre a organização lingüística da relação predicativa e sobre as operações de referenciação (cf. E. Benveniste, 1966; Culioli, 1974). Nos trabalhos desta terceira corrente é possível constatar a proposta de uma articulação mais flexível entre a língua e o discurso. Sobre o modo como tem evoluído essa articulação, C. Fuchs e P. Le Goffic (*op. cit.*) fazem uma observação que, embora um tanto esquemática, é uma síntese ilustrativa a esse respeito. Eles afirmam que no estágio pré-saussuriano nem se discutia como efetivar essa articulação, pois não havia delimitação entre língua e discurso (os tropos, por exemplo, estudavam-se integrados à Gramática). Já na fase saussuriana, a ênfase que

prevaleceu da dicotomia língua / fala fez com que qualquer estudo dos problemas da enunciação fosse considerado fora da pertinência da Linguística. E na época pós-saussuriana, reconhecida a necessidade da separação, faz-se evidente a importância da consideração de ambos nos estudos da linguagem. A distingui-los sem separá-los, dedicam-se os semanticistas que seguem a Teoria da Enunciação (cf., especialmente, C. Vogt, 1977: 62-70, 1981 e E. Guimarães, 1987: 193-195).

O ponto fundamental que diferencia a concepção da paráfrase enquanto fenômeno de sinonímia-equivalência das posições teóricas tratadas anteriormente é que o postulado da univocidade da linguagem é recusado. Assim, uma das problemáticas fundamentais passa a ser a de procurar explicar o fato de que um enunciado possua um sentido específico e, simultaneamente, sejam possíveis outras interpretações, as quais, por sua vez, podem de algum modo coincidir com as de outros enunciados. Nesse sentido, a paráfrase deixa de ser concebida como fenômeno contingente para

6

ser considerada uma das problemáticas centrais da linguagem .

A diversidade de procedência teórica dos estudos sobre a paráfrase torna pouco adequado falar, propriamente, em a abordagem lingüística do fenômeno. Entretanto, considero oportuno salientar os principais pontos de contato entre as denominadas abordagens lingüísticas, fundamentalmente as representadas pelas duas posições referidas anteriormente. Nelas, a paráfrase é predominantemente entendida como uma relação semântica (como acabamos de ver, de sinonímia-identidade, ou de não sinonímia, ou de sinonímia equivalência) considerada estável e universal no interior de uma determinada comunidade lingüística. Portanto, passível de ser estabelecida a priori, e, com freqüência, estudada de modo desvinculado da problemática do sujeito da linguagem (cf. C. Fuchs, 1982b: 24-26).

Nesse trabalho, a referida autora diz: "o lingüista tende a privilegiar a semântica resultante da sintaxe do enunciado, em particular dos diferentes modos possíveis de

organização da relação predicativa (ele dissertará até o infinito sobre a sinonímia entre ativa e passiva), enquanto que o teórico do discurso tende a privilegiar a semântica lexical e o estudo dos sinónimos em discurso de expressões 'pivots' ou de palavras 'chave' (ele levantará que certos sujeitos parafraseiam 'socialismo' por 'liberdade' e outros por 'coletivismo')" (op. cit.: 26). Considero que essa caracterização do trabalho do analista de discurso tem uma validade muito restrita. E tendo em vista que C. Fuchs faz essa asseveração em 1982, ou seja, dois anos depois da realização do Colóquio "Matérialités Discursives", poderíamos dizer que ela é incorreta. No exposto sobre AD-2 e AD-3 no capítulo anterior, está fundamentado que essa caracterização poderia apenas ser válida em relação a um tipo de trabalho realizado na primeira época da Análise do Discurso, e não para a AD como um todo. De qualquer forma, dado que essa é uma questão que traz em seu cerne implicações importantes tanto para a conceptualização do fenómeno parafrástico, bem como para a teoria e prática da Análise do Discurso, ela será retomada no

próximo capítulo, dedicado às chamadas abordagens discursivas da
paráfrase.

NOTAS DO CAPITULO 3

1. Refiro-me aqui, fundamentalmente, aos trabalhos que nas vertentes da Pragmática Lingüística e da Semântica Argumentativa inspiraram-se (ainda que para marcar seus distanciamentos) na teoria dos atos de fala, introduzida por J. L. Austin (1962) no domínio da Pragmática Filosófica, e na concepção lingüística de E. Benveniste (1966).
2. Por exemplo, a denominada Semântica Gerativa (cf. G. Lakoff, 1971) ou a Teoria dos Casos (cf. C. J. Fillmore, 1977).
3. Exemplos detalhados de abordagens de paráfrases ativa-passiva/"impessoal", nessa perspectiva, podem ser encontrados na seção de resenhas críticas da Tese de Mestrado que defendi no IEL - UNICAMP. Cf., 1984: 10-34.
4. Trata-se de T. Shopen (1972): "Logical Equivalence is not Semantic Equivalence", *Papers from the 8th Regional Meeting, Chicago Linguistic Society*; e de P. Ziff (1966): "The Non-synonymity of Active and Passive Sentences", *Philosophical Review* 75.

5. Esse postulado mantém-se vigente inclusive nos desenvolvimentos mais recentes dessas concepções, pois sempre se trata de uma língua que exprime uma única voz em seu acesso a um real já dado, fora da linguagem. (Cf. a noção de perspectiva decorrente dos últimos trabalhos de C. Fillmore ou a de papéis temáticos, a partir dos trabalhos recentes de N. Chomsky.)

6. Voltaremos a essa questão no capítulo 5, quando retomaremos a concepção de processos parafrásticos e polissêmicos de Orlandi.

C A P I T U L O 4

S O B R E O L U G A R E A D E F I N I Ç Ã O

D A P A R A F R A S E

N A A N A L I S E D O D I S C U R S O

Neste capítulo nos ocuparemos de sintetizar os lineamentos teóricos principais em que se baseia a abordagem da paráfrase a ser proposta nesta Tese. Para tanto nos centraremos, entre os trabalhos mais representativos da área, naqueles em que a concepção de processo discursivo se distancia da noção de máquina estrutural fechada e monolítica, típica da primeira época da AD. De início, faremos referência ao ponto de vista predominante na segunda época da AD, período de transição para a fase presente na qual se inscreve este trabalho, em que é destacado o papel estruturante da heterogeneidade na produção discursiva.

A) Da Noção Harrisiana de Equivalência à Concepção Histórico-Discursiva de Paráfrase

Em seu "Discourse Analysis", Z. Harris (ed.fr.,1975) colocou as bases para uma distinção entre paráfrase lingüística e paráfrase discursiva (cf. C. Fuchs, 1982b: 26). A proposta

harrisiana foi de interesse para as pesquisas desenvolvidas, sobretudo no começo, pela denominada escola francesa de Análise de Discurso (cf. M. Pêcheux, 1988: 61, 288, 305). Conforme P. Henry (1975), a noção de paráfrase discursiva resulta da relação entre dois tipos de determinação do discurso, a saber: a das formações discursivas e a da autonomia relativa da língua. Nesta perspectiva, a autonomia é relativa na medida em que, na produção e interpretações de seqüências discursivas concretas, o que depende da determinação das formações discursivas ou das regras do sistema lingüístico não pode ser estabelecido a priori (cf. P. Henry, 1975: 94). Para este autor, o que caracteriza a paráfrase discursiva é o fato de ser, fundamentalmente, uma noção contextual. Tendo como antecedente a abertura proposta pela Lingüística da Enun¹ciação, no sentido de não estudar a paráfrase desligada das operações de referenciação, a posição da AD foi de considerar a paráfrase como constitutiva dos processos de produção de efeitos de sentido (cf., por exemplo, P. Henry, 1975: 88-89 e 95; M. Pêcheux, 1988: 160-164). Uma vez que para a

Análise do Discurso o efeito de sentido não está nas unidades em si mesmas, mas em sua relação, a referencialidade é entendida como um efeito produzido pela possibilidade de substituição. A paráfrase discursiva é uma noção contextual, então, porque os substitutos efetivos possíveis das unidades somente podem ser determinados, seja em relação ao contexto imediato do discurso em que as formas ocorrem, seja em relação ao contexto das formas discursivas a que o discurso pode remeter-se para produzir sentidos (cf. P. Henry, *ibid*).

Ora, é significativo observar que M. Pêcheux, em sua terminologia, não opõe "paráfrase lingüística" a "paráfrase discursiva". Ele distingue entre uma "concepção puramente sintática" de paráfrase, a qual pressupõe uma unidade não-contraditória do sistema da língua, como uma espécie de "reflexo eterno do espírito humano", oposta à que ele denomina uma "concepção histórico-discursiva" de paráfrase, que é assumida por ele destacando a necessária inscrição dos funcionamentos

parafrásticos nas formações discursivas historicamente dadas (1988: 290). Para M. Pécheux, a paráfrase é uma das principais questões lingüísticas em que desemboca o trabalho da AD. Ele ressalta o fato de se tratar de questões lingüísticas, pois, tal como ele o expressa, o projeto da AD consiste em estabelecer elementos conceituais que venham a ser uma contribuição - problematizadora - para os lingüistas preocupados em estudar o suporte lingüístico dos processos sócio-históricos (cf. op. cit., Anexo II: 287-291).

Com a finalidade de esclarecer essa asseveração, retomaremos algumas considerações já clássicas do referido autor acerca da Semântica. M. Pécheux salienta que ela não é mais um "nível" ou "parte" da Lingüística, tal como a Fonologia, a Morfologia ou a Sintaxe, mas é o ponto nodal das contradições que atravessam a Lingüística, contradições essas que são cruciais para o estabelecimento das diferentes tendências e direções de pesquisa. E é o ponto nodal porque é ali que a lingüística está efetivamente ligada à Filosofia e à Ciência das Formações

Sociais (cf. M. Pêcheux, 1988: 20). Ele caracteriza as três grandes tendências que é possível identificar no campo da pesquisa lingüística como: a tendência formalista-logicista, organizada principalmente na escola chomskiana e suas variantes (como o modelo de C. J. Fillmore ou os trabalhos de G. Lakoff); a tendência histórica, cujas origens encontram-se na Lingüística Comparatista tal como era desenvolvida por F. Brunot ou A. Meillet e que na atualidade corresponde às linhas de trabalho da Sócio ou Etno-lingüística (W. Labov, U. Weinreich, D. Hymes); a tendência da enunciação ou do texto, na qual são retomadas preocupações da Retórica e da Poética (R. Jakobson, E. Benveniste, O. Ducrot). Nas relações de forças que se estabelecem entre elas, constata-se que é a primeira que domina as outras duas. A contradição que opõe principalmente a tendência formalista-logicista às outras duas tem repercussões em cada uma delas -inclusive no interior da própria tendência dominante. Como foi observado antes, a Análise de Discurso que propõe M. Pêcheux não visa a se constituir em uma quarta tendência que "resolva" a

contradição, mas a intervir na relação entre as tendências apresentando questões que contribuam para o aprofundamento dessa contradição sobre uma base filosófica não idealista (op.cit.: 21-22). Uma das questões tem sido se perguntar sobre o modo de conceber as sistematicidades fonológicas, morfológicas e sintáticas, procurando desfazer a ilusão que faz com que elas apareçam como um bloco homogêneo de regras. Uma outra pergunta constante no desenvolvimento da AD tem tratado de como conceber a estruturação do léxico para que, deixando de funcionar como pressuposto lógico dos "atos de linguagem", seja entendida tanto como resultado quanto como a matéria prima dos processos discursivos (op.cit.: 290-291).

Consideramos que a expressão "paráfrase discursiva", tal como às vezes é encontrada em trabalhos como os de P. Henry (1975) ou J. J. Courtine (1981), pode ser entendida como um modo abreviado de denominar a concepção histórico-discursiva da paráfrase, que, por sua vez, não se opõe à "paráfrase

lingüística", mas a uma concepção puramente sintática da paráfrase. Entretanto, em outros trabalhos (cf. C. Fuchs, 1982b) a expressão "paráfrase discursiva" remete também à concepção daqueles que adotaram uma posição não crítica em AD e fazem da paráfrase e do sentido meros reflexos de determinações totalmente estranhas à língua, e para a qual a língua é uma espécie de suporte transparente. Os que assim empregam a expressão "paráfrase discursiva" privilegiam, nas análises, o trabalho com o léxico. M. Pécheux, de uma posição diferente dessa última, quando utiliza o termo "paráfrase" é para significar funcionamentos parafrásticos das unidades lingüísticas. E também se distanciando do empirismo dos dados que E. Orlandi (1981) trata a paráfrase e a polissemia como os dois grandes processos de produção de sentidos na e pela linguagem.²

B) A Problematização da Evidência do Sentido e do Sujeito e os Funcionamentos Parafrásticos

Por outro lado, entendendo o tempo e o espaço explícito

na horizontalidade da linguagem como tempo e espaço imaginários do falante (cf. M. Pécheux, 1988: 176 e 291), a AD procura intervir para que a evidência do sentido e do sujeito se torne um objeto teórico para a Linguística. Nesse sentido, por meio do estudo de dois tipos de esquecimento inerentes ao discurso, a AD questiona a concepção de sujeito baseada no mito idealista da interioridade que se sustenta em uma noção de consciência entendida como poder unificador.

Em um primeiro momento (cf. M. Pécheux e C. Fuchs, 1975)³, tendo como base uma interpretação da primeira tópica freudiana, esses dois esquecimentos eram definidos seguindo a oposição entre a estrutura pré-consciente/ consciente e a estrutura inconsciente. Cabe lembrar que o termo esquecimento não está designando aqui a perda de alguma coisa que se tenha um dia sabido e posteriormente tenha vindo a ser "esquecida", mas a "ilusão necessária" à existência da discursividade⁴. O chamado esquecimento número 2 é aquele que remete ao processo de seleção,

no interior da formação discursiva dominante, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase, entre o que é dito e o que deixa de ser dito. Este esquecimento é o que permite ao sujeito a impressão de realidade do pensamento ("eu sei o que estou dizendo"). O denominado esquecimento número 1, por analogia com o recalque inconsciente, é o que possibilita a ilusão do sujeito falante acreditar ser a fonte de seu dizer. A insuficiência dessas primeiras formulações encontrava-se no fato de ficar implícita uma certa autonomia do pré-consciente/consciente em relação ao inconsciente, isto é do processo secundário em relação ao primário; porém, como lembra M. Fécheux, já o próprio S. Freud, na segunda tópica, reafirma o primado dos processos primários sobre os secundários. Assim, posteriormente e também com base na reelaboração lacaniana, o problema é revisto na Teoria do Discurso (cf. M. Fécheux, 1988: 175-176) para entender que "o pré-consciente caracteriza a retomada de uma representação verbal (consciente) pelo processo primário (inconsciente), chegando à formação de uma nova representação, que aparece conscientemente

ligada à primeira, embora sua articulação real com ela seja inconsciente. E esse vínculo entre as duas representações verbais em causa que é restabelecido na discursividade, na medida em que ambas podem ser unidas à mesma formação discursiva - podendo uma remeter à outra por reformulação parafrástica ou por metonímia". E, portanto, uma formação discursiva é entendida como o espaço de reformulação-paráfrase porque é nesse espaço onde as equivalências lexicalizadas entre substituíveis que constituem o lugar do imaginário lingüístico resultam do esquecimento do discurso transverso que as liga (cf. *ibid*: 177). Esse esquecimento é da ordem do número 1 e remete, portanto, à identificação simbólica que domina as identificações imaginárias que fazem com que toda "expressão" possua um sentido "absolutamente" evidente. A meu ver, esse constitui um dos pontos cruciais em que a Análise do Discurso se revela como um novo modo de tratar a questão da exterioridade nos estudos da linguagem, deslocando-a da tradicional distinção lingüístico/extra-lingüístico.

C) Dispersão, Heterogeneidade e Paráfrase

Na avaliação crítica da posição teórica, dos procedimentos e dos resultados da denominada Análise Automática do Discurso realizada por S. Bonnafous, J. Léon, J. M. Marandin e M. Pécheux (1990: 253-282), a discussão feita sobre o lugar e a definição da paráfrase ocupa uma posição destacada. Um dos problemas na compreensão que se tinha da paráfrase nas primeiras fases da AD é que ela era definida de maneira composicional. Considerava-se que duas frases estavam em relação de paráfrase se a soma de suas partes constituíam um mesmo sentido por comparação e equivalência lexical. A luz das pesquisas mais recentes, um discurso não se limita à produção de sentidos por substituição lexical. Daí a importância crescente dos estudos sobre a heterogeneidade no discurso, pois a análise do outro no mesmo permite retomar a importante problemática da paráfrase em uma perspectiva diferente. Ela se baseia no estudo das relações entre estruturas sintáticas que fazem com que um conteúdo proposicional

estável (por construção discursiva) possa ser investido de sentidos diferentes (por reverberações lexicais, enunciativas, aspectuais) (cf. S. Bonnafous et alii, op.cit.: 274-275).

Como apontamos no capítulo 2, a relevância do estudo sistemático da heterogeneidade nos estudos da área começa ao ser introduzida a noção de interdiscurso enquanto instância de formação/repetição/transformação dos elementos de saber de uma formação discursiva. O domínio de saber de uma FD é aquele que funciona como princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações. A noção de formulação utilizada em análises como as de J. M. Marandin (1979) e J. J. Courtine (1981) -emprestada de M. Foucault (cf. *Arqueologia do Saber*, 1985: 154-159)- designa a seqüência lingüística de dimensão sintagmática inferior, igual ou superior a uma frase caracterizada por sua capacidade de reformulação que pertence ao registro do intradiscurso, isto é, ao da horizontalidade de uma seqüência discursiva (cf. J. J. Courtine, op.cit.: 49-50). A formação discursiva é concebida, então, com fronteiras fundamentalmente

instáveis. E no processo de reconfiguração incessante do interdiscurso, em função das posições que uma FD representa em uma conjuntura sócio-histórica, que ela incorpora elementos pré-construídos de fora, produzindo sua redefinição, ao dispor a repetição ou suscitar seu apagamento ou denegação (cf. J. J. Courtine e J. M. Marandin, 1981: 24).

O estudo da heterogeneidade possibilita apreender as modalidades particulares de contato entre formações discursivas em uma conjuntura dada. Como afirmam E. Guimarães e E. Orlandi (1988: 57), "a relação entre as diferentes formações discursivas no texto pode ser de muitas e diferentes naturezas: de confronto, de sustentação mútua, de exclusão, de neutralidade aparente, de gradação, etc". Essas relações explicam o que os autores denominam a dispersão do texto e do sujeito, isto é, o cruzamento de múltiplas vozes nas constituições da textualidade e da subjetividade.

J. Authier, apoiando-se nos trabalhos mais recentes elaborados na Teoria do Discurso e nas propostas do chamado dialoguismo bakhtiniano, que fornecem elementos básicos para uma teoria sobre a dialogização interna do discurso, conforme o desenvolvimento lacaniano da teoria psicanalítica, propõe a distinção entre heterogeneidade constitutiva -processos reais de constituição de um discurso- e heterogeneidade mostrada - representação, em um discurso, de sua constituição- (1984: 106).

Essa distinção revela-se operatória para analisar os traços do pré-construído interdiscursivo no intradiscurso, ou seja, no fio da cadeia verbal. Cada tipo pertence a uma ordem diferente de realidade. No primeiro, trata-se da alteridade enquanto condição de existência do discurso de um sujeito que, nesta perspectiva, como sabemos, não é a fonte primeira de seu discurso. No segundo tipo, estuda-se a representação que o locutor dá (e dá-se) de sua enunciação . Essa representação é, necessariamente, fantasmática (cf. J. Authier, 1982: 142) pois não há uma correspondência direta entre ambos os tipos de heterogeneidade: uma é, por

definição, não localizável, não representável, enquanto a outra consiste na delimitação -ilusória mas necessária- do um -do sujeito e do discurso- em relação à pluralidade de outros (cf. J. Authier, 1982: 140-143 e 1984: 106-108). É importante destacar a interdependência e, ao mesmo tempo, a especificidade de cada tipo. A esse respeito, é pertinente acompanhar as palavras da referida autora em dois de seus trabalhos: "A heterogeneidade mostrada não é um espelho, no discurso, da heterogeneidade constitutiva do discurso: ela também não é 'independente'; ela corresponde a uma forma de negociação -obrigada- do sujeito falante com essa heterogeneidade constitutiva -inelutável mas que lhe é necessário desconhecer; e a forma 'normal' dessa negociação aproxima-se do mecanismo da denegação" (1982: 143); "por uma sorte de compromisso precário que faz um lugar ao heterogêneo e então o reconhece, mas para negar melhor sua onipresença [as formas marcadas da heterogeneidade mostrada] manifestam sua [da heterogeneidade constitutiva] realidade nos mesmos lugares em que trabalham para encobri-la (...), essas formas [as marcadas da heterogeneidade mostrada] são em relação [à heterogeneidade

constitutiva] ao mesmo tempo um sintoma e uma defesa; ali onde o lapso, emergência bruta, faz 'buraco' no discurso, elas dão imagem de um buraco, de uma ruptura sublinhada pela sutura que a anula" (1984: 107 e 108).

"Os discursos se repetem, ou melhor, há repetições que fazem discurso" dizem J. J. Courtine e J. M. Marandin (1981: 28) ao tematizar a questão da repetição como objeto da análise do discurso. A ordem do repetível continua sendo um ponto nodal do objeto de estudo da Análise do Discurso; daí decorre a necessidade de repensar a problemática da paráfrase. Evidentemente, as transformações teórico-metodológicas na história da AD⁴ levaram a um distanciamento cada vez maior do enfoque da paráfrase enquanto classe de equivalência (no sentido harrisiano da expressão), isto é, enquanto mecanismo produtor de identidades estáveis, determinadas de acordo com o princípio da comutação. O desafio, então, é o de procurar apreender efeitos de interrupção, de réplica, de deslocamento, de trajetos

argumentativos (cf. M. Pécheux, 1990b: 56), de descontinuidade, de contradição (cf. J. J. Courtine e J. M. Marandin, 1981: 27-28) que atravessam as formas parafrásticas, para, desse modo, enriquecer a retomada do problema nessa nova perspectiva. Esse desafio foi o que orientou a pesquisa que exporei, a seguir, na segunda parte desta Tese.

NOTAS DO CAPITULO 4

1. Cf. capítulo anterior, pp. 67-68.
2. A distinção de E. Orlandi será tratada mais detalhadamente no capítulo 5.
3. Na verdade, esse trabalho foi escrito em 1973 (cf. Nota 1 em P. Henry, 1975).
4. A expressão "ilusão necessária" foi introduzida por P. Le Goffic (cf. M. Fécheux, 1988: 183, nota 32 e C. Fuchs e M. Fécheux, 1975: 19).
5. Os lineamentos principais dessas transformações são os apontados no capítulo 2 desta Tese.

S E G U N D A P A R T E

Nesta segunda parte exporei a proposta teórica que defendo nesta Tese para a abordagem da paráfrase e o estudo da construção do imaginário do espanhol riopratense. Como foi antecipado na Introdução, esse estudo constitui o movimento à prática ao qual se articula a abordagem teórica aqui proposta.

Assim, no capítulo 5 apresentarei minha concepção de paráfrase enquanto ressonância de significação. Bem como a proposta para explicar o funcionamento das paráfrases no discurso, baseada na elaboração de esquemas interdiscursivos de repetibilidade. O capítulo 6 estará dedicado a considerações teórico-metodológicas relativas aos modos de constituição do corpus nas pesquisas de Análise do Discurso. No capítulo 7, será detalhada a composição do corpus para o estudo do discurso sobre o espanhol riopratense. Nesse contexto, será enunciada a hipótese geral que orientou o trabalho. O capítulo 8 estará destinado a expor momentos fundamentais da análise.

C A P I T U L O 5

PARAFRASE: RESSONANCIA DE
SIGNIFICAÇÃO E ESQUEMA
INTERDISCURSIVO DE REPETIBILIDADE

Faz-se necessário, de início, um esclarecimento terminológico-conceptual: deste momento em diante sempre que disser paráfrase estarei querendo significar funcionamentos parafrásticos das unidades lingüísticas no discurso (cf. M. Fêcheux, 1969: 16; M. Fêcheux e C. Fuchs, 1975: 13 e 71-73; e E. Orlandi, 1983: 105-123). Assim, entendo a paráfrase como uma relação semântica não estável, nem passível de ser prognosticada a priori, uma vez que não decorre de alguma qualidade própria das frases, que possa ser diretamente observada. Conseqüentemente, nesta perspectiva, ela não pode ser concebida, como uma relação de validade universal; pois sendo a produção de sentidos o lugar, por excelência, do malentendido, da disputa, não cabe pressupor qualquer consenso a priori entre os protagonistas da linguagem.

A) Uma Concepção Não Binarizante do Fenômeno

Um outro ponto que me parece fundamental salientar é que a

posição aqui adotada pressupõe uma concepção não binarizante do fenômeno. A concepção binarizante é aquela que predomina quando se afirma, estática e univocamente, que duas frases são ou não são paráfrases. Esse modo de abordar a paráfrase decorre da incorporação à reflexão lingüística de conceitos lógicos pertencentes aos denominados universos discursivos logicamente estabilizados .

M. Fêcheux observou que a eles correspondem espaços como os das ciências matemáticas e da natureza, os das tecnologias industriais e biomédicas e os sistemas de gestão-controle administrativos. Diz o autor: "É claro que a construção histórica de tais universos foi somente possível apoiando-se em certas propriedades das línguas naturais, que autorizam operações de esquematização, dicotomização, cálculo lógico. etc e que permitem a manipulação de metalinguagens aptas para representar de maneira não ambigua o conjunto dos estados de coisa" (1982: 19).

O outro pólo da distinção observada por M. Fêcheux é a dos universos logicamente não estabilizados¹ . A eles correspondem

espaços tais como os dos rituais sócio-históricos dos discursos políticos e das expressões cultural e estética. Para esses universos, as línguas naturais são a condição de existência fundamental. O referido autor chama a atenção para o fato de que impõe-se, então, à pesquisa lingüística a tarefa de construir procedimentos (outro modo de interrogação dos dados, outras formas de raciocínio) capazes de abordar explicitamente o fato lingüístico do equivoco, como fato estrutural implicado pela ordem simbólica própria da língua. E, justamente, levando em conta esses imperativos de abordar o estudo da linguagem problematizando as "evidências" que ela apresenta que efetuamos nossa abordagem do tema da paráfrase.

B) Paráfrase e Noções Afins

Em um momento da pesquisa, tomando como referência a definição de formação discursiva como "espaço de reformulação-paráfrase" (M. Pécheux, 1988: 172), me perguntei: o que

diferencia, rigorosamente, a paráfrase da reformulação? Qual é o caráter preciso da relação apontada pelo hífen nessa definição? E qual é o lugar específico da glosa, da co-referência e da anáfora nessa constelação de noções afins?

As reformulações, como seu nome o indica, pertencem ao nível da formulação, isto é, ao das seqüências lingüísticas efetivamente produzidas, à horizontalidade, ao fio do discurso. E o espaço das marcas tais como "melhor dizendo", "isto é", "ou seja". Nele toma corpo também o jogo de co-referências e de anáforas.

Conforme M. Pêcheux (1988: 183), a co-referência diz respeito ao efeito de identidade estável daquilo "que está em questão" no discurso, e a anáfora é o mais visível dos mecanismos lingüísticos através dos quais esse efeito se realiza. T. Todorov e O. Ducrot (1977: 269) afirmam que um segmento de discurso é anafórico quando para sua interpretação é necessário remeter-se a um outro segmento do mesmo discurso.

Para especificar a distinção entre co-referência e anáfora, J. C. Milner (1976: 75) observa que a primeira implica em uma relação simétrica, embora isso não signifique que haja identidade entre as unidades lexicais empregadas. Por isso, M. Pécheux falava-nos em efeito que garante a "identidade dos referentes". No caso da anáfora, trata-se de uma relação assimétrica. Como diz J. C. Milner (cf. *ibid.*), ela liga um termo anaforizado e um outro anafórico, e os termos dessa relação não podem ser invertidos. Além do mais, cabe lembrar que o fenômeno da anáfora não deve ser reduzido ao específico da anáfora pronominal: um substantivo pode ser anaforizado por um novo termo lexical; uma proposição inteira pode ser anaforizada por um novo termo lexical; pode haver anáfora por aposição ou a chamada "anáfora vazia", em que a retomada deve-se a uma operação de determinação suplementar -por exemplo: os estudantes estavam reunidos. Aqueles que...- (cf. M. Pécheux e C. Fuchs, 1975: 44). Esse último tipo nos leva a lembrar que para a análise das

anáforas é importante observar o funcionamento dos artigos definidos e dos adjetivos e pronomes demonstrativos em retomadas de fragmentos de discurso. Eles constituem os denominados definidos e demonstrativos anafóricos. Também, é importante levar em conta o caso da denominada anáfora associativa, que é a que acontece em casos como: (Paulo passeia pelo parque cheio de flamboyants. As árvores pareciam protegê-lo) (cf. J. M. Marandin, 1986: 78).

E no nível da reformulação que é importante, também, analisar o funcionamento da "heterogeneidade mostrada", tal como a entende J. Authier (1984). Essas distinções serão retomadas e exemplificadas no decorrer da exposição de nossa análise, no capítulo 8.

A glosa, ligada à atividade de reformulação, tem a especificidade de se apresentar como explicação, comentário, desconstrução do enunciado fonte, do qual ela aparece como tendo

a finalidade explícita de "esclarecer" seu sentido. Ela não tem de estar, necessariamente, na mesma seqüência lingüística. Assim, ainda que ligada à atividade de reformulação, a glosa, a meu ver, situa-se no limiar do intertexto. Ela encontra-se, teoricamente, em um nível de passagem ao domínio do interdiscurso. De um quadro teórico um pouco diferente, C. Fuchs observa que a atividade de glosa se situa no lugar em que a paráfrase se torna consciente (1982a: 170).

Voltando a minha pergunta relativa à distinção entre essas noções, após ter trabalhado bastante na análise que será exposta no capítulo 8, em uma das conseqüentes voltas à teoria, cheguei à conclusão que a distinção fundamental encontra-se em que essas noções correspondem a níveis de análise diferentes. A reformulação, com seus diversos mecanismos de realização, corresponde ao nível do intradiscurso. A glosa situa-se na passagem entre o intradiscurso e o interdiscurso. E a paráfrase é do nível do interdiscurso. Essa especificação vai ao encontro da concepção da paráfrase como processo, conforme estabelece E.

Orlandi em seu trabalho sobre o tema (cf. 1983). De uma perspectiva um pouco diferente, C. Fuchs (1982a) caracteriza a paráfrase como atividade metalingüística pré-consciente. E, justamente, por ser um processo "pré-consciente" (predominantemente inconsciente, diríamos nesta perspectiva, com ação dominante do esquecimento número 1 -cf. cap. 4-), é que a paráfrase deve ser situada no nível do interdiscurso. A seguir, desenvolveremos mais detalhadamente essa afirmação.

C) Paráfrase como Ressonância Interdiscursiva

Para caracterizar quando há paráfrase entre duas ou mais unidades lingüísticas, passo a introduzir a noção de ressonância de significação. Entendo que há paráfrase quando podemos estabelecer entre as unidades envolvidas uma ressonância -interdiscursiva- de significação, que tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido. Ressonância porque para que haja paráfrase a significação é produzida por meio de um efeito

de eco entre as unidades; elas soam de novo, acontecendo uma vibração semântica mútua. A meu ver, a noção de ressonância permite incluir, na própria conceituação de paráfrase, o sujeito da linguagem, pois ela sempre ressoa para alguém, tanto na dimensão dos interlocutores empíricos projetados no discurso (projeção para a qual é fundamental o domínio das formações imaginárias), quanto para a dimensão do sujeito, no sentido foucaultiano do termo, ou seja, o do lugar dominante de enunciação em uma formação discursiva de referência. Em se tratando de uma ressonância interdiscursiva, fica compreendido o trabalho com uma concepção heterogênea de linguagem, pois, para definir como ressoam as unidades envolvidas, é fundamental que na descrição regrada de montagens discursivas, tal como propõe M. Pêcheux (1990b), sejam postos em jogo discursos-outros, como espaços virtuais de leitura do enunciado ou seqüência descrita. Assim, o momento da interpretação emerge enquanto tomada de posição, reconhecida como efeito de identificações assumidas (e não denegadas) (cf. op.cit.: 57). As paráfrases, então, tal como

as estou entendendo aqui. ressoam significativamente na verticalidade do discurso e se concretizam na horizontalidade da cadeia, através de diferentes realizações lingüísticas.

Como já foi dito, esta pesquisa se inscreve na linha de abordagem que não concebe a paráfrase como mecanismo produtor de identidades estáveis. Nessa linha, um trabalho fundamental é o de E. Orlandi. A partir de uma observação -a meu ver, incipientemente desenvolvida nos primeiros trabalhos de M. Pécheux (cf. M. Pécheux e C. Fuchs, 1975: 13)- relativa a considerar a família parafrástica como matriz de sentido, a autora propõe o deslocamento da dicotomia paradigma/sintagma, como suporte da reflexão sobre o uso da linguagem (cf. E. Guimarães e E. Orlandi, 1988: 57) para o estudo da relação (tensa) entre processos parafrásticos e polissêmicos. Os primeiros, entendidos como matriz do sentido, nascem da reiteração de processos já cristalizados pelas instituições (cf. E. Orlandi, 1983: 126). Os segundos, concebidos como fonte do sentido, dizem respeito à multiplicidade que "é a própria

condição de existência da linguagem" (cf. *ibidem*). Portanto, esses processos parafrásticos e polissêmicos de que nos fala E. Orlandi atuam o tempo todo na produção da linguagem. A uma conclusão próxima dessa também chegaram C. Fuchs e P. Le Goffic (1985) (cf., também, C. Fuchs, 1987) ao propor um estudo articulado de paráfrase e ambigüidade². Ora, é importante voltar a insistir em que não deve se perder de vista que os dois processos estão em jogo constantemente, pois é no jogo discursivo dos dois que a produção de linguagem acontece. Entretanto, conforme os objetivos de um estudo, pode ser enfatizado o trabalho com um deles, como neste caso específico, onde é dominante o interesse em estudar o parafrástico.

Neste modo de entender a paráfrase enquanto ressonância, uma especificação metodológica que proponho é que podem ser distinguidas ressonâncias de significação em torno de unidades específicas e ressonâncias de significação em torno de modos de dizer. O primeiro tipo diz respeito ao funcionamento

parafrástico³ de unidades tais como itens lexicais, frases nominais, etc. O segundo tipo refere-se ao estudo dos efeitos de sentidos produzidos pela repetição, a nível interdiscursivo, de construções sintático-enunciativas na estruturação de um discurso determinado. Ambos os tipos serão exemplificados ao expor a análise, no capítulo 8.

Para explicar esses funcionamentos, propomos, para cada montagem discursiva e conforme os objetivos específicos da análise, a elaboração de esquemas interdiscursivos de repetibilidade (EIR)⁴.

A noção de esquema é usada aqui para significar que se trata de uma figura que mais do que representar a forma do repetido, representa as relações entre as formas que tendem à construção da realidade (imaginária) de um sentido e seus funcionamentos discursivos. Para o estudo da repetibilidade, tal como a entendemos aqui, seguimos, sem dúvida, a noção de

enunciado tal como a expõe Foucault (cf. 1985: 144) e a concretização analítica realizada por J. J. Courtine (cf. 1981: 49). Entretanto, a característica particular da proposta feita aqui encontra-se na procura de eliminar o caráter um tanto difuso que a noção de enunciado tem em Foucault (com suas definições quase sempre efetuadas pela negativa). Essa procura concretiza-se através do trabalho específico com a materialidade lingüística. Também, por meio da distinção de ressonâncias em torno de frases nominais e de modos de dizer, e sobretudo do trabalho com esse último tipo, ocorre meu distanciamento em relação à proposta de J. J. Courtine, que enfatiza o trabalho com a noção de tema de discurso. Entendo que esse autor, para a definir dessa noção, continua aplicando os critérios próprios do nível da sentença⁵. O esquema proposto é da ordem do interdiscurso porque sua elaboração é possível somente depois de analisar as seqüências discursivas como integrantes de domínios de memória, de atualidade e de antecipação, dos que nos ocuparemos em detalhe no capítulo seguinte.

NOTAS DO CAPITULO 5

1. As duas distinções apontadas correspondem a dois pólos em um 'continuum' de discursividade. Existe, portanto, uma região intermédia, à que pertencem processos discursivos tais como os ligados ao domínio do jurídico, ou das convenções da vida cotidiana (cf. M. Pécheux, 1982: 20).
2. Considero mais profícuo o trabalho com a noção de polissemia do que com a de ambigüidade, pois esta última está marcada por sua utilização em estudos transformacionistas dedicados a análises no nível da sentença.
3. O destaque dado à expressão "funcionamento parafrástico" deve lembrar que mesmo focalizando o estudo de unidades, elas nunca são consideradas isoladamente, mas estudadas em suas relações discursivas.
4. Conforme é praxe em trabalhos de AD, manteremos as maiúsculas para a nomenclatura que diz respeito ao nível do interdiscurso, e as minúsculas para a terminologia

intradiscursiva.

5. Para uma crítica da concepção de tema de discurso baseado em critérios próprios para o nível da sentença, ver J. M. Marandin, 1988.

C A P I T U L O 6

MODOS DE COMPOSICAO DO CORPUS
EM PESQUISAS DE ANALISE DO DISCURSO

Ao falar das mudanças nos procedimentos analíticos em cada uma das três épocas da Análise do Discurso (cf. capítulo 2, na primeira parte), foram feitas observações gerais sobre as transformações no modo de constituição dos corpora. Neste capítulo, serão aprofundadas algumas dessas observações com a finalidade de situar teoricamente e fundamentar as opções metodológicas desta pesquisa, que serão expostas em detalhe nos dois capítulos seguintes.

A) Critérios de Exaustividade, Representatividade e Homogeneidade

Inicialmente, lembremos que ainda que nos principais trabalhos da Escola Francesa de Análise do Discurso se faça referência ao trabalho de Z. Harris (*Discourse Analysis*) como tendo sido um impulso iniciador fundamental, um dos diversos pontos sobre os que se apontaram divergências essenciais foi em relação ao modo de composição do corpus. Diferente da tendência harrisiana, que trabalhava com um corpus já dado, ao qual se

aplicava o procedimento distribucional de análise à seqüência contínua, a AD na França se caracterizou por realizar análises de documentos motivadas por considerações políticas e histórico-sociais (cf. J. M. Marandin, 1979: 20). A proposta de J. Dubois, um dos precursores da área, foi a de conformar o corpus extraíndo partes do que ele denominou o universal do discurso, isto é, a partir da "totalidade dos enunciados de uma época, de um locutor, de um grupo social" (J. Dubois. 1969; apud J. Guilhaumou e D. Maldidier, 1984: 137). Ela consistia em fazer a seleção de um conjunto de enunciados, geralmente contendo palavras-chave, ao qual aplicavam-se as chamadas regras de redução. Reduziam-se a) as relações sintagmáticas -de coordenação, subordinação ou encaixe- entre as orações; b) as relações do sintagma verbal - limitando os verbos a um conjunto restrito de primitivos semânticos: ser, ter, fazer, fazer ser etc-; c) as relações do texto -por meio do estabelecimento de correspondências paradigmáticas entre frases ou orações, conforme relações de equivalência (cf. J. Dubois. 1969; apud J. M. Marandin. 1979:

21).

Ainda que com variantes, conforme as diferentes tendências em AD, essa concepção predominou nos trabalhos da área, sobretudo durante a década de 1970, em consonância com os critérios de constituição de corpus tais como os sistematizados por B. Gardin e J. B. Marcellesi (1974), a saber: **exaustividade, representatividade e homogeneidade.** O de **exaustividade** diz respeito à condição de não deixar fora nenhum fato discursivo que pertença ao corpus. O de **representatividade** aponta à exigência de não tirar leis gerais a partir de um fato constatado somente uma vez. Quanto ao de **homogeneidade**, ao estabelecer o caráter operativo desse requisito especificamente para as pesquisas de AD, B. Gardin e J. B. Marcellesi assinalaram que é o mais complicado de se aplicar, dada a natureza contrastiva de muitas análises discursivas.

No entanto, nessas primeiras épocas da AD, como já

observamos no capítulo 2, existia uma preocupação muito acentuada com a composição de corpora a partir de materiais produzidos em condições consideradas homogêneas. O problema é que, tradicionalmente, esses critérios foram definidos predominantemente a partir das exigências próprias da análise da língua, tal como ela é realizada pela Lingüística Descritiva (cf. J. J. Courtine, 1981: 25). Daí decorre a importância de repensar a validade e/ou determinar a necessária ressemantização desses critérios nas pesquisas que tem por objeto o estudo da discursividade, insistindo na necessidade de uma apreciação especificamente discursiva (e "aggiornada", em função dos enfoques recentes na área) desses critérios para a construção do corpus com materiais lingüísticos.

B) Diferentes Tipos de Corpus em AD

Quanto às formas de corpora efetivamente realizados em pesquisas de AD, o levantamento temático (efetuado por J. J. Courtine, *ibid.*: 27) observa a configuração dos mesmos em relação

a:

- a) quantidade de seqüências discursivas consideradas;
- b) número de locutores identificáveis;
- c) posições ideológicas em jogo;
- d) simultaneidade ou seqüencialidade temporal da produção discursiva;
- e) natureza do modo de produção das seqüências coletadas;
- f) presença ou ausência de combinação das opções relativas aos fatores acima mencionados.

Um corpus pode ser constituído, então, por uma ou por várias seqüências discursivas; por seqüências discursivas produzidas por um ou por vários locutores; por seqüências discursivas pertencentes a posições ideológicas homogêneas ou heterogêneas, ou seja, a uma mesma ou a diferentes formações discursivas; por seqüências produzidas em sincronia ou diacronia; por materiais de arquivo ou por materiais obtidos como resultado de questionários (este último tipo é o que, em AD, se denomina

corpus experimental): por materiais coletados sem combinar as opções fornecidas pelos itens precedentes (corpus simples), ou combinando algumas das opções, por exemplo, conformar um corpus com seqüências produzidas em sincronia e seqüências produzidas em diacronia (corpus complexo).

Fode se constatar que no campo da Análise do Discurso têm predominado, em geral, corpora constituídos por várias seqüências discursivas, produzidas por vários locutores a partir de posições heterogêneas, em sincronia, correspondentes a materiais de arquivo.

Também, é interessante observar que na maioria das análises realizadas até os primeiros anos da década de 1980 prevaleceu o enfoque de tipo contrastivo, sustentado, explícita ou implicitamente, na noção de individuação lingüística, tal como a definem, por exemplo, B. Gardin e J. B. Marcellesi (1974): conjunto de processos por meio dos quais grupos sociais de

diversas ordens adquirem particularidades próprias em seu discurso -observáveis a nível do léxico e da sintaxe- e que possibilitam o reconhecimento, entre si, dos membros de cada grupo. A proposta de insistir no deslocamento da ênfase da noção de contraste para a categoria de contradição (cf. M. Fécheux, 1975 -ed.1988-; J. J. Courtine, 1981; E. Orlandi, 1983) constitui um ponto de referência muito profícuo para a perspectiva de base interdiscursiva que adoto nesta pesquisa. Esse deslocamento implica em assumir: a) o primado da relação de contradição sobre a individuação de contrários que a contradição faz existir; b) o caráter desigual da contradição, que evita a redução da abordagem a um enfoque puramente comparativo; c) que a "unidade" resultante da individuação é ela mesma contraditória, cabendo entendê-la como unidade dividida (cf. J. J. Courtine, *ibid.*). A análise, então, em vez de estar destinada a estabelecer quais presenças ou ausências de signos distinguem "tipos de discurso" entre si, tenciona mostrar como o funcionamento discursivo de uma determinada operação linguística permite a um conjunto de seqüências discursivas, consideradas as condições de produção,

integrar (contraditoriamente) elementos de seu exterior heterogêneo. E. Orlandi define o funcionamento discursivo como a "atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas (1983: 115). Adotar a perspectiva de trabalhar com a noção de funcionamento discursivo permite desvincular a análise do mero mapeamento factual (e, muitas vezes, apenas quantitativo) de marcas formais, encaminhando a passagem para o nível interdiscursivo da análise.

C) Sequência Discursiva de Referência, FDR e Domínios de Memória,
Atualidade e Antecipação

A seguir, destacarei elementos da proposta de J. J. Courtine nos quais me baseei como referência para desenvolver meu procedimento analítico. Um ponto importante consiste em estabelecer a denominada seqüência discursiva de referência (sdr), que será a seqüência a partir da qual os outros elementos

do corpus receberão sua organização. Considerando os dois níveis propostos por M. Foucault, a saber, o da formulação -seqüência lingüística efetivamente produzida- e o do enunciado -esquema governado pela ordem da repetibilidade¹ (cf. Arqueologia do Saber, 1985: 179-180), a sdr é uma distinção a nível da formulação.

Obviamente, é necessário que sejam determinadas as condições de produção da seqüência discursiva de referência (cp(sdr)). As mesmas dizem respeito à situação de enunciação, isto é, a coordenadas espaço-temporais e circunstanciais. Ora, é fundamental lembrar que a sdr depende, no processo discursivo em que emerge, da formação discursiva de referência (FDR), que é a dominante na rede de formulações em que se constitui o saber próprio de uma FD. A esse respeito, J. J. Courtine afirma: "Se entendemos por interdiscurso da FDR uma articulação contraditória de FDs (...) será conveniente caracterizar as condições interdiscursivas que dominam o processo discursivo de

formação/reprodução/transformação dos enunciados no seio da FDR" (ibid.: 54). Trata-se, então, das denominadas condições de formação da FDR (CF(FDR)).

Em relação à escolha de uma determinada seqüência discursiva como sdr, o autor, baseando-se nas reflexões foucaultianas sobre o papel da memória no discurso, propõe que a mesma seja realizada levando em conta três domínios fundamentais: o domínio da memória, o domínio da atualidade, e o domínio da antecipação, para os quais não deve ser dada uma interpretação cronologista, entendendo-os como o estudo do antes, do agora e do depois da sdr, mas como abordagem das repetições, rupturas e transformações de um "tempo" processual.

O domínio de memória é composto por um conjunto de seqüências discursivas que pré-existem à sdr. E a partir delas que, com a enunciação de uma determinada sdr, serão produzidos os efeitos de lembrança, redefinição, transformação, esquecimento, denegação, ruptura etc no seio de um determinado processo

discursivo. É o domínio de memória que possibilita apreender os funcionamentos discursivos de encaixe do pré-construído e de articulação do discurso transverso. Para J. J. Courtine, é "a partir do domínio da memória que se poderão abordar os processos que garantam a referência dos nomes para um sujeito enunciador e autorizam, assim, a predicação e a co-referencialidade" (ibid.:² 56).

As seqüências discursivas que coexistem com a sdr em uma conjuntura histórica determinada constituem o domínio de atualidade da sdr. Esse domínio diz respeito à instância do evento e, nesse sentido, possui um aspecto "dialogado", na medida em que as seqüências se citam, se respondem ou se refutam (cf. J. J. Courtine, ibid. e M. Pécheux, 1990b). Entretanto, não se deve esquecer que, na perspectiva do discurso, os efeitos de atualidade são sempre uma resultante do desenvolvimento processual dos efeitos de memória.

O domínio de antecipação é formado por seqüências discursivas que sucedem à sdr e cujas formulações estão relacionadas ao intradiscurso da sdr em questão. A consideração do domínio de antecipação possibilita evidenciar, na análise, o caráter necessariamente aberto da relação que uma sdr, produzida em determinadas condições de produção, mantém com seu exterior no seio de um processo; ou seja, que o corte metodológico que consiste na delimitação de uma sdr não seja entendido ilusoriamente como um "final" no fluxo que, por definição, é o processo discursivo (cf. J. J. Courtine, op.cit.: 57). Daí, também, a importância dada, na denominada terceira época da Análise do Discurso, a uma concepção dinâmica do trabalho sobre o corpus. Nessa concepção o momento do corpus não precisa ser o inicial da pesquisa, mas é concomitante com o desenrolar de todo o percurso analítico (cf. D. Mالدیدier e J. Guilhaumou, 1984: 139). Nesse sentido, J. J. Courtine propõe que as "etapas da análise" suponham a possibilidade, a cada uma delas, de retornar sobre a totalidade ou sobre um dos chamados "planos de

determinação do corpus". ou seja, os planos que devem ser articulados ao construir um corpus discursivo. Lembremos que eles são:

a) o plano de determinação das condições de produção de uma seqüência discursiva de referência (cp (sdr)); e

b) o plano de determinação das condições de formação de um processo discursivo no seio de uma formação discursiva de referência (CF (FDR)), o qual pode ser caracterizado através das referidas noções de domínio de memória, domínio de atualidade e domínio de antecipação.

Se empregarmos, como J. J. Courtine (op. cit.: 58), a notação "o" para simbolizar a operação de composição, a conformação de um corpus discursivo (CD) pode ser representada assim:

$$CD = cp (sdr) \ o \ CF (FDR) \ (D \ Mem, \ D \ At, \ D \ Ant)$$

Ao explorar os domínios que constituem o interdiscurso

da FDR, procurando as seqüências discursivas que pertencem aos domínios de memória, de atualidade e de antecipação com o objetivo de determinar as formulações que entram em redes de reformulações, pode trabalhar-se cindindo o corpus em sub-corpora, que compreendam as formulações de referência mais as formulações extraídas dos três domínios mencionados:

$$CD = \{cd_1, cd_2 \dots cd_n\}$$

Por sua vez, em cada sub-corpus é possível desenvolver um tratamento a) globalizante, ou b) por níveis. A representação dessas duas formas de operar é a seguinte:

$$a) \quad cd_{1\dots n} = \{f.r. + f \begin{matrix} (D \text{ Mem}) \\ (D \text{ At}) \\ (D \text{ Ant}) \end{matrix}\}$$

$$b) \quad \begin{matrix} cd_1 = \{f.r.+f(D \text{ Mem})\} \\ | \\ \text{>} \quad cd_2 = \{cd_1+f(D \text{ At})\} \\ | \\ \text{>} \quad cd_3 = \{cd_1+cd_2+f(D \text{ Ant})\} \end{matrix}$$

3

(cf. J.J.Courtine, op.cit.: 60)

Apresentaremos agora as sequências discursivas que integraram o corpus utilizado na pesquisa da polémica sobre o espanhol riopratense.

NOTAS DO CAPITULO 6

1. Pode ser estabelecida aqui uma relação com os níveis do intradiscurso e do interdiscurso, respectivamente, do quadro teórico elaborado por M. Pécheux.
2. Os grifos são meus.
3. Para representar "formulação", que, como foi dito, corresponde ao nível intradiscursivo, prefiro utilizar o símbolo "f" e não "e", como utiliza Courtine, para evitar qualquer confusão com a noção de enunciado, correspondente ao nível do interdiscurso.

C A P I T U L O 7

A D I S C U R S I V I D A D E D E U M A P O L E M I C A

C R U C I A L S O B R E O

E S P A N H O L R I O P R A T E N S E :

C O R P U S E H I P O T E S E G E R A L

A) O Corpus desta Pesquisa

O tipo de corpus adotado para esta pesquisa é o complexo (cf. capítulo 6, pág. 117), composto por materiais de arquivo. Como foi dito anteriormente, adoto a posição metodológica de seguir uma concepção dinâmica de trabalho sobre corpora. Ela requer uma volta sobre sua conformação em diferentes momentos do percurso da pesquisa. A seguir, detalharemos os materiais que foram incluídos em três momentos básicos da análise.

O corpus inicial foi composto pelo ensaio do historiador, jurista, acadêmico e crítico literário Ernesto Quesada sobre o "criollismo"¹ na literatura argentina, de 1902, e os textos fundamentais do importante movimento de opinião que surgiu em sua volta². Essa controvérsia fez parte da polêmica - mais ampla - sobre a linguagem na região de Buenos Aires, acontecida na passagem de século.

"Criollo", em espanhol, significa filho de europeus, geralmente espanhóis, nascido na América. Por extensão, o termo, como adjetivo, qualifica coisas ou costumes próprios dos países americanos. A esse respeito, no começo do referido texto, E. Quesada diz: "nestes últimos anos, parece acentuar-se dentro e fora do país certa tendência a considerar unicamente como genuína produção da literatura argentina o escrito na linguagem cotidiana das classes populares que moram no Rio da Prata. Essa tendência literária neo-patriótica quer reconhecer tão só como argentino o que leve o selo criollo, com todos seus inconvenientes, porém com seu caráter típico, que o diferencia das raças de outros povos" (op.cit.. ed. 1983: 107).

Para fundamentar, introdutoriamente, a pertinência da análise desses materiais para atingir o objetivo de estudar como se processou o fenômeno da imigração europeia, no discurso sobre a língua voltemos a palavras do próprio E. Quesada: "a questão

do 'criollismo' toma um aspecto sui generis depois da queda de Rosas e da organização nacional. Aflui então a imigração (...). Assim na linguagem - que é o que nos ocupa - já o gauchesco deixa de predominar: a medida que aumenta a imigração, se ouve falar menos em 'gauch^o' e, em substituição, começam a prevalecer outras falas distintas. (...) é curioso este fato singular: a medida que a alma 'gaucha' se desvanece na lembrança, renasce mais vigorosa na tradição; as populações rurais, mestiças de imigrantes e 'gauchos', amam a indumentária pitoresca destes, gostam de conservar seu dialeto cheio de calor e cor..." (op.cit.: 150).

A seguir, apresentaremos, então, a relação (em ordem alfabética) desse primeiro grupo de textos:

*Abeille, L., "Idioma argentino"-carta al doctor Carlos Pellegrini-, El País, Buenos Aires, 26-10-1902. Em A. Rubione (org.), En torno al criollismo. Textos y polémica (=ETAC): Buenos

Aires, Centro Editor de América Latina (=CEAL), 1983: 248-249.

*Cané, M., "Carta al doctor E. Quesada", La Nación, Buenos Aires, 11-10-1902. Em ETAC, 1983: 231-238.

*Correa Luna, C., "La cuestión del criollismo", Caras y Caretas, Buenos Aires, 1-11-1902. Em ETAC. 1983: 255-257.

*Del Solar. A., "Criollismo y criollismos", El País, Buenos Aires, 26-10-1902. Em ETAC. 1983: 243-277.

*Estrada. C., "Carta al doctor E. Quesada", El Tiempo, Buenos Aires, 21-10-1902. Em ETAC, 1983: 239-242.

*Fellegrini, C., "Carta al Sr. Abeille", El País Buenos Aires, 27-10-1902. Em ETAC, 1983: 250.

*Quesada, E., "El 'criollismo' en la literatura argentina", Estudios, año I, tomo IIII, Buenos Aires, 1902. Em ETAC, 1983: 103-230.

*Soto y Calvo, F., "De la falta de carácter en la literatura argentina", Estudios, año II, tomo IV, 1903. Em ETAC. 1983: 261-276.

*Unamuno, M., "Sobre el criollismo", Estudios, año II, tomo V,

1903. Em ETAC, 1983: 277-286.

Em um segundo momento, o corpus foi composto, em sua maioria, por textos produzidos no momento de aparição do livro do professor francês, residente na Argentina, Lucien Abeille: *El idioma nacional de los argentinos* (1900). Para sintetizar a tese defendida pelo autor, reproduziremos um breve trecho de sua obra:

"a fusão, na República Argentina, das línguas indígenas, do francês, do italiano, -estas em fortes doses-; do inglês, do alemão, etc,-estas em doses menores-; com o espanhol transplantado no Rio da Prata, fusão que começou, dando por primeiro resultado o atual 'idioma nacional dos argentinos', prepara, para um porvir próximo, uma nova língua neo-latina, 'o idioma argentino' " (op.cit.: 1900: 422-423).

Correspondem, então, a esse segundo grupo, os seguintes materiais (em ordem alfabética):

*Abeille, L., "Conclusión", *El idioma nacional de los argentinos*,

Paris. Librairie Emile Bouillon, editeur, 1900: 413-428.

*Cané, M., "La cuestión del idioma", *La Nación*, 5-10-1900. Em *Prosa ligera* (1903), Buenos Aires, Administración General Casa Vaccaro, ed. 1919: 61-70.

*Linares, R., "Idiomas I"-carta a L. Abeille-, *El País*, Buenos Aires, 1-11-1902. Em ETAC, 1983: 251-254.

*Linares, R., "Idiomas II"-carta a L. Abeille-. *El País*, Buenos Aires, 5-11-1902. Em ETAC, 1983: 258-260.

*Olivera, C. "El idioma nacional de los argentinos", *Tribuna*, Buenos Aires, 7-8-1900. Em ETAC, 1983: 62-66.

*Duesada, E. *El problema del idioma nacional*, Buenos Aires, Revista Nacional Casa Editora, 1900, 157 págs. (Compilación dos textos publicados periodicamente na *Revista Nacional*.)

*Cuervo, R.J., "Señor D. Francisco Soto y Calvo", Prólogo a *Nastasio de F. Soto y Calvo*; Chartres, Imprenta de Durand, 1899: VII-X.

*Unamuno, M., "Contra el purismo I". *El Sol*, Buenos Aires, 24-10-1899. Em ETAC, 1983: 43-47.

*Unamuno, M., "Contra el purismo II", *El Sol*. Buenos Aires, 1-10-1899. Em ETAC. 1983: 48-52.

*Unamuno, M., "Contra el purismo III", *El Sol*. Buenos Aires, 8-11-1899. Em ETAC. 1983: 53-57.

*Unamuno, M., "El pueblo que habla Español", *El Sol*, Buenos Aires, 16-11-1899. Em ETAC, 1983: 58-61.

*Wilde, E., "El idioma y la gramática" -carta escrita a Ernesto Duesada desde Washington, D.C.,USA-, *Anales de la Facultad de Derecho*, VI, 105. Buenos Aires, 1900. Em ETAC, 1983: 67-101.

O terceiro grupo foi composto por materiais correspondentes aos domínios de memória e de antecipação, e, também, materiais complementares para ampliar o domínio de atualidade. Trata-se, em ordem alfabética de:

*Alberdi, J.B., "Evoluciones de la lengua castellana", *Escritos póstumos*, t.VI; Buenos Aires, em J. García Orza, 1980: 340-342.

*Alberdi, J.B., "Prefacio III", *Fragmento preliminar al estudio del derecho* (1837), Buenos Aires, Ed. Biblos, 1984: 153-161.

*Aldrey, C., "Advertencias". Estudio Crítico sobre el texto oficial de Gramática de la lengua castellana por los señores B.F. Dobranich e R. Monner Sans, Buenos Aires, Tipografía "El Correo Español", 1894: V-VII.

*Aldrey, C., "Objeto de estas publicaciones", Estudio Crítico sobre el texto oficial de Gramática de la lengua castellana por los señores B.F. Dobranich e R. Monner Sans, Buenos Aires, Tipografía "El Correo Español", 1894: 1-4.

*Arlt, R., "El idioma de los argentinos", Aguafuertes porteñas. Buenos Aires. Losada, 1976: 141-144. 1a. edición:1958. - Compilación dos artigos publicados no jornal **El Mundo**, em 1930.

*Arlt, R., "El origen de algunas palabras de nuestro léxico popular", Aguafuertes porteñas , Buenos Aires, Losada, 1976: 40-42, 1a. edición,1958. -Compilación dos artigos publicados no jornal **El Mundo**, em 1930.

*Borges, J. L., "El idioma de los argentinos", Buenos Aires, Peña del Glúdice Editores. 1952: 11-33

*Borges, J. L., "Las alarmas del Dr. Américo Castro", em **Obras Completas**, Buenos Aires, Maria Kodama y Emecé Editores. vol. I.

1989: 30-34.

*Cané, M., "De cepa criolla" (1884) em *Prosa ligera* (1a. edição: 1903), Buenos Aires, Administración General Casa Vaccaro, 1919: 111-125.

*Clemente, J.E., "El idioma de Buenos Aires". Buenos Aires. Feña del Giudice Editores. 1952: 35-59

*Costa Alvarez, A., "Los Idiomólogos". *Nuestra lengua*, Buenos Aires, Sociedad Editorial Argentina, 1922, 21-137.

*Costa Alvarez, A., "La enseñanza de la gramática", *Humanidades*, tomo XVIII, La Plata, Publicação da Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 1928: 152-176.

*Costa Alvarez, A., "El diccionario ideológico de la lengua". *Humanidades*, tomo XV, La Plata, 1927: 179-213.

*Granada, D., "Prólogo", *Vocabulario rioplatense razonado*, Montevideu. Imprenta Rural, 1890: 33-63.

*Gutiérrez, J.M., "Fisonomía del saber español: cuál deba ser entre nosotros" (1837), em *El Salón Literario*, F. Weinberg (org.), Buenos Aires, Hachette (Colección "El pasado argentino"),

1958: 135-149.

*Gutiérrez, J.M., "Cartas de un porteño" (1876) -Polémica en torno al idioma y a la Real Academia Española sostenida con Juan Martínez Villergas-, en Juan María Gutiérrez. *La literatura de mayo y otras páginas críticas*, B. Sarlo (org.), Buenos Aires, Centro Editor de América Latina (Colección "Capítulo", vol. 14), 1979: 19-34. E "Excertos" em G. Weimberg, "Nacimiento de la crítica: Juan María Gutiérrez", *Historia de la literatura argentina*, vol. I. Buenos Aires, CEAL. 1980: 300-301.

*Lenz, R., *Para qué estudiamos gramática?*. Santiago de Chile. 1912.

*Monner Sans, R., "El lenguaje gauchesco", *La Nación*. Buenos Aires, 23-7-1894.

*Monner Sans, R., "Notas lexicográficas", *Revista de derecho, Historia y Letras*, tomo XI, Buenos Aires, 1902: 354-375.

*Monner Sans, R., "Introducción", *Notas al Castellano en la Argentina*, Buenos Aires, Imprenta Carlos Farral, 1903, XXXVII-XLVIII.

*Monner Sans, R.. "El pleito del lenguaje", **Revista de la Universidad de Buenos Aires**, año III, tomo V, Buenos Aires, marzo de 1906: 31-35.

*Obligado, R., "Por la afirmativa cuestión casera I, II, III, e IV" -cartas a J. M. Argerich-, **La Nación**, Buenos Aires, respectivamente: 7/9/11/14-8 de 1889. Em **Prosas**, Buenos Aires. Publicação da Academia Argentina de Letras, 1976: 67-87.

*Quesada, E.. **La evolución del idioma nacional**, Buenos Aires, Imprenta Mercatali. 1922.

*Quesada, V., "Medidas dictadas para propagar la lengua española y extinguir los idiomas indígenas de América", **La Revista de Buenos Aires**, tomo XXIII, Buenos Aires, Imprenta y Librería de Mayo, 1870: 48-59. (Inclui a Real Cédula baixada pela monarquia na Espanha em 10-5-1770.)

*Rossi, V., "El lenguaje" e "Criollismo y orillerismo" em **Teatro nacional rioplatense (1910)**, Buenos Aires. Solar/Hachette, 1969: 120-132.

*Rossi, V., **Vocabulario de vasallaje** -Colección "Folletos lenguaraces"-, Río de la Plata, Casa Editora "Imprenta Argentina

de Córdoba", 1931: 5-33.

Dada a incompletude essencial do discurso, a relação de textos, entendidos como seqüências discursivas, tenderia, em última instância, a ser infindável. Entretanto, uma vez que toda pesquisa requer um recorte metodológico no fluxo da discursividade, exporemos, a seguir, fundamentos ulteriores aos já apontados ao falarmos dos tres momentos básicos, que dizem respeito a delimitação dos "dados"⁵.

B) Sobre as Condições de Produção

Nos materiais que compõem o corpus há forte predomínio do gênero ensaio. Ele explica-se pelas características da formação discursiva de referência escolhida, isto é, a oligárquica na conjuntura sócio-histórica que nos ocupa⁶, e as particularidades do processo histórico argentino -já apontadas no capítulo 1 - quanto à constante de acontecer uma "encarnação no

corpo da nação do que começa sendo projeto formulado nos escritos de alguns argentinos" (cf. T. Halperin Donghi, 1982: 7-8).

A seguir, serão apontados elementos relativos à caracterização clássica do ensaio, uma vez que esses elementos que compõem a reformulação do gênero enquanto tal integram as condições de produção discursiva⁷. Consta o fato de tratar-se de um texto que se apresenta como uma exposição de idéias -com escassos ou nulos elementos de ficção- e cuja extensão não é, geralmente, muito grande. No ensaio, as idéias costumam aparecer em forma de opiniões pessoais, mais do que como verificações científicas incontestáveis. Contudo, muitas vezes o limite, nesse sentido, é também difícil de estabelecer, pois muitos ensaios apresentam características muito próximas às do estudo. O amplo leque do gênero inclui produções que vão do ensaio especulativo, dos que há muitos exemplares em nosso corpus (vide, por exemplo, os textos de J. M. Gutiérrez e de E. Quesada), até os denominados

artigos de costumes. Estes últimos apresentam personagens típicos e/ou elementos narrativos de acontecimentos habituais em uma sociedade, por isso muitas vezes confundem-se com variedades de ficção (cf. J. Rest, 1980: 97 et seqs.). Em nosso corpus, por exemplo, os textos de R. Arlt correspondem a esse segundo tipo.

Também, considerando que um elemento das condições de produção discursiva é que em muitos momentos tratou-se de uma polêmica realizada por meio de cartas abertas, muitos dos textos que a compõem mostram marcas do gênero epistolar. Entretanto, é importante salientar que um traço característico do ensaio periodístico publicado na imprensa periódica da época era o de se apresentar na forma de carta aberta.

A abundância de artigos de costumes e de ensaios periodísticos se explica através de um outro dado das condições de produção discursiva, a saber: a consolidação da vida urbana e a enorme expansão da imprensa periódica. Em relação a esse último fenômeno, lembremos que, na Argentina, havia em 1882 um periódico

para cada 13.000 habitantes. Isso representava o terceiro lugar na ordem mundial. Esse crescimento substancial da imprensa está, sem dúvida, vinculado aos resultados das campanhas de alfabetização (cf. A. Prieto, 1988: 35). Na década de 1880, a taxa de crescimento da imprensa superava a taxa de crescimento demográfico, embora este fosse também considerável. Como dissemos no capítulo 1, na época da passagem do século, produziu-se uma transformação social profunda "à que [contribuiu] decisivamente a incorporação de imigrantes europeus: 637 mil entre 1881 e 1890; 1.004.000 entre 1891 e 1900, e 1.120.000 entre 1901 e 1910. Tanto essa massa imigratória como o velho elemento 'criollo' aprendem a ler sob a Lei de Educação Comum 1420, ditada em 1884" (cf. A. Ford e J. B. Rivera, 1985: 25). Também, ligado ao crescimento do campo de leitura está o fenômeno editorial de peculiar magnitude constituído pela profusão no mercado popular urbano e rural de obras de folhetaria. Conforme caracteriza J. B. Rivera, tratava-se de pequenos folhetos de papel rústico com capas coloridas que tratavam dos seguintes temas: 1) Reelaboraões em prosa ou verso

de folhetins clássicos de E. Gutiérrez (por exemplo Santos Vega, su verdadera historia de Horacio del Bosque. Buenos Aires, 1898); 2) Temas "Gauchescos" (por exemplo, Lamentaciones de un paisano y narraciones criollas de Silverio Manco, Buenos Aires, 1908); 3) Temas "payadorescos"⁸ (por exemplo, Truco y retruco de Sebastián Berón, Buenos Aires, 1896); 4) Literatura "Cocoliche"⁹ (por exemplo, Los amores de Giacumina de Ramón Romero, Buenos Aires, 1909); 5) Literatura "Lunfarda" (por exemplo, El alma del suburbio de Santiago Dallegri, 1912) (cf. J. B. Rivera, 1980: 340-341).

Cabe informar que entre eles há alguns que não foram publicados na imprensa e cuja inclusão deveu-se a outros motivos decorrentes da análise. Por exemplo, o livro de L. Abeille, incluído por ser o pivô em torno do qual várias outras seqüências foram produzidas; o texto de R. J. Cuervo, que é o prólogo a um livro de F. Soto y Calvo, autor de Nostalgia, obra que deflagra a escrita do ensaio de E. Quesada sobre o "criollismo", que foi o

pivô em outro momento da polêmica; o livro de A. Costa Alvarez de 1922, importante para fundamentar, no domínio de antecipação, a escolha da frase nominal "nuestra lengua", no estudo das paráfrases como ressonâncias interdiscursivas de significação; o livro de V. Rossi por ser um bom exemplo de posição de confronto à da FDR.

Posteriormente a essa primeira configuração das seqüências discursivas em três grupos, foi efetuada uma desconstrução dela, conformando outros sub-corpora a partir do cruzamento de materiais dos diferentes grupos, conforme exigências de outras etapas da análise. Os critérios e as diferentes partes do trabalho serão detalhadas no capítulo 8.

Levando em conta elementos dos domínios de memória, de atualidade e de antecipação -que serão especificados nas páginas seguintes-, em relação aos objetivos desta pesquisa, a escolha da seqüência discursiva de referência (sdr), isto é, da seqüência a partir da qual se organizaram os outros elementos do corpus,

recai no texto de Miguel Cané: "La cuestión del idioma", publicado pela primeira vez no jornal La Nación de Buenos Aires, em 5-10-1900. Os dados relativos às condições de produção da seqüência discursiva de referência (cp (sdr)), fundamentam, também, a pertinência dessa escolha. Como já dissemos, eles dizem respeito ao sujeito de enunciação e à situação de enunciação (tempo, lugar, circunstâncias, alocutários). Essas condições de produção da sdr dependem do processo em que ela emerge. Portanto, esses dados situacionais representam, no discurso, relações de lugar que, por sua vez, remetem a relações de classe que, em uma conjuntura sócio-histórica, compõem as condições de formação do processo discursivo no seio de uma formação discursiva de referência (CF (FDR)).

Antes de passar a detalhar mais elementos sobre esses dados, consideramos necessário fazer uns esclarecimentos conceituais a respeito da noção de classe. Nesse sentido, uma das teorizações que vai ao encontro da perspectiva de análise por nós

adotada neste trabalho é a de E.P. Thompson. Parece-me oportuno acompanhar as observações do autor sobre o tema: "por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma estrutura, nem mesmo como uma categoria, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas" (1988: 9). Após, pontualizou que a noção de classe se encontra fortemente imbricada na de relação¹⁰ e que, conseqüentemente, participa da fluidez que caracteriza esta última e que, assim, se explica que seja muito difícil determinar um exemplar puro de classe, E. P. Thompson afirma: "A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus(...). Não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural,

surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico" (ibid.: 10 e 12).

Destaquemos, então, alguns dados relevantes sobre o sujeito de enunciação de nossa sdr, Miguel Cané. Ele foi um membro conspícuo da oligarquia nacional. Ela foi definida por T. Mac Gann como " a organização política composta pelo presidente e as pessoas em sua volta; os governadores e os que o apoiavam; os legisladores nacionais que obedeciam as solicitações do executivo, seja nacional, seja provincial, e as dos grandes interesses econômicos, principalmente dos latifundiários, que se aliavam com aqueles" (apud. N. Jitrik, 1982: 36) ¹¹. Os membros desse grupo exerciam múltiplas atividades na esfera ligada ao poder (cf. S. González et alii., 1969: 7). A atividade intelectual, e concretamente a literária, dava um prestígio acessório às personalidades da época. Como afirma N. Jitrik: "Não se entende muito bem que alguém possa ser somente escritor, ao passo que se entende muito bem que alguém que é outra coisa seja

também escritor, inclusive isso realça os outros aspectos da personalidade ..." (op.cit.: 76). Os escritores que faziam parte desse grupo que dirigia o processo político-social dessa época integram a denominada "geração de oitenta". M. Cané é um de seus principais expoentes. Ao longo de sua vida (1851-1905) exerceu múltiplas atividades. Ele foi formado em direito, jornalista, escritor, tradutor, diplomata, ministro, prefeito, decano universitário e legislador. Um dado que nos interessa especificamente é que foi Miguel Cané, como senador, quem elaborou, em 1899, o projeto de lei de extradição de estrangeiros, convertido na chamada "Lei de Residência" de 1902.

No que diz respeito a dados sobre a situação de enunciação da sdr, observemos que o texto "La cuestión del idioma" foi publicado pela primeira vez no jornal La Nación, que havia sido fundado em 1870 pela tradicional família Mitre, cujo lema "ser una tribuna de doctrina" é interpretado por O. Steimberg como marca de ter a proposta de adotar uma posição

reitora diante do público (apud. J. B. Rivera e E. Romano, 1987: 34-35). Embora a escolha desse veículo não signifique que M. Cané escrevesse para o grande público, uma vez que o tipo de leitor de La Nación era o culto de Buenos Aires (cf. S. Zanetti, 1980: 127), ela está relacionada com o fato de querer difundir seu texto para que seu público não ficasse restrito a um círculo de poucos escolhidos ¹². Conforme o Censo Geral de População, Construções, Comércio e Indústria da cidade de Buenos Aires, realizado em 1877, La Nación, juntamente com La Prensa, aparecem como tendo o primeiro lugar, pelo número de sua tiragem média diária (cf. A. Prieto, 1988: 37). As pessoas "decentes" ¹³, isto é, aquelas das que surgia a direção econômica, política e cultural publicavam em órgãos de imprensa como os mencionados ou em La Tribuna Nacional, jornal do governo na época de J. A. Roca ou em El Diario. Mais dados específicos sobre as condições de produção das seqüências discursivas analisadas serão apresentados no capítulo 8. Para maiores detalhes remeto ao cuidadoso estudo com que A. Rubione (1983) antecede a antologia **En torno al Criollismo**. Nesse

trabalho encontra-se muito bem analisada a interseção das atividades familiares e individuais do grupo dirigente com a fundação de espaços de produção, difusão e controle culturais (associações, cadeiras universitárias, jornais, revistas, academias).

C) Hipótese de Trabalho

Para a elaboração da hipótese que norteou este trabalho foi fundamental a concepção de contradição exposta por M. Foucault, na *Arqueologia do Saber*. Para este autor a contradição funciona ao fio do discurso como o princípio de sua historicidade. Ele afirma: "O discurso é o caminho de uma contradição a outra (...). Analisar o discurso é fazer desaparecer e reaparecer as contradições, é mostrar o jogo que elas realizam nele (...). Para a análise arqueológica, as contradições não são nem aparências que devem ser superadas, nem princípios secretos que haveria que desvendar. Elas são objetos que há que descrever por si mesmos" (1985: 254). Nesta

perspectiva, abandona-se a visão que considera a contradição como uma função geral que se exerce, do mesmo modo, em todos os níveis do discurso e opta-se pela análise dos diferentes tipos de
14
contradição .

Para Foucault, as contradições que se localizam no plano das proposições ou das asserções, sem afetar o regime enunciativo que as fez possíveis, isto é, que partilham as mesmas condições de exercício da função enunciativa são contradições derivadas. Aquelas que opõem teses que não dependem das mesmas condições de enunciação, e que, portanto, remetem à oposição entre formações discursivas, são as contradições extrínsecas . O terceiro tipo é o da contradição intrínseca, que é aquela que acontece quando temos não já duas proposições contraditórias a propósito de um mesmo objeto, nem duas utilizações incompatíveis de um mesmo conceito, mas quando temos duas maneiras de formar enunciados, mas desenvolvendo-se ambas em uma mesma formação discursiva.

Assim, considerando as distinções que acabamos de referir, passemos à enunciação da hipótese geral deste trabalho: os esquemas interdiscursivos de repetibilidade (EIR) que constituem o saber da formação discursiva oligárquica, na região do discurso sobre a língua, configuram-se na passagem de século, produzindo um jogo metafórico ¹⁵ entre língua e nação -em contradições intrínsecas e derivadas que tem como funções principais apagar/neutralizar a contradição extrínseca fundamental com o saber próprio de formações discursivas do universo imigrante.

A análise realizada levando em conta a hipótese que acabamos de enunciar será exposta no próximo capítulo.

NOTAS DO CAPITULO 7

1. Manteremos o termo "criollismo" em espanhol para evitar confusões com a significação do termo semelhante em português.
2. A antologia, organizada por A. Rubione com o título *En torno al criollismo. Textos y polémica*, foi de grande utilidade no começo deste trabalho. Agradeço especialmente a Jorge B. Rivera essa importante indicação bibliográfica.
3. De modo esquemático, pode-se dizer que o termo "gaucho" designa originalmente o ginete solitário dos pampas, personagem que desaparece progressivamente com a delimitação dos campos e o desenvolvimento da economia agropecuária. Cf. p. ex. R. E. Rodrigues Molas, *Historia social del gaucho*, Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1982.
4. Agradeço a M. T. Celada a cessão desse material.
5. Cf. nota 3 do capítulo 1.
6. Ocupar-nos-emos da FDR ao tratarmos das condições de

formação do processo discursivo articuladas às condições de produção das seqüências discursivas de referência, neste mesmo capítulo, págs. 145-146.

7. Agradeço a Cláudia Lemos suas observações sobre a relação entre gênero e formação discursiva.
8. O "payador" é o nome do cantor popular que, com violão, improvisa canções em competição com outro como ele.
9. "Cocoliche" foi um personagem das obras de teatro populares nos circos e teatros de Buenos Aires e Montevideo, que representava ao imigrante, cf. J. C. Guarnieri: 1986. Por extensão, foi o nome dado à linguagem sociologicamente classificada como pidgin, resultante do contato (conflito) das culturas imigrantes e nativa no começo de século no Rio da Prata.
10. A esse respeito, cf., também, M. Pécheux, 1988.
11. A respeito da caracterização dessa elite, diz H. Alimonda que "as classes dominantes (...) foram denominadas, pejorativamente, mas com absoluta propriedade, como

oligarquia" (1982: 116). Esse autor reproduz, em nota, a descrição desse grupo social feita por um dos primeiros sociólogos argentinos, J. N. Matienzo, em seu livro *El gobierno representativo federal en la República Argentina*, de 1910: "Essa classe corresponde aproximadamente aos mais altos estratos sociais, é formada pelos membros das famílias tradicionais, pelos ricos e pelos homens ilustrados. Os membros desta classe mantêm relações sociais e econômicas mais ou menos estreitas entre eles e, como é natural, compartilham sentimentos e opiniões (...) sem este código comum não poderia existir essa troca de serviços e favores reciprocamente outorgados sem diferenças de partido político. Este é o código moral da classe dirigente que os cidadãos designados para os diferentes postos governamentais introduzem na administração pública, onde eles conduzem os interesses do país".

12. Como era freqüente em outros membros da "geração de 80", por exemplo L. V. Mansilla, cf. S. Zanetti: 1980.

13. Os enunciados que materializavam a divisão na estrutura social em Buenos Aires na passagem de século eram -'la gente decente' e 'la gente del pueblo'. Cf. J. Scobie, 1977 apud A. Rubione, 1983: 21.
14. M. Foucault distingue também diferentes níveis e funções no estudo das contradições. Cf. 1985: 258-262.
15. A concepção de metáfora que tomo como referência será especificada no capítulo 8.

C A P I T U L O 8

M O M E N T O S F U N D A M E N T A I S

D A A N A L I S E

Vejamos de início as partes diferenciadas do procedimento analítico empregado¹. Conforme foi indicado no capítulo 6, essas partes não foram desenvolvidas de modo estritamente seqüencial. A cada uma delas existiu a possibilidade de retornar sobre um ou ambos os planos de determinação do corpus, isto é, sobre o plano das condições de produção da seqüência discursiva de referência e/ou sobre o plano das condições de formação do processo discursivo, no seio da formação discursiva de referência. Entretanto, gostaria de esclarecer que, embora as partes possam aparecer integradas no momento da exposição, durante o percurso da análise elas foram efetuadas observando, rigorosamente, sua especificidade.

1. Uma parte consistiu no levantamento das formulações de referência (f.r.), no intradiscurso da seqüência discursiva de referência. Os critérios para esse levantamento dependeram, dos objetivos desta pesquisa, que foram, principalmente, estudar a

noção de paráfrase enquanto ressonância de significação, tal como foi proposto no capítulo 5; observar o papel dos funcionamentos parafrásticos na constituição de um imaginário de língua, no caso, o do espanhol riopratense, e especificamente estudar como se processou, no discurso sobre a língua do Rio da Prata, o fenómeno social da imigração europeia. Em relação a esse último objetivo, o levantamento foi norteado pela hipótese geral deste trabalho, enunciada no capítulo 7.

Conforme esses critérios, então, escolhemos cinco formulações de referência, no intradiscurso de nossa sequência discursiva de referência, que, como dissemos, é: "La cuestión del idioma" de Miguel Cané. As f.r. encontram-se reproduzidas a seguir, nas páginas 169, 192, 203, 220 e 226. Elas nos permitiram organizar a descrição tomando como eixo duas ressonâncias de significação em torno a) de duas unidades específicas, a saber, das frases nominais la cuestión e nuestra lengua; e b) de três modos de dizer: o indeterminado para enunciações avaliatórias e/ou programáticas, o marcado pelo causativismo e o de tom

casual. No decorrer da análise, elas se revelaram cruciais na configuração do imaginário de língua do espanhol riopratense, dominante na formação discursiva oligárquica, no momento em que se consolidou a organização da nação argentina. Ao apresentar a análise, o tratamento dessas ressonâncias será isolado ou conjunto, conforme seja mais esclarecedor para a exposição.

2. Uma segunda parte foi a consideração dos contextos intradiscursivos das formulações de referência. Aqui, embora se trate de um trabalho a nível sintagmático, no qual devem ser levados em conta os contextos à esquerda e à direita (ou seja, os fragmentos que antecedem e sucedem à formulação em questão), procuramos, em todo momento, não reduzir a uma concepção estritamente sequencial o tratamento dos contextos intradiscursivos.

3. Uma terceira parte foi a de explorar os domínios que constituíam o interdiscurso da formação discursiva de referência

(FDR), pesquisando as seqüências discursivas que pertencem aos domínios de memória, de atualidade e de antecipação, com o objetivo de determinar as formulações que entram em redes de ressonância, fornecendo elementos para o estudo do interdiscurso da FDR. Dos dois modos possíveis de tratamento do corpus, nesta parte, ou seja, o globalizante ou por níveis (cf. capítulo 6), escolhemos o globalizante. De modo que não foi cindido o corpus para operar com sub-corpora relativos aos domínios de memória, atualidade e antecipação. Assim, a representação do modo escolhido para o tratamento dos materiais, nesta pesquisa, foi:

$$cd = \left(f.r. + f \begin{matrix} (D.Mem.) \\ (D.At.) \\ (D.Ant.) \end{matrix} \right)$$

Em relação ao domínio de atualidade do corpus, faz-se necessário esclarecer que, como observamos no capítulo 7, do ponto de vista estritamente cronológico, há dois momentos nitidamente diferenciados no período mais intenso da polêmica sobre a língua que estudamos: os textos produzidos em 1900 e os

produzidos em torno de 1902. O primeiro grupo corresponde aos que tem como vórtice explícito o livro de L. Abeille *El idioma nacional de los Argentinos*. O segundo grupo de textos corresponde ao movimento de opinião desencadeado pelo ensaio de E. Quesada "El criollismo en la literatura argentina". Como indicado no capítulo 7, a diferença que marcava a especificidade de ambos os momentos da polémica sobre a língua era que, no segundo deles, a controvérsia versava explicitamente sobre literatura.

Há marcas dos próprios locutores empíricos que indicam em seus textos a existência dessas duas épocas. Por exemplo, M. Cané escreve, em 1902, referindo-se a seu texto "la cuestión del idioma", de 1900 (sdr): "No me consuelo de haber ignorado la existencia del 'cocoliche', cuando hace algunos años escribí mi impresión sobre el libro del señor Abeille. 'El idioma nacional de los argentinos'". E C. Estrada, em carta a E. Quesada, em 1902, escreve: "Cuando el Dr. Cané vapuleó sin dar descanso a la mano, la peregrina iniciativa de crear un idioma argentino, le

escribí felicitándole por su actitud, pues entendía entonces, como pienso ahora, que nuestros esfuerzos deben consagrarse a enriquecer el habla castellana...".

Ora, apesar da existência concreta desses dois momentos na cronologia dos debates, o fato desta análise abordar a discursividade da referida polémica exige, cf. capítulo 6, uma consideração processual do "tempo". Nesse sentido, embora haja matizes próprios de cada época, os sentidos fundamentais em disputa mantêm-se em ambos os momentos da polémica ,pois, como será evidenciado no decorrer da exposição da análise , na polémica sobre o "criollismo" em literatura continua imbricada a controvérsia sobre a linguagem. Assim, concluo que mesmo com a referida diferença cronológica, ambos os grupos de seqüências discursivas integram o domínio de atualidade da pesquisa.

4. A quarta parte consistiu na elaboração do Esquema Interdiscursivo de Repetibilidade (EIR) correspondente a cada

ressonância de significação abordada.

5. A quinta parte foi de retorno para o intradiscurso da seqüência discursiva de referência, com a finalidade de articular os dois planos - o do interdiscurso e o do intradiscurso.

Ainda em relação a apresentação da análise, cabe ressaltar que, em se tratando de descrições regradas de montagens discursivas, a seleção fundamentada de recortes constitui um suporte essencial da análise. Portanto, mesmo atentando contra a agilidade da leitura do capítulo, optei por incluir os trechos mais significativos. A esse respeito, cabe lembrar que em uma análise discursiva a reprodução de formulações selecionadas supera o mero caráter de exemplo, no sentido de elemento apresentado, sobretudo, com a função de ilustrar uma afirmação, tal como é entendido esse termo nas análises estritamente lingüísticas. Em Análise de discurso a seleção de seqüências discursivas, já é reveladora do encaminhamento de resultados da

análise, pois essa seleção, concretizada em recortes da materialidade de um corpus determinado, já é resultado de um percurso de trabalho "em espiral" (cf. Pécheux, 1990b) que passa, pela consideração das condições de produção, da intertextualidade, das hipóteses, da presença obstinada das marcas lingüísticas, e dos demais componentes do método tal como foram resenhados ao expor as cinco partes do procedimento adotado.

A) Ressonâncias de Significação em Torno da FN *La Cuestión* e do
Modo de Dizer Indeterminado

Já no título do texto escolhido como sdr, "*La cuestión del idioma*", nos defrontamos com a referida frase nominal (FN). No complemento "*del idioma*" aparece embutida a controvérsia com L. Abeille, que, a nível explícito, leva a falar da "questão".

Embora o critério quantitativo não seja determinante para estabelecer, em termos discursivos, a relevância de uma repetição, cabe assinalar que, no corpo da sdr, numerosas formulações e reformulações com a frase nominal *la cuestión*, ou com retomadas por meio de construções com demonstrativos anafóricos, ocorrem configurando a definição explícita do motivo da polémica, como pode se observar em (1), (2), (3), (4) e (5). O emprego do demonstrativo anafórico possibilita retomar, seja um constituinte específico do contexto à esquerda, seja um termo complexo a partir do contexto à esquerda. Esse segundo caso é o

que, para alguns autores (cf., F. Corblin, 1983, apud J. M. Marandin, 1986), caracteriza a denominada anáfora associativa. Ora, a meu ver, nessas observações prevalece uma concepção de linguagem excessivamente linear para a abordagem do fenômeno anafórico. Deste ponto de vista, o efeito de "associação", que, obviamente, participa da conformação de um objeto de discurso, pode acontecer também com a retomada de um constituinte específico do contexto à esquerda. Observar, nesse sentido, as formulações reproduzidas a seguir, dentre as quais, (4) constitui nossa formulação de referência I (f.r. I). Na apresentação é respeitada a ordem de aparição na seqüência discursiva:

(1) "A mi juicio el estado de ánimo, por lo menos de la generación a que pertenezco, respecto a esa cuestión, provenía principalmente de la educación intelectual, recibida casi exclusivamente en libros franceses..." (sdr, ed. 1919: 61-62.)

(2) "El [Juan María Gutiérrez] planteó la cuestión en su verdadero terreno..." (sdr, ed. 1919: 63.)

(3) "en eso [Juan M. Gutiérrez] aunaba su esfuerzo al de todos los americanos competentes que se han ocupado de la cuestión" (sdr, ed. 1919: 63.)

(4) -f.r. I- "La cuestión no es, pues, hacer de la lengua un mar congelado, la cuestión está en mantenerla pura en sus fundamentos y al enriquecerla con elementos nuevos y vigorosos, fundir a éstos en la masa común y someterlos a las buenas reglas, que no sólo son base de estabilidad, sino condición esencial para hacer posible el progreso." (sdr, 1900; ed. 1919: 64.)

(5) "Si el señor Abeille ha leído ya ese libro [Apuntaciones críticas sobre el lenguaje boootano de Rufino J. Cuervo], necesita releerlo, porque él le dará la nota exacta y prudente en la manera de tratar esta cuestión." (sdr, ed. 1919:66.)

Trabalhando a nível do esquecimento número 2, podemos afirmar que um dos funcionamentos da escolha do substantivo "cuestión" é o de produzir um efeito de sentido que ligue o objeto do discurso à noção de assunto que requer uma tomada de posição e uma ação conseqüente (mais adiante -cf. págs. 192-201 e 254- nos ocuparemos da construção, na FDR, do lugar social do qual se apresenta como cabível esperar essa ação). Esse componente de ação na construção do objeto do discurso está reforçado pelo emprego do infinitivo, que veremos em detalhe ao tratar do modo de dizer indeterminado para enunciações avaliatórias ou programáticas. Por enquanto, basta descrever sua incidência no funcionamento discursivo da FN "la cuestión". Nesse sentido, na formulação de referência I, observamos:

la cuestión no es hacer de la lengua...

la cuestión está en mantenerla...y al

enriquecerla...

fundir...y

someterlos... para

hacer...

Esse componente de ação não está presente em outros casos, na mesma sdr, quando a escolha lexical recai em termos como "materia" ou "tema". Tecnicamente, trata-se de casos de co-referencialidade, pois não podemos dizer que entre cuestión, de um lado, e materia ou tema, do outro, haja uma relação assimétrica, de dependência, como seria própria de um caso de retomada anafórica. Entretanto, a meu ver, isso não quer dizer que os termos da relação possam ser invertidos (como J.C. Milner, 1976: 65, afirma que seria típico em casos de co-referência). Do ponto de vista discursivo, é possível caracterizar que quando, na sdr, o efeito procurado é que na construção do objeto do discurso predomine o sentido: assunto enquanto objeto do conhecimento, não necessariamente ligado à ação, a retomada acontece com o substantivo materia ou tema. Observemos, a seguir, (6), (7) e (8).

(6) "... un libro verdaderamente admirable

[Apuntaciones... de R. J. Cuervo] y que, para el completo esclarecimiento del tema abordado por el señor Abeille, era fundamental" (sdr, ed. 1919: 65.)

(7) "Al recorrer el nuevo libro del señor Abeille, 'El idioma nacional de los argentinos", recordé que entre mis viejos papeles debía haber algunas carillas sobre la materia" (sdr, ed. 1919: 65.)

(8) "el razonamiento en esta materia" (sdr, ed. 1919: 70.)

Um fato interessante na descrição da passagem ao estudo do domínio do interdiscurso, pode ser observado ampliando a formulação reproduzida em (3), vide (9), onde consta a glosa que apresenta M. Cané na sdr, sobre a posição de Juan Maria Gutiérrez. Como foi dito na capítulo 1 desta Tese, esse autor foi um dos primeiros a dar destaque explícito à questão da língua para tratar das relações entre Espanha e América. Momentos

culminantes foram o já mencionado texto lido na inauguração do "Salón Literario", em 1837, e a polémica que, sob o pseudónimo de "Un Porteño", manteve com Juan Martínez Villergas, em 1876, por causa de ter rejeitado -Gutiérrez- a nomeação como membro correspondente da Real Academia Española. Esses textos fazem parte do domínio de memória, no estudo da região do discurso sobre a língua, da FDR que nos ocupa.

(9) "La acción del doctor Gutiérrez ha sido generalmente mal entendida; gentes hay que piensan de buena fe que sus preceptos llegaban hasta sancionar los barbarismos y galicismos de que nuestro lenguaje escrito y hablado rebosa y que los argentinos debíamos regirnos por la gramática del vení, vos y tomá². Nada más lejos de su pensamiento; pedía sí, y en eso aunaba su esfuerzo al de todos los americanos competentes que se han ocupado de la cuestión que la lengua que hablamos no considerara como espurios aquellos aportes que los vigorosos rastros de los idiomas indígenas y las necesidades o diversos

aspectos de la vida esencialmente americana, traían para bien y comodidad de todos." (sdr, 1900; ed. 1919: 63.)

Temos aí um exemplo de glosar para dizer diferente. Em momento algum da glosa, M. Cané refere-se aos dizeres dos imigrantes, os quais sim estavam presentes, explicitamente, em textos-fonte para essa glosa:

(10) "Nula, pues, la ciencia y la literatura española, debemos nosotros divorciarnos completamente con ellas, y emanciparnos a este respecto de las tradiciones peninsulares, como supimos hacerlo en política, cuando nos proclamamos libres. Quedamos aún ligados por el vínculo fuerte y estrecho del idioma; pero éste debe aflojarse de día en día, a medida que vayamos entrando en el movimiento intelectual de los pueblos adelantados de la Europa. Para esto es necesario que nos familiaricemos con los idiomas extranjeros, y hagamos constante estudio de aclimatar al nuestro cuanto en aquéllos se produzca de bueno, interesante y

bello." (J. M. Gutiérrez, 1837; ed. 1958: 145).

E na "Carta Sexta" da série de "Cartas de un porteño":

(11) "En Paris todo es francés, en Madrid todo español.

A Buenos Aires todo ha venido, esta viniendo y vendrá, gracias a Dios, de Francia, de España(...), de todas las naciones civilizadas, y en ese todo están comprendidos implícitamente los hábitos y modos de expresarse de los extranjeros que se establecen y constituyen familia en la República Argentina." (J. M. Gutiérrez, 1876; em G. Weimberg, 1980: 300).

Esses textos de J. M. Gutiérrez, produzidos em outras condições sócio-históricas, seja no momento de apogeu do Romantismo (década de trinta no século XIX) -(10)-, seja no último terço do século passado -(11)-, evidenciam a posição dominante na FDR quando ainda não havia acontecido o fenômeno da imigração massiva.

A seguir, com a finalidade de expor mais amplamente a descrição da montagem discursiva da pesquisa, apresentarei formulações que não pertencem à sdr e, nas quais, o objeto do discurso foi construído, também, através de emergências de FNs com o substantivo *cuestión*, como podemos observar em (12), (13), (14) e (15); correspondendo (12), (13) e (14) ao domínio de atualidade, e (15) ao domínio de memória. Imediatamente depois, passaremos à enunciação do Esquema Interdiscursivo de Repetibilidade (EIR) correspondente às ressonâncias de significação em torno da FN que estamos tratando. A elaboração do EIR, como seu nome indica, foi resultante do trabalho a nível do interdiscurso. Esse trabalho foi possível, somente, após a descrição regrada da montagem discursiva, da qual apresentarei mais elementos após a enunciação do referido EIR. Observemos, então, formulações extraídas de outras seqüências discursivas:

(12) "El Sr. Abeille se ha propuesto examinar esta

cuestión, fundamental para nosotros. Deben los argentinos acatar la legislación española sobre el lenguaje que están desarrollando? Responde que no ..." (C. Olivera, 1900; ed. 1983: 64.)

(13) "...es conveniente plantear sin circunloquio la cuestión y demostrar, a la llana, cuán falsa es la tendencia del neocriollismo gauchi-cocoliche..." (E. Quesada, 1902; ed. 1983: 195.)

(14) "La cuestión hay que ponerla, a mi juicio, en otro terreno, y es que los argentinos y todos los demás pueblos de habla española reivindiquen su derecho a influir en el progreso de la común lengua española (...). Aquí está la raíz de la cuestión." (M. Unamuno, 1903; ed. 1983: 281.)

(15) "...pretender hacer algo en pro de nuestra lengua, sea o no por medio de las correspondientes, no se trata

de una mísera cuestión de palabras..." (R. Obligado, 1889; ed. 1976: 83-84.)

Em (15) os grifos, exceto o que está em negrito, são do autor e constituem marcas de heterogeneidade mostrada (cf. J. Authier, 1984), em que o tipo de fronteira com o dizer do outro é o de balizagem máxima (J. Authier, 1989), ou seja, o que acontece quando o limite com o exterior consta nitidamente marcado na cadeia. Nesse sentido, é necessário lembrar que faz parte das condições de produção dessa seqüência o fato dela ser resposta a uma carta de Juan A. Argerich, publicada, também, no jornal *La Nación*, por ocasião da discussão sobre a conveniência ou não de organizar, na Argentina, uma Academia da Língua, subsidiária da Real Academia Espanhola (essas eram denominadas "correspondientes").

Nas seqüências reproduzidas até aqui, o imaginário do motivo que dá existência ao debate sobre a língua aparece construído, predominantemente, por meio de formulações com a

presença da marca "cuestión". Ao estudar a discursividade da polêmica, focalizando a análise da produção de paráfrases, isto é, de ressonâncias de significação em torno das FN com a referida marca lingüística, foi possível determinar um Esquema Interdiscursivo de Repetibilidade governando essa produção parafrástica .

Esse esquema, como foi dito no capítulo 5, representa as relações semântico-discursivas entre as formas que tendem a configurar, tendo como referência uma determinada formação discursiva, a realidade de um sentido e,conseqüentemente, seus funcionamentos no discurso. O Esquema pode, então, ser representado assim:

ESQUEMA QUE GOVERNA A PRODUÇÃO DE
RESSONÂNCIAS DE SIGNIFICAÇÃO
EM TORNO DA FN "LA CUESTION"

[Relação Semântico-Discursiva
entre as Formas]

DE GRAU EUFÊMICO

[Funcionamento Discursivo]

TENDÊNCIA A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO:
SUBMETTER AS VOZES DOS UNIVERSOS IMIGRANTES

Para fundamentar a explicação do esquema faremos referência constante a seqüências do corpus.

Quanto à relação de grau eufêmico, um primeiro ponto de ressonância, que podemos situar semanticamente próximo ao das formulações com "la cuestión", é o que acontece com ocorrências da palavra "asunto", vide (16) e (17), correspondentes ao domínio de atualidade. (17) é um esclarecimento da direção do tradicional jornal *Tribuna*, que antecede o texto de Carlos Olivera:

(16) "Yo, considero, en efecto, el asunto, con el mismo criterio que el doctor Cané, y por eso no entraré a repetir lo dicho ya, y maestramente, por tan distinguido hombre de letras.(...) mucho de lo expuesto por usted [E. Quesada] ha tenido para mí el atractivo de una verdadera revelación. El mal era mucho más hondo de lo imaginado. Ud. lo demuestra con esa vasta erudición, característica de todos sus escritos, pues nadie ha profundizado tanto el asunto, ni diseccionado con su maestría de cirujano el cuerpo deforme de ese monstruo microcéfalo." (C. Estrada, 1902; ed. 1983: 239-240.)

(17) "Aunque la naturaleza del asunto y la firma autorizada del artículo que va a leerse -firma que por otra parte es de la casa- harían innecesaria toda salvedad, cierta pasión por el tema nos obliga a decir que no estamos de acuerdo con nuestro distinguido compañero de tareas, Sr. Olivera, y que consideramos literariamente malsano e inconducente a sus fines científicos el libro del Dr. Abeille..." (Nota da Direção,

Tribuna, 7/8/1900; em ETAC, 1983: 62.)

A descrição de um outro ponto de ressonância na escala de grau eufémico, que será exposto a seguir, me permitiu observar que ele constitui uma marca de contradição intrínseca no seio da formação discursiva de referência (Foucault, 1985: 258). A contradição consiste em assumir explicitamente ou não que, para o grupo social dominante na formação social em estudo, a questão é um problema. Observemos as co-referências entre "cuestión" e "problema" nas formulações (18), (19) e (20), correspondentes ao domínio de atualidade; e a formulação (21) extraída de uma seqüência do domínio de antecipação:

(18) "A Mariano de Vedia, quien (...) ha sostenido la doctrina correcta respecto del problema de la lengua entre nosotros; y ha tenido la franqueza de declarar que la pretensión de formar dialectos o nuevos 'idiomas nacionales' debe combatirse con vigor, llegando hasta decir que considera 'literariamente malsano e inconducente a sus fines científicos el libro del Dr.

Abeille', que precisamente defiende aquella tesis equivocada y perniciosa; dedica el autor este opúsculo, que estudia dicha cuestión." (E. Quesada, 1900: Dedicatória, III.)

(19) "...me ha movido a recoger en forma de opúsculo las páginas que, sobre la trascendental cuestión del problema de la lengua, acabo de publicar en la REVISTA NACIONAL. Es tiempo de que solucionemos definitivamente esa cuestión." (E. Quesada, 1900: VIII.)

(20) "La cuestión, indudablemente, se presta a controversia; precisamente por eso la hemos encarado como 'problema'." (E. Quesada, 1900: 3.)

(21) "La palabra problema puede ser una insidiosa petición de principio. Hablar del problema judío es postular que los judíos son un problema (...). Otro demérito de los falsos problemas es el de promover soluciones que son falsas

también.(...) Para demostrar la primera tesis -la corrupción del idioma español en el Plata-, el doctor [A. Castro] (...) acumula retazos (...) los copia con infantil gravedad y luego los exhibe urbi et orbi..." (J.L. Borges, 1985: 30.)

Trata-se de uma contradição intrínseca porque apesar da diferença na maneira de formar os enunciados, os sentidos das proposições envolvidas não são substancialmente opostos. Neste caso, a diferença apontada diz respeito à seleção de léxico - entendido, ao mesmo tempo, como matéria prima e resultado dos processos discursivos (cf. M. Fêcheux, 1988: 290)- para a construção de FNs. Observamos, de um lado, a que corresponde às formulações da polémica reproduzidas até (17), nas quais não aparece a caracterização do objeto do discurso como problema, e, de outro, aquelas formulações em que de fato aparece assim caracterizado -vide (18) a (21)-. Entretanto, não há utilizações incompatíveis de um mesmo conceito (cf. Foucault, *ibid.*). Para fundamentar essa afirmação, observemos as formulações (22) e

(23), pertencentes à seqüência discursiva de referência (texto de M. Cané de 1900) e ao texto de E. Quesada, também de 1900, respectivamente, que podemos considerar representantes paradigmáticos dos dois modos diferenciados de enunciar:

(22) "... sentia en mi, al par de la natural e instintiva simpatia por la España (y al hablar así me refiero a los que tenemos sangre española en las venas) (...) este inmenso depósito de sangre española, que se llama la América..." (M. Cané, sdr, ed. 1919: 61 e 63.)

(23) "...el que siente bullir en sus venas la noble y generosa sangre hispana; que españoles de legítima cepa somos los americanos..." (E. Quesada, 1900: 5.)

Essas e outras formulações que serão reproduzidas ao ocupar-nos das diferentes ressonâncias de significação (cf. págs 192-195) permitem fundamentar, na materialidade das seqüências, que não há diferenças substanciais nas condições de exercício da

função enunciativa entre as duas maneiras de formar os enunciados. Ambas pertencem a modulações dentro de uma mesma formação discursiva.

Outras ressonâncias de significação em torno da FN "la cuestión" que materializam essa relação de grau eufêmico entre as unidades que entram em redes parafrásticas, evidenciam outros pontos desse modo de se exercer a função enunciativa em que o objeto do discurso está mais exposto. Em (24), (25), (26) e (27) há formulações em que essa questão aparece lexicalizada como luta. (24), (25) e (26) fazem parte do domínio de atualidade, enquanto que (27) corresponde ao domínio de antecipação:

(24) "Ella [la lengua] surgirá triunfante de tal lucha..." (Del Solar, 1902; ed. ETAC: 247.)

(25) "El pleito del lenguaje. La contienda está empeñada. De un lado el vulgo -que es numerosísimo- abominando de

la gramática y burlándose de sus cultores; del otro aquellos que la defienden con tesón por haberse con ella encariñado, o por momentáneo arrobamiento impuesto por causas que no es oportuno analizar." (R. Monner Sans, 1906: 31.)

(26) "Se pretenderá todavía que será ineficaz toda lucha contra tales jergas, alegando que están demasiado arraigadas en el pueblo y que constituyen una avalancha irresistible? Error; profundo error." (E. Quesada, 1902; ed. 1983: 212.)

(27) "...era menester dar la voz de alarma y provocar una reacción seria: afortunadamente ésta culminó, al poco andar, con brillo inusitado (...). El pleito estaba ganado. (...) la lucha vivísima duró un par de lustros, encauzándose después, hasta que hoy por completo ha terminado con el triunfo del buen sentido." (E. Quesada, 1922: 8 e 10-11.)

Antes de passar ao tratamento das ressonâncias em torno

do modo de dizer indeterminado, faremos uma observação em relação à escolha de léxico que rodeia à FN la cuestión na formulação de referência I (vide (4)). Essa escolha, a nosso ver, fornece elementos em direção à confirmação da hipótese de trabalho formulada quanto ao fato da língua aparecer como metáfora da nação, na configuração do saber da formação discursiva de referência.

Sobre a concepção de metáfora que está sendo tomada como referência - questão que , por outra parte, ela própria poderia dar origem a um estudo completo-, basta, para o propósito deste trabalho, indicar o seguinte. Diferente das correntes tradicionais que a entendem como conotação analógica, secundária, que deriva de um sentido original ou básico (cf., por exemplo, C. Kerbrat-Orecchioni, 1983: 163-175 ou P. Fontanier, 1962: 99; apud J. Molino et alii, 1979: 5), a perspectiva que seguimos é a que, a partir das teses jakobsonianas (cf., por exemplo, R. Jakobson, 1963: 45-46) baseia

a definição da metáfora no plano do significante. Assim, a fórmula proposta por J. Lacan é "uma palavra para uma outra" (1966: 597, apud J. Molino et alii, 1979: 18). Concebe-se que ela surge entre dois significantes do qual um substituiu ao outro, tomando seu lugar na cadeia, mas o significante oculto fica presente pela conexão com o resto da cadeia (cf. ³ ibid.) .

Na formulação em estudo o efeito metafórico é produzido pelas escolhas lexicais -consideradas a nível da enunciação, onde age o esquecimento número dois- das expressões: "elementos nuevos y vigorosos", "masa", "buenas reglas", "estabilidad", "progreso". Esses elementos, ligados na cadeia explicitamente à língua, mantêm conexão com sociedade-nação. Assim, os elementos vigorosos ecoam a massa de novos integrantes da sociedade, vindos com a imigração. Esses elementos, vinculados a boas regras, estabilidade e progresso, mostram uma conexão com o significante nação. Portanto, podemos concluir que essa escolha lexical possibilita materializar a construção do objeto de discurso com

base em um jogo metafórico entre língua e nação.

Os infinitivos que destaquei ao apresentar a f.r. I são exemplos do modo de dizer indeterminado, que ocorre, fundamentalmente, em enunciações que denominaremos avaliatórias e/ou programáticas. Trata-se das construções que participam da constituição de objetos de discurso através de apreciações, estimativas, declarações de planos, intenções, atitudes a serem tomadas. Nesse tipo de enunciação interessa-nos observar como funciona interdiscursivamente a indeterminação dos agentes, das causas ou das origens de processos, ações ou estados propiciados pela presença do verbo. Em um trabalho anterior, estudei em detalhe os principais funcionamentos discursivos dos recursos de indeterminação, predominantemente no nível intradiscursivo. Lembremos, de um modo um tanto esquemático, que os fundamentais recursos indeterminadores do espanhol são: estrutura se-verbo; verbo em 3a. plural sem agente; construção com infinitivo; uso genérico-hipotético do pronome tú/vos/usted; estrutura com a forma uno; uso generalizador de FNs como "la persona", "el

homem"; e a construção de passiva perifrástica ou de participios sem agente (cf. S. Serrani, 1984: 53). Naquele trabalho foi possível determinar cinco funcionamentos, a nível intradiscursivo, dos recursos de indeterminação, a saber: o encobridor de ações diretivas, o amenizador, o instaurador de jogos argumentativos de sondagem e/ou cautela, o oficializador e o justificador do discurso (cf. *ibid.*: 90-124). Neste trabalho não é o caso de tratar em detalhe a indeterminação nesse nível intradiscursivo. Mencionemos, somente, que ao analisar nossas seqüências, foi possível observar um predomínio dos funcionamentos: encobridor de ações diretivas, oficializador e justificador do discurso. A seguir, será focado o estudo da indeterminação como modo de dizer em torno do qual é possível descrever uma ressonância significativa na construção do discurso sobre o espanhol riopratense por parte da FDR.

Na sdr, concorrem vários dos recursos relacionados acima para a construção de efeitos de indeterminação nas

enunciações avaliatórias e/ou programáticas. Nesse sentido, além da já reproduzida f.r. I (vide (4)), na qual é abundante o emprego da construção indeterminadora com infinitivo, observemos (28), (29), (30), (31), e (32) -dentre os quais (29) constitui nossa f.r. II. Na apresentação, será respeitada a ordem de aparição na seqüência discursiva.

(28) "Pretender, pues, fijar un idioma es tan absurdo (...) Puede nadie pretender que el castellano se petrifique de esa suerte? Puede el purista más empecinado e inflexible pretender luchar contra las mil influencias que han de determinar las modificaciones regionales que la lengua española sufrirá en América, como las ha sufrido ya en las mismas provincias peninsulares? Es acaso sensato oponerse a los neologismos necesitados por los progresos de las ciencias y las artes?" (sdr, ed. 1919: 66 e 67).

(29) -f.r. II- "Lo que sí se puede y se debe sostener es que todos los aportes, los enriquecimientos, las adquisiciones

por conquista, cambio, compra, violencia y todo otro modo de adueñarse de lo ajeno, se sometan a las reglas generales por las cuales se rige la comunidad." (sdr,ed. 1919: 67).

(30) "uno no puede menos que conmovirse al verle [a L.Abeille] entonar el himno nacional a propósito de lingüística (sdr, ed. 1919: 67).

(31) "lo que hay que admirar más, es la agilidad maravillosa que [L. Abeille] despliega para extraer del verbo latino torrere, que significa secar, tostar, quemar, incendiar, inflamar, el vocablo atorrante..."(sdr, ed. 1919: 69).

(32) "...el odioso maçana, que no se acierta a comprender cómo ha venido a significar disparate, despropósito, de su acepción primitiva y aceptada, aún en España, de 'arma contundente usada por los indios'." (sdr, ed. 1919: 69).

Nas formulações que acabamos de ler é possível observar além de recursos de indeterminação, recursos de dois fenômenos semanticamente próximos, a saber, a indefinição e a impessoalização. Estes últimos, embora frequentemente confundidos com a indeterminação possuem características definitorias próprias. Como observamos no referido estudo sobre o tema, a indefinição é imprecisa mas determinada. Assim, "no caso dos indefinidos na língua, dado seu caráter quantitativo, a generalização que expressam é sempre limitada a um conjunto de elementos, do qual referem a totalidade (todos), o esvaziamento (nenhum) ou a parcialidade (alguns)" (cf. S. Serrani, 1984:52). Quanto à chamada "impessoalização", interessa lembrar que ela "é uma propriedade de certos verbos que, por sua natureza, não são usados com sujeitos que possuem função referencial -como é o caso dos verbos que expressam fenômenos atmosféricos" (cf. ibidem). As formas indeterminadoras nas formulações (28) a (32) são : construção com se-verbo, estruturas com infinitivo, uso da forma uno, emprego de frase nominal indeterminadora: ("el purista"). Os

recursos de indefinição e impessoalização: "nadie" e "hay", em (28) e (31), respectivamente.

Os jogos argumentativos materializados, principalmente, por construções indeterminadoras com infinitivo (cf., por exemplo, as perguntas retóricas em (28): "pretender fijar un idioma es tan absurdo...; puede nadie pretender que el castellano se petrifique...?; puede el purista más empecinado e inflexible pretender luchar...?; es acaso sensato oponerse a los neologismos...?", ou os pressupostos da afirmação categórica na f.r. I -vide (4)- : "la cuestión no es hacer de la lengua un mar congelado...") constituem marcas da oposição, na FDR, ao academicismo lingüístico. Trata-se de uma contradição intrínseca porque as condições de exercício da função enunciativa não se encontram afetadas: no seio da FDR há posições que sustentam o academicismo, cf. R. Obligado (1889), cf. E. Duesada, 1900, 1922, e posições explicitamente opostas. Em se tratando de uma contradição intrínseca, a mudança de posição não está dificultada. Assim, por exemplo, E. Wilde, de quem serão

reproduzidas formulações mais adiante (vide (35)), defende, em um momento, posições antipuristas com veemência e entrará posteriormente na Academia da Língua.

Da análise foi possível depreender, também, que as asseverações contra a posição de L. Abeille realizadas em muitos casos através de recursos indeterminadores (vide, por exemplo, (30) e (31) acima) constituem marcas que evidenciam uma contradição derivada. Ela possui traços específicos que lhe conferem um caráter diferente da anterior. O lugar social de L. Abeille, como vimos ao falar sobre as condições de produção no capítulo 7, não coincide plenamente com o da FDR. No entanto, trata-se do lugar de um estrangeiro culto, francês, aceito como professor no mais importante colégio de Buenos Aires, com livro editado em Paris; ou seja, as condições de exercício da função enunciativa tem pontos de aliança suficientes para que possa ser constituído como interlocutor por sujeitos da FDR. E em determinados casos, para que membros conspícuos da FDR (vide,

abaixo, em (33) e (34) formulações de seqüências produzidas por C. Pellegrini e C. Olivera) adotem posições em aliança com a de Abeille e em contradição (derivada) com a de outros membros da própria FDR. Lembremos que C. Pellegrini ocupou a presidência da República entre 1890 e 1892 e a vice-presidência no segundo mandato de Julio A. Roca, e que C. Olivera pertencia a uma das mais importantes famílias de fazendeiros do país (cf. J.F. Sabato.1988: 191-194).

(33) "El idioma nacional de los argentinos es un libro útil, interesante, que puede tener incalculables consecuencias en nuestro desarrollo mental y moral. Su autor, el señor Abeille, es un hombre distinguido, versadísimo en una multitud de materias que le permiten considerar el fenómeno lenguaje desde un punto de vista superior al de los gramáticos, y aun al de los literatos en general. (...) El señor Abeille ha prestado, pues, un incalculable servicio a la República Argentina" (C. Olivera, 1900, ed. 1983: 63 e 66).

(34) "Mi estimado Abeille: No me parece necesaria la conferencia que usted me indica para demostrar una verdad que usted ha afirmado y que se realizará en el tiempo, tan fatal y sencillamente como la aurora de mañana.(...) Indudablemente, ese idioma argentino es hoy apenas un balbuceo, un cocoliche, un embrión que los puristas se entretienen en examinar con microscopio, encontrándolo deforme y hasta repelente. Dejémoslos tranquilos en su inofensiva manía, que nada hay inútil en la tierra, y limitémonos a cantar en coro y como única respuesta el aire de la 'Perichole' il grandirá car il est espagnol!!" (C. Pellegrini, 1902; ed. 1983: 250).

Para expor mais elementos da descrição regrada a partir da qual elaborei a proposta para o esquema interdiscursivo de repetibilidade que será enunciada imediatamente depois, vejamos, a seguir, outras formulações recortadas de seqüências do corpus. (35), (36), e (37) correspondem ao domínio de atualidade; e (38), ao domínio de memória.

(35) " En qué grado debe admitir la gente culta los modismos que bien elegidos enriquecen la lengua? Es casi imposible dar sobre esto una norma o señalar un límite.(...)qué criterio debe guiar para aceptar en el lenguaje culto esos términos recién venidos? Dar reglas a ese criterio es lo difícil. Pero algunas puede señalarse" (E. Wilde, 1900; ed. 1983: 68 e 69).

(36) " Mucho y malo tenemos en nuestra parla que conviene desterrar..." (R. Monner Sans, 1902: 374).

(37) " No es volteando los frutos malsanos de un árbol, como se evitan los males que éstos pueden producir; hay que desarraigar el árbol, buscando en la tierra hasta la última de sus raíces, para sanear el suelo y hacerlo apto para otra clase de vegetación." (M. Cané, 1902; ed. 1983: 235).

(38) "...pretender hacer algo en pro de nuestra lengua, sea o no por medio de las correspondientes, no se trata de una miserá cuestión de palabras (...). Salvar, pues, nuestro idioma de toda corruptela, mantenerle incólume, no ya sólo en su organismo sino en sus partes todas, es obra de patriotismo argentino" (R. Obligado, 1889; ed. 1976: 83 e 86).

Vejamos, então, o esquema interdiscursivo de repetibilidade correspondente às ressonâncias interdiscursivas em torno do modo de dizer indeterminado para enunciações avaliatórias e/ou programáticas.

ESQUEMA QUE GOVERNA A PRODUÇÃO DE
RESSONÂNCIAS DE SIGNIFICAÇÃO EM TORNO DO MODO DE DIZER
INDETERMINADO PARA ENUNCIÇÕES AVALIATIVAS E/OU PROGRAMÁTICAS NA FDR:

[Relação Semântico-Discursiva entre as Formas]

DE REFORÇO DA GENERALIZAÇÃO AO INDETERMINAR
AGENTES, CAUSAS, ORIGENS DE AÇÕES, PROCESSOS, ESTADOS

[Funcionamento Discursivo]

APRESENTAR AS AVALIAÇÕES OU PROGRAMAS DA FDR COMO AVALIAÇÕES
OU PROGRAMAS DE INTERESSE GERAL DA NAÇÃO, E CONSTRUIR O LUGAR
DA FDR COMO O ÚNICO LEGÍTIMO PARA AVALIAR E PLANEJAR

B) Ressonâncias de Significação em Torno da FN Nuestra Lengua

Já no primeiro enunciado da sdr a FN ⁴nuestra lengua emerge como pré-construído ⁵(vide (39), abaixo), que será repetido em mais três ocasiões no texto (reproduzidas em (40), (41) e (42)), sendo essa última a escolhida como formulação de referência III. Na ordem de exposição das formulações será mantida a de aparição na sdr.

(39) "Las primeras impresiones positivamente desagradables que sentí respecto a la manera con que hablamos y escribimos nuestra lengua fue cuando las exigencias de mi carrera me llevaron a habitar, en el extranjero, países donde también impera el idioma castellano" (sdr, 1900; ed.1919: 61).

(40) "Por mí sé decir que fue bien entradito en años que leí a Solís, a Melo, a Quintana y a otros de los maestros que nos presentan el cuadro incomparable de nuestra lengua, bien manejada, apta y flexible para todo" (sdr, 1900; ed. 1919: 62).

(41) " Cuántas voces (...) florecientes y usuales en el siglo XIV y precisamente de aquellas que más caracterizan nuestra lengua están hoy relegadas por la Academia en ese enorme armatoste de 'anticuadas' que revienta ya, mientras en los países americanos conservan toda su eficacia y su verdad!" (sdr, 1900; ed. 1919: 64).

(42) -f.r. III- "nuestra lengua que no es 'el idioma de los argentinos', ni 'el idioma nacional', sino simplemente y puramente el castellano" (sdr, 1900; ed. 1919: 67).

Em (39), o efeito de ressonância é materializado através da relação de co-referência entre "nuestra lengua" e frase nominal "el idioma castellano" da última linha. Em (40) o enunciador constrói o objeto de discurso "nuestra lengua" a partir da relação de seu grupo social com o espanhol, exemplificando com sua experiência pessoal a esse respeito. Em

(41) esse objeto de discurso é construído na base de elementos que mostram a contradição com posições sustentadas pela Academia. E em (42), depois das marcas de heterogeneidade mostrada que remetem à, já descrita, contradição com a posição de L. Abeille, "nuestra lengua" ressoa com "simplemente y puramente el castellano".

Especifiquemos, agora, por que "nuestra lengua" emerge como um pré-construído em (39). Ali, a referida frase nominal ocorre no interior de uma estrutura sintática de encaixe - "las primeras impresiones positivamente desagradables (que sentí respecto a / la manera con (que hablamos y escribimos nuestra lengua >/> " -, na qual os elementos encaixados funcionam como um típico dispositivo de produção de nome. Aqui prefiro falar em "elementos encaixados" e não em "enunciados encaixados" como diz M. Fécheux em um dos trabalhos em que trata dessa questão (1981c) pois, o autor salienta que nas construções relativas -do tipo determinativo⁷, como em (39)- o "enunciado encaixado" não

dispõe de independência alguma. Sendo a independência sintática, neste enfoque intradiscursivo do termo (cf. O. Ducrot, 1984: 175-176), um dos critérios para a definição do enunciado, considero mais adequado utilizar a expressão "elementos encaixados". Esses elementos constituem o efeito de pré-construído. Por esse efeito um nome se apresenta como referindo um objeto do mundo. E essa realização (intradiscursiva) na cadeia produz a ilusão de ausência da natureza interdiscursiva desse pré-construído (cf. M. Fécheux, 1981c: 143). Em (15) ("pretender hacer algo em pro de nuestra lengua"), vide acima, e em (43), (44) e (45), a seguir, podemos observar formulações que mostram elementos dessa interdiscursividade. (15), (43) e (44) correspondem ao domínio de memória e (45), ao domínio de antecipação da formação discursiva de referência. (45) foi extraída do volumoso livro editado por A. Costa Alvarez vinte e dois anos depois da publicação de nossa sdr e quase noventa depois das formulações de J. M. Gutiérrez e J. R. Alberdi, que constam a seguir. O livro leva como título, justamente, **Nuestra lengua**.

As condições de produção relativas às seqüências discursivas (cp (sd)) das que foram extraídas as formulações correspondentes ao domínio de memória diferem em um ponto fundamental das relativas às seqüências do domínio de atualidade. O projeto de favorecer a imigração européia estava em seus prolegómenos. O livro de J. B. Alberdi, *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina* onde é enunciado o lema "governar é povoar", e que será retomado no artigo 25 da Constitución Nacional⁸, é de 1852. A lei de colonização e imigração foi sancionada em 1876. De modo que em 1837, no auge das idéias românticas de exaltação do americanismo e de consolidação da emancipação de Espanha, há uma restrição da ordem do discurso no sentido da emergência de um "nosso" em que se lexicaliza o fim do período colonial. Assim, é preciso falar em nossas simpatias por outros países, no caso, a França, nossa legislação, nossos costumes, nossa pátria, nossa nação, e em nossa língua, que não é a espanhola:

(43) "... la poesía. Que a este nombre, señores, no se despliequen vuestros labios con la sonrisa del desprecio y de la ironía. Que este nombre no traiga a vuestra memoria la insulsa cáfila de versificadores que plaga el Parnaso de nuestra lengua" (J. M. Gutiérrez, 1837; ed. 1979: 16-17).

(44) "Nuestras simpatías con la Francia no son sin causa. Nosotros hemos tenido dos existencias en el mundo. una colonial, otra republicana. La primera nos la dio la España, la segunda, la Francia. (...) El pensamiento francés envuelve y penetra toda nuestra vida republicana. (...) A los que no escribimos a la española, se nos dice que no sabemos nuestra lengua. Si se nos dijera que no sabemos escribir ninguna lengua, se tendría más razón. Decir que nuestra lengua, es la lengua española, es decir también que nuestra legislación, nuestras costumbres, no son nuestras sino de la España, esto es, que nuestra patria no tiene personalidad nacional, que nuestra patria no es una patria, que América no es América, sino que es

España, de modo que no tener costumbres españolas es no tener las costumbres de nuestra nación. (...) Tu lenguaje penetra, convence, ilumina, arrastra, conquista? Pues es puro, es correcto, es castizo, es todo. La legitimidad de un idioma, no viene ni puede venir sino del pleno desempeño de su misión. (...) Nuestra lengua aspira a una emancipación, porque ella no es más que una faz de la emancipación nacional, que no se completa por la sola emancipación política" (J. B. Alberdi, 1837; ed. 1984: 153 e 154).

As partes destacadas em (45) mostram os elementos que mais se relacionam ao intradiscurso da nossa sdr, constituindo-a, portanto, em uma formulação do domínio de antecipação:

(45) "Establecidos así los orígenes de nuestra lengua, veamos cuál es el estado actual de ella.

A la primera ojeada, el cuadro es embrollado, la visión confusa. Cuando se nos pregunta de pronto qué lengua hablamos los argentinos, vacilamos mucho en responder. (...) Qué

responder, pues? Unos salimos del paso llamando 'argentino' a una hipotética fusión de todo (...); sin advertir que no hay mezcla posible de elementos contradictorios, incompatibles, realmente antagónicos. Otros decimos que nuestra lengua no se ha fijado todavía, que está evolucionando; sin advertir que no hay lengua en el mundo que no esté evolucionando eternamente, y no por estar así pierde su nombre. Otros, en fin, decimos valerosamente 'castellano' y nos quedamos dudando de haber dicho la verdad. Sin embargo, un momento de reflexión basta para resolver la dificultad. Nuestro idioma nacional es el castellano; pura y simplemente el castellano (...)nuestra lengua es el castellano" (A. Costa Alvarez, 1922: 141-142 e 150).

A seguir, acrescentaremos elementos da descrição dos contextos imediatos de ocorrências da FN "nuestra lengua" em seqüências do domínio de atualidade. E imediatamente depois passaremos à enunciação do esquema interdiscursivo de repetibilidade correspondente a esta ressonância que estamos

tratando.

Frecuentemente "nuestra lengua" aparece ligada al sustantivo "tradición", como podemos observar en (46) e (47):

(46) "[es] menester que, por sobre nuestro cosmopolitismo, se mantenga incólume la tradición nacional, el alma de los que nos dieron patria, el sello genuinamente argentino, la pureza y gallardía de nuestra lengua" (E. Duesada, 1902; ed. 1983: 229-230).

(47) " - (...) pero también sé otra cosa que no sabés vos. Sé qui hablás en cocoliche, sé qui un doctor de campaniyas, un superior mio pá mejor en la magistratura, ha escrito un libro pá probar qu'ese ministrón d'idioma que vos y los demás gringos acostumbran v'a concluir con l' historia y la tradición de nuestra lengua" (C. Correa Luna, 1902; ed. 1983: 255).

Uma outra observação que interessa fazer, sobre a descrição dos contextos imediatos em que ocorre a FN "nuestra lengua", diz respeito às modalizações apreciativas. Com frequência, a escolha lexical nas adjetivações constitui um outro indicio (além dos apontados ao tratarmos das ressonâncias em torno de "la cuestión" e do modo de dizer indeterminado) em direção à confirmação da hipótese quanto ao fato da língua aparecer, na configuração do saber da formação discursiva de referência, como metáfora da nação. Por exemplo, em (48) - formulação que corresponde também ao domínio de atualidade-, a seleção recaiu no adjetivo "soberana", atributo típico para predicar sobre a nação:

(48) "serán vanos los esfuerzos de los que pretendan alterar la sustancia y el fondo de nuestra lengua soberana" (A. del Solar, 1902; ed. 1983: 247).

O EIR proposto, então, neste caso é:

ESQUEMA QUE GOVERNA A PRODUÇÃO DE RESSONÂNCIAS DE SIGNIFICAÇÃO
EM TORNO DA FN NUESTRA LENGUA

[Relação Semântico-Discursiva
entre as Formas]

ATRIBUTIVA NA DELIMITAÇÃO DA LINGUA LEGITIMA

[Funcionamento Discursivo]

EXCLUIR A POSSIBILIDADE DE LEGITIMAÇÃO PARA ELEMENTOS EXTERNOS
AO DIZER DA FDR, PRINCIPALMENTE DOS DIZERES DE FD IMIGRANTES

Na caracterização da relação entre as formas, ao dizer que é "atributiva", esse termo não está utilizado, evidentemente, no sentido sintático de modificador direto. Ele deve ser entendido como uma derivação do sentido lógico de caráter afirmado ou negado de um sujeito, ou seja, de predicado. A derivação específica consiste em que seu alcance não se limita à horizontalidade da seqüência, mas abarca também o domínio interdiscursivo.

Os dizeres externos ao da FDR são os que parecem lexicalizados como "jerigonza cocoliche", "jerga gauchesca",

"germanía", "dialecto", "hablar italo-criollo" em formulações como as reproduzidas em (49) , (50) e (51), do domínio de atualidade.

(49) "... el hablar italo-criollo, o sea la jergonza cocoliche. Esta última, que es una mezcla de los dialectos genovés y napolitano con el gauchesco y compadrito, aspira a vida propia, (...). Por de contado, esa jerga se habla por millares de inmigrantes y por los descendientes de tales: es el dialecto más antiliterario imaginable " (E. Quesada, 1902; ed. 1983: 153).

Para finalizar, uma observação relativa aos modos de excluir a legitimação desses dizeres, no discurso. Ela ocorre, seja por ressonâncias em torno do sentido excessos de linguagem - vide (50) e (51)- , seja pela omissão total de sua existência - vide (52):

(50) "la difusión de las escuelas primarias va

influyendo porque desaparezcan los vicios de construcción y pronunciación que, en realidad, constituyen la verdadera característica de la jerga gauchi-orillera-cocoliche, ya que hoy, en los suburbios de los grandes centros, se han entremezclado las tres tendencias, cuando no se han apropiado términos del lunfardo (lem nota] el lunfardo es la jerga de los delincuentes)" (E. Quesada, 1902; ed. 1983: 213).

(51) "esa burda germanía es simple producto del período de transición entre la generación que inmigra y la que se convierte en argentina: la escuela pronto normaliza esos excesos de lenguaje (E. Quesada, 1902; ed. 1983: 153).

(52) "Analizando con la debida atención el caudal de voces en uso en la República Argentina, el lexicólogo más modesto, divídela en seguida en cuatro grandes grupos:

1) Voces genuinamente españolas de uso corriente en la madre patria y en todas las repúblicas hispanoamericanas.

2) Galicismos.

3) Arcaísmos.

4) Neologismos.

Del primer grupo no hay porque ocuparse, ya que los vocablos que lo forman, limpios traen sus papeles de origen" (R. Monner Sans, 1902: 359).

Nessa classificação, eliminado o primeiro item, os outros dizeres poderiam caber no quarto: "neologismos". Contudo, isso não acontece, conforme pode-se observar na configuração do objeto de discurso em torno do vocábulo neologismos. Diz R. Monner Sans: "La formación de los nuevos vocablos acontece (...) de dos maneras: 1a) Añadiendo a una palabra despojada de su flexión alguna o algunas letras que modifican su significación; 2a) reuniendo varias palabras para expresar con ellas una sola idea. El primer procedimiento se llama derivación; el segundo, composición" (1902: 363-374). Assim, não constam do glosário que o autor inclui, a seguir, nenhuma que possa ser resultante da presença de falantes

provindos da enorme imigração. As formulações de R. Monner Sans são, portanto, paradigmáticas para mostrar esse funcionamento de excluir a possibilidade de legitimação para dizeres externos ao da FDR, através do mecanismo de omissão.

C) Ressonâncias de Significação em Torno do Modo de Dizer Marcado pelo Causativismo

O causativismo, noção que incide no domínio do discurso, não deve ser confundido com a denominação das estruturas de circunstância causal, do domínio estritamente sintático. Podendo, ou não, estar ligado a elas, o modo de dizer marcado pelo causativismo é produzido pelos efeitos discursivos de construções que respondem ao esquema :

<X> leva a (fazer)<Y>,
 (é causa de)

onde <X>, é, geralmente, uma FN do tipo {artigo determinante + nome} ou um pronome demonstrativo neutro que satura ⁹ um conjunto de proposições anteriores. Ao estudar o discurso da história para a escola, E. Orlandi (1983: 66) dá o nome de estilo transitivo ao decorrente de estruturas como a esquematizada acima, pela transitividade das ações (A faz B fazer C) que a autora verificou, permitindo-lhe distinguir a formação discursiva episódica, no discurso que analisava. Neste estudo, a dimensão enunciativa da construção é um pouco diferente. Não se trata aqui

da configuração de um "passa-passa de autoridades" para apresentar tomadas de decisão, como era no caso específico do discurso da história para a escola que estamos referindo. Entretanto, observaremos em seguida, que o efeito de sentido do episódismo pode ser constatado no estudo da discursividade da polêmica sobre o espanhol riopratense, mas já não como uma formação discursiva diferenciada.

Na sdr escolhida para este estudo, observamos ocorrências do modo de dizer marcado pelo causativismo nas formulações reproduzidas em (53), (54) e (55). (53) é recortada da que foi reproduzida anteriormente em (39). (54) foi glosada em repetidas ocasiões, tanto no momento da polêmica em estudo (cf., por exemplo E. Quesada, 1902 - em ETAC, 1983: 108) quanto em trabalhos posteriores de reflexão sobre problemáticas histórico-culturais desse período (cf., por exemplo A. Rubione, 1983: 38). Essas retomadas geralmente enfatizaram a última parte onde está o apelo ao ridículo por parte de M. Cané em sua

argumentação contrária à posição de L. Abeille. Para esta análise, entretanto, o destaque encontra-se na primeira metade da formulação com a ocorrência da construção causativa. E (55) constitui a formulação de referência IV, na qual pode se constatar a única menção explícita à imigração que há no texto:

(53) "las exigencias de mi carrera me llevaron a habitar, en el extranjero, países donde también impera el idioma castellano" (sdr, 1900; ed. 1919: 61).

(54) " Era algo, también [además de 'cierta repulsión a acatar sumisamente las reglas y prescripciones del buen decir establecidas por autoridades peninsulares'] instintivo, como la defensa de la libertad absoluta de nuestro pensamiento, como el complemento necesario de nuestra independencia. Eso nos ha llevado hasta denominar en nuestros programas oficiales 'curso de idioma nacional' a aquel en que se enseña la lengua castellana. Tanto valdría nacionalizar el catolicismo, porque es la religión

que sostiene el estado, o argentinizar las matemáticas, porque ellas se enseñan en las facultades nacionales (sdr, 1900; ed. 1919: 61).

(55) -f.r. IV- "La circunstancia especial de ser éste un país de inmigración hace más peligrosa la doctrina que informa el libro del señor Abeille y más necesaria su categórica condenación" (sdr, 1900; ed. 1919: 70).

Nas três formulações (53), (54) e (55) os efeitos de sentido são produzidos a partir de construções que apresentam a causa de uma dada ação ou estado <Y> ("habitar en el extranjero", "denominar ... 'curso de idioma nacional' a aquel en que se enseña la lengua castellana", "peligrosa la doctrina ... del señor Abeille...") restrita a um dado elemento <X> ("las exigencias de mi carrera", "la defensa de la libertad...", "la circunstancia de ser un país de inmigración"). Retomaremos a análise de (55) ao tratarmos da próxima resonância em torno do modo de dizer de tom casual.

Observemos, de inmediato, formulaciones extraídas do dominio de actualidad onde ecoa esse modo de dizer:

(56) "Yo conocía la existencia de esa literatura "cocoliche", pues las realidades de la vida me han tenido encadenado, sin solución de continuidad, a este suelo natal, van ya para tres lustros, los mismos precisamente en que esa flor de sapo de nuestras letras ha prosperado como la mala yerba" (C. Estrada, 1902; ed. 1983: 239).

(57) "debemos tratar de conservar limpia [la espléndida lengua castellana], para entregarla a nuestros hijos ampliada, si se quiere, pero pura de toda escoria. Respeto profundamente la opinión contraria, pero considero que debe ser vigorosamente combatida. Y es ésta quizá la razón más poderosa que me ha movido a recoger en forma de opúsculo las páginas que, sobre la trascendental cuestión del problema de la lengua, acabo

de publicar en la Revista Nacional" (E. Quesada, 1900: VIII).

A seguir reproduziremos formulações correspondentes aos domínios de memória e de antecipação. (58) permitirá mostrar elementos das restrições discursivas em que se produzem as seqüências do domínio de atualidade. Trata-se de uma formulação extraída dos Escritos Póstumos de J. E. Alberdi. Eles foram recopilados entre 1895 e 1901, mas, como foi apontado na Introdução, sua produção correspondeu ao período anterior ao de concretização do projeto nacional e, conseqüentemente, à imigração massiva. Lembremos que J. E. Alberdi faleceu em Paris em 1884. (59) foi recortada de um texto escrito por A. Costa Alvarez, em 1928, em que se propõe explicar os "vícios" que concorrem a frustrar o ensino da Gramática castelhana.

(58) "la pureza de una lengua será siempre una ley de su constitución destinada a mantener su identidad peculiar y propia, que la hace ser diferente de las otras: pero cada día esa

ley será entendida de un modo más lato y aplicada con mayor elasticidad" (J. E. Alberdi, Escritos Póstumos, tomo VI; em R. García Orza, 1980: 340-342).

(59) "el aferramiento de la Gramática a los principios dogmáticos y a los métodos doctrinarios del escolasticismo medieval que la creó explica la persistencia del formalismo que caracteriza todavía la índole de su contenido" (A. Costa Alvarez, 1928: 153).

Em (58) é necessário recuperar os antecedentes do relativo "que" e do anafórico "la" para observar a construção causativa com maior clareza: *la pureza < = una ley de la constitución de una lengua destinada a mantener su identidad peculiar y propia > hace que una lengua sea diferente de las otras.* Em (59), ela aparece travestida como explicação. Todavia, apesar dos matizes próprios de cada realização intradiscursiva, podemos observar os ecos do modo de dizer marcado pelo causativismo.

Dessa forma, seja deslocando para <X> a responsabilidade do locutor em uma ação, processo ou estado em jogo, seja por condensação episódica de fatos, a meu entender, a referida construção funciona, discursivamente, legitimando o ponto de vista a partir do qual está construído o objeto do discurso.

Para sintetizar o exposto acima, vejamos o EIR correspondente à ressonância que estamos tratando:

ESQUEMA QUE GOVERNA A PRODUÇÃO DE
RESONÂNCIAS DE SIGNIFICAÇÃO EM TORNO DO
MODO DE DIZER MARCADO PELO CAUSATIVISMO

[Relação Semântico-Discursiva
entre as formas]

INTENSIFICADORA DO PROCEDIMENTO DE CIRCUNSCREVER
A <X> A CAUSA DE <Y>

[Funcionamento Discursivo]

LEGITIMAÇÃO DO DISCURSO POR CONDENSÇÃO EPISÓDICA
OU DESLOCAMENTO PARA <X> DA RESPONSABILIDADE DO LOCUTOR
NA AÇÃO, PROCESSO OU ESTADO EM JOGO

D) Ressonâncias de Significação em Torno do Modo de Dizer de Tom Casual

Há modo de dizer de tom casual quando o objeto fundamental de um discurso é construído através de funcionamentos discursivos que o representam como sendo de relevância contingente. Esse modo de dizer pode concretizar-se por meio de marcas lingüísticas diversas. Dentre as mais frequentes, temos:

a) deslocamento do objeto de discurso principal para cláusulas parentéticas;

b) escolhas lexicais ou alusões que possibilitem a construção de efeitos de sentido na direção do contingente;

c) construções determinativas ou relativas - determinativas- que funcionam, no discurso, introduzindo, de modo deslocado, elementos do tópico que estrutura fundamentalmente um discurso.

As seguintes são formulações extraídas da sdr, nas

quais é possível observar ocorrências deste modo de dizer. Em (60), que constitui a formulação de referência V, e (1) a marca lingüística que o concretiza é uma estrutura sintática de cláusula parentética; em (61), trata-se de uma construção determinativa reforçada por uma oração incidente; e em (62), de uma construção determinativa em jogo com incisa parentética. Também, será reproduzida novamente (55) para retomar sua análise no tocante à escolha lexical.

(60) -f.r. V- "... sentía en mí, al par de la natural e instintiva simpatía por la España (y al hablar así me refiero a los que tenemos sangre española en las venas) cierta repulsión a acatar sumisamente las reglas y prescripciones del buen decir, establecidas por autoridades peninsulares" (sdr, 1900; ed. 1919: 61).

(1) "A mi juicio el estado de ánimo, por lo menos de la generación a que pertenezco, respecto a esa cuestión, provenía principalmente de la educación intelectual, recibida casi

exclusivamente en libros franceses y en el gusto persistente y legítimo por la literatura de ese país" (sdr, 1900; ed. 1919: 61-62).

(61) "Prefería don Juan María [Gutiérrez] las formas arcaicas conservadas por los levantinos de raza española (...) a la jerigonza estrecha y purista que pretendía implantar la Academia, sin dar oídas a las exigencias naturales de este depósito de sangre española, que se llama la América, y que es la verdadera esperanza de gloria en el porvenir de la raza... (sdr, 1900; ed. 1919: 63).

(62) "El señor Abeille, que es un entusiasta de nuestra tierra (uno no puede menos que conmovirse al verle entonar el himno nacional a propósito de lingüística) tiene tal debilidad complaciente con la que hablamos y que el rotula 'idioma nacional de los argentinos', que llega hasta justificar los cambios sintácticos que hemos introducido en el español..." (sdr, 1900;

ed. 1919: 67).

(55) "la circunstancia especial de ser este un país de inmigración hace más peligrosa la doctrina que informa el libro del señor Abeille y más necesaria su categórica condenación" (sdr, 1900: ed. 1919: 70).

Em (60) e (1) trata-se de duas cláusulas parentéticas, que, intradiscursivamente, funcionam marcando um desnível nos constituintes de cada formulação. Classicamente considera-se ao inciso como o lugar típico em que o sujeito (pode)se mostra(r). Nesse sentido, C. Haroche comenta: "de uma maneira geral, a inserção é considerada como a marca de uma subjetividade que não pode, contudo, quebrar em nada a necessidade do rigor lógico da linearidade do discurso" (1981: 154). Um outro elemento definidor do inciso é que no desnível produzido pela sua ocorrência na formulação, o que aparece como mais diretamente ligado ao sujeito se apresenta, ao mesmo tempo, como um dado acessório.

Em (61) o complemento determinativo funciona no discurso como um efeito de pré-construído que em consonância com uma oração incidente constroem a caracterização de América como um depósito de sangue espanhol. Em (62), e (55) as marcas de modo de dizer de tom casual acontecem no meio de argumentações contra a posição de L. Abeille. Em (62) o determinativo introduz o pré-construído *nuestra tierra*, marcando uma diferença entre o lugar de enunciação do autor da seqüência e o de L. Abeille. Em (55) a ênfase dada a "la circunstancia especial de ser este un país de inmigración" -pelo fato de ser o fundamento para a estrutura causativa- é atenuada através da escolha lexical "circunstancia especial" que produz um efeito de tom casual. A menção explícita à imigração que, como já foi dito, é a única na seqüência aparece caracterizada como um fato da ordem do circunstancial, peculiar, acidental.

A seguir, serão reproduzidas formulações correspondentes ao domínio de atualidade, vide (63), (64) e (65):

(63) "Somos republicanos, tolerantes en materia religiosa, cosmopolitas por nuestros gustos, y debemos elevarnos hasta la conciencia de nuestra personalidad, que no es secundaria ni derivada, como han hecho los Estados Unidos con la Inglaterra. No tenemos por qué copiar a la España en su lenguaje; vamos muy bien como vamos; y cuanto más germanicemos nuestras instituciones, y nuestro pensamiento -cuanto más libres seamos- mejor para nosotros, para nuestros descendientes y para todos los hombres que habiten nuestro suelo" (C. Olivera, 1900; ed. 1983: 65-66).

(64) "...comprendiendo que su libro [trata-se de Nostalgia de F. Soto y Calvo, que foi o detonante para o ensaio de E. Duesadal, escrito a ratos en semejante algarabía, resulta difícilmente inteligible para un lector de otro país -y su lectura no es, tampoco, muy fácil para los que aquí viven sin mezclarse con las capas sociales que emplean aquellos patois-, se

ve forzado a insertar, a guisa de apéndice, un vocabulario de los términos 'estrambóticos', criollos, o campesinos, para usar su tecnicismo. (E. Quesada, 1902; ed. 1983: 176).

(65) "el autor [F. Soto y Calvo] se muestra amigüísimo de todo género de retruécanos, pero debo confesar que algunas acepciones —a mí, argentino por los cuatro lados—, me llenan de asombro." (E. Quesada, 1902; ed. 1983: 177).

Em (63) podemos observar uma realização do modo de dizer de tom casual na marca de heterogeneidade mostrada cuja fronteira com o dizer outro é de balizagem mínima (cf. J. Authier, 1989) na elusão à imigração ("para todos los hombres que habiten nuestro suelo") que ecoa palavras do preâmbulo da Constitución Argentina. Essa formulação apresenta um posicionamento não casticista dentro da FDR. Apesar da argumentação a favor da admissão de costumes e modos de pensar estrangeiros ("no tenemos por qué copiar a la España en su

lenguaje ... germanicemos nuestras instituciones y nuestro pensamiento"), uma marca da relação de alteridade está dada pela frase nominal "nuestro suelo" da alusão. O trecho do preâmbulo da Constituição diz: "aseguemos los beneficios de la libertad para nosotros, para nuestra posteridad y para todos los hombres del mundo que quieran habitar en el suelo argentino". Admitamos, mas o solo é nosso.

Em (64) a questão da classe social em relação as variedades de língua é introduzida, também em uma parentética. Nesse movimento o autor se situa entre "os que vivem sem se o misturar com as camadas sociais que empregam aqueles patois". E em (65), novamente, é na parentética que aparece tematizada explicitamente a questão da raça, como vimos que acontecia nas formulações da seqüência de referência.

(66) e (67), a seguir, correspondem ao domínio de memória:

(66) "Hace usted (J. A. Argerich) en los párrafos que he transcrito, una observación de valía al referirse a la trascendencia política de la lengua española en América; y apenas aplique usted el mismo criterio a nuestra patria en particular, notará que aquella importancia es mayor por las circunstancias especiales de nuestro engrandecimiento, debido a los elementos que recibe de todas las razas y lenguas. (R. Obligado, 1889; ed. 1976: 85).

(67) "la necesidad en que estamos, tanto mayor cuanto somos escasos en número, de valernos de toda fuerza de cohesión, de argentinización, que tengamos a mano" (R. Obligado, 1889; ed.1976: 86).

ESQUEMA QUE GOVERNA A PRODUÇÃO DE
RESSONÂNCIAS DE SIGNIFICAÇÃO
EM TORNO DO MODO DE DIZER DE TOM CASUAL

[Relação Semântico-Discursiva
entre as formas]

DE COMPLEMENTARIEDADE NA DISSIMULAÇÃO DO PAPEL CENTRAL
DA IMIGRAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE DISCURSO

[Funcionamento Discursivo]

DILUIDOR -E, POR ISSO MESMO, REVELADOR PARA O ANALISTA-
DA CONTRADIÇÃO EXTRINSECA FUNDAMENTAL

E) Voltando à Teoria em uma Espiral da Análise: a Noção de Imaginário

Antes de findar a exposição da análise, devo fazer referência à retomada da noção de imaginário, necessária para estudar o papel específico dos funcionamentos parafrásticos, conforme a proposta de entendê-los como ressonâncias interdiscursivas de significação, no processo de representação do sentido.

Como antecipei na Introdução, na perspectiva teórica de AD, inclusive já em sua primeira época, o imaginário, embora ligado à noção de ilusão, não é entendido como a propriedade que teria um determinado domínio de objetos, de ser substituto analógico de um real ausente. Na perspectiva do discurso, a dimensão imaginária é um componente inalienavelmente presente em todo material significante (cf. A. Sercovich, 1977: 32), por entender-se que se trata de uma ilusão necessária à existência da discursividade.

As formações imaginárias de que nos falava M. Fécheux em suas primeiras obras, apontavam a incorporar, no estudo da linguagem, a noção de projeção. Entendia-se que, no discurso, o que acontece é a projeção de dados empíricos relativos às condições de produção, estabelecidos por disciplinas exteriores ao domínio das Ciências da Linguagem, como por exemplo a Sociologia. Em um trabalho anterior onde me ocupei de rever o estatuto da noção de condições de produção (cf. S. Serrani, 1988: 185), referi que nos primeiros trabalhos da área as formulações eram um tanto ambíguas entre questionar as perspectivas empiristas e um certo retorno ao empirismo no modo de inclusão dos dados das condições de produção. A causa disso encontrava-se, segundo M. Fécheux e C. Fuchs (1975: 15), na falta de desenvolvimento de uma teoria do imaginário em relação ao real. Nesse sentido, uma das expressões mais interessantes desse desenvolvimento foi produzido, em boa parte, no escopo da teoria psicanalítica, em sua perspectiva lacaniana.

Com efeito, sobre a articulação desse domínio com os estudos lingüísticos, um trabalho de singular proficuidade é o realizado por J. C. Milner. Em um de seus trabalhos (1983), o mencionado autor sintetiza a especificidade dos três registros que se articulam na produção do sentido, estabelecidos pela teoria lacaniana da subjetividade, isto é, o real, o simbólico e o imaginário. Observa que ao tecido do representável, que constitui a realidade para um sujeito, correspondem o domínio das relações de semelhança e dessemelhança, das propriedades que por abstração podem ser construídas a partir de termos relacionados e sobre as quais se baseiam as classes de objetos, localizados em um espaço e um tempo. Esse âmbito do registro em que objetos se ligam é o imaginário.

Nos esquemas interdiscursivos de repetibilidade propostos acima para explicar as paráfrases, concebidas enquanto ressonâncias de significação, o componente relação semântico-

discursiva entre as formas opera, fundamentalmente, nesse registro imaginário. Ele possibilita estabelecer as ligações entre as formas por semelhança, mas, também, avançar explicações relativas às diferenças semânticas envolvidas.

A análise das ressonâncias em torno da FN "la cuestión", permitiu depreender elementos do processo de construção do imaginário do motivo da polémica, na FDR. Essa representação foi produzida, na discursividade, por formas lingüísticas (vide páginas 168-187 acima) ligadas parafrásticamente pelo fato de pertencer a um leque de grau eufêmico, relativo à luta contra as transformações produzidas na língua pela presença da imigração.

A análise das ressonâncias em torno do modo de dizer indeterminado para enunciações avaliatórias e/ou programáticas possibilitou observar como, na discursividade, é construído o imaginário do lugar social da FDR como o único cabível para avaliar e propor ações relativas ao bem geral da nação. Através

de estruturas ligadas parafrasticamente pelo fato de reforçar o
efeito indeterminador vinculado à presença de verbos deónticos¹⁰.

Esse efeito é construído em um jogo de condensações relativas ao nível de aparecimento -enquanto ego da linguagem. As formulações em que encontramos a forma "uno" exemplificam o nível de indeterminação com maior presença do locutor e as que apresentam estruturas com se-verbo, mostram o nível de menor aparecimento explícito do ego. No emprego das construções com infinitivo, observamos ocorrências de um nível intermediário da presença do eu (vide páginas 190-200 acima). Assim, é produzida a seguinte representação: as avaliações da realidade feitas da perspectiva da FDR sustentam os programas de ação que devem ser realizados por corresponder ao necessário para o bem da nação.

As ressonâncias em torno da FN "nuestra lengua" constroem a representação da língua como objeto de discurso destacado. As formas lingüísticas se ligam parafrasticamente pelo fato de, predicando -afirmativa ou negativamente- a respeito

de "nuestra lengua", delimitar, na FDR, a noção de língua legítima.

As ressonâncias em torno do modo de dizer marcado pelo causativismo são produzidas pela repetição de construções que estão ligadas pelo fato de construir uma auto-representação do dizer da FDR como sendo o de um discurso fundamentado.

A análise das ressonâncias de significação em torno do modo de dizer de tom casual permitiu depreender elementos da construção do imaginário de cidadão, na FDR. Esse imaginário é configurado no efeito de ligação produzido pelas ressonâncias, materializadas em construções incisivas, que exprimem argumentos de raça e sangue.

NOTAS DO CAPÍTULO 8

1. Inspirado, no começo, na proposta de J. J. Courtine, 1981.
2. As formas vení, vos y tomé aludem ao voseo, um dos traços gramaticais mais distintivos de algumas variedades de espanhol na América. Ele consiste no emprego da forma vos para a segunda pessoa do singular no registro informal-coloquial. Cf. R. Lapesa, 1970 (apud M. B. Fontanella de Weimberg, 1976: 43).
3. Para ilustrar, vejamos o exemplo mencionado por J. Molino et alii: em Bem, meu urso! [Ciel, mon zébu!], não é certamente a semelhança objetiva nem mesmo subjetiva entre marido e urso que age, mas a força do estereótipo, 'o significante oculto (marido) fica permanecendo presente dada sua conexão (metonímica) ao resto da cadeia (Bem, meu...!)' (1979: 18).
4. A noção de enunciado é aqui utilizada no sentido dado pela Semântica Argumentativa; isto é, como ocorrência *hic et nunc* de uma frase. Cf. C. Vogt, 1980: 133 e O. Ducrot, 1984: 174.
5. Essa afirmação será explicada imediatamente depois de

reproduzir o primeiro grupo de formulações.

6. Voltaremos a essa questão ao tratarmos das ressonâncias entorno do modo de dizer de tom casual. Ocuparemos-nos especificamente do funcionamento discursivo das alusões a experiências pessoais dos enunciadores.
7. Para a diferença entre relativas determinativas e relativas apositivas, cf. P. E. Henry, 1975: 84.
8. O texto desse artigo é: "El gobierno Federal fomentará la inmigración europea y no podrá restringir, limitar ni gravar con impuesto alguno la entrada en el territorio argentino de los extranjeros que traigan por objeto labrar la tierra, mejorar las industrias e introducir y enseñar las ciencias y las artes".
9. Aqui estou empregando a noção de saturação em sua aplicação no nível intradiscursivo da análise. Há saturação quando um enunciado amarra vários outros que o antecedem, cf. S. M. Serrani, 1984: 65 e 1986: 112.
10. Devo a uma comunicação pessoal de Cláudia Lemos a percepção

da importância dos deónticos na análise das ressonâncias do modo de dizer indeterminado.

C A P I T U L O 9

C O N C L U S O E S

Neste último capítulo, gostaria de apresentar conclusões relativas à concepção de paráfrase proposta e à análise apresentada..

Quanto ao meu objetivo de estudar como se processou o fenômeno da imigração européia na discursividade da polémica tratada, a análise me permitiu observar três modulações na configuração do saber da formação discursiva oligárquica argentina, em sua região do discurso sobre a língua.

A primeira, que denomino modulação do casticismo aristocrático se caracteriza por construir seus sentidos de modo elíptico. Nas formulações nela produzidas, é dominante o fato de nem se admitir a existência de um problema em relação à língua (vide, por exemplo, análise das formulações da sdr -M. Cané, 1900-). Ao descrever a língua falada em Buenos Aires, muito raramente os enunciadores mencionam os dizeres das centenas de

milhares de imigrantes e não tratam, explicitamente, das transformações produzidas na língua pela presença deles; ou, quando obrigados a mencioná-los (vide análise das formulações da resposta de M. Cané a E. Quesada, em 1902), fazem questão de enfatizar sua surpresa e/ou indignação (vide, por exemplo, formulações de C. Estrada, 1902, na análise). O estudo dos funcionamentos discursivos das ressonâncias de significação permitiu observar como os dizeres das formações discursivas externas à FDR, nessa modulação, eram submetidos por denegação.

A segunda modulação da FDR que pude distinguir é a do **casticismo academicista**. Nela os enunciadores fundamentam seu discurso em um interesse científico pela língua. Reconhece-se, então, que há um problema, que -no contexto do positivismo dominante nas ciências naturais- deve ser dissecado. Por isso, nesta modulação, o objeto de discurso aparece, geralmente, construído na oposição (fala-se explicitamente em luta, combate) entre "nuestra lengua" e outros dizeres, caracterizados como jargão, dialeto, gíria (vide, por exemplo, análise das

formulações de E. Duesada, 1900 e 1902).

Como observamos em diversos momentos da análise das ressonâncias interdiscursivas de significação, essas duas modulações se constituem através da existência de uma contradição intrínseca¹. Ela é intrínseca pois, seja pelo caminho do bom senso aristocratizante, seja pelo da exigência do cientificismo (vide, por exemplo, tipos de fundamento na análise das formulações reproduzidas ao tratar o modo de dizer marcado pelo causativismo), o objeto do discurso é construído em um jogo de sentidos que tendem à coincidência: nas seqüências correspondentes às duas modulações argumenta-se contra o purismo, mas defende-se a pureza e elogiam-se autores pelo seu casticismo (por exemplo, na sdr ao introduzir a glosa das afirmações de J. M. Gutiérrez -vide Apêndice A-, M. Cané diz: "el doctor Gutiérrez predicaba con el ejemplo; le reputo el más puro y castizo de nuestros escritores...nadie, tal vez, en nuestro país, ha escrito el castellano con mayor pureza..."). Como foi apontado na

exposição da análise. quando tratamos do modo de dizer indeterminado para enunciações avaliatórias e/ou programáticas, o fato de ser uma contradição intrínseca permite que, às vezes, um mesmo locutor mude de modulação (vide, por exemplo, posições de E. Wilde em relação à Academia da Língua).

Também, é importante esclarecer que esta caracterização que acabei de fazer das duas modulações corresponde a dois pontos em um continuum de realizações discursivas. Por definição, a discursividade não pode se encaixar em esquemas estanques. Nesse sentido, é possível exemplificar com uma realização mista. Refiro-me ao caso de algumas seqüências de autoria de R. Monner Sans (vide, na análise, por exemplo, as produzidas em 1902) que propugnam a perspectiva do academicismo lingüístico através de formulações que funcionam discursivamente elidindo a existência dos dizeres do mundo imigrante.

A terceira modulação, que denomino do **paternalismo**

tolerante, constitui-se a partir de uma relação de contradição derivada com as duas caracterizadas anteriormente. Nas seqüências produzidas quando esta terceira modulação é dominante pode se observar, inclusive, forte oposição no nível das proposições com as produzidas nas outras duas. Por exemplo, em formulações de F. Soto y Calvo (lembramos que sua obra *Nostalgia* foi o pivô explícito para o ensaio de E. Quesada, em 1902) lemos: "lo que el crítico argentino [E. Quesada] pretende que hagamos hoy los poetas nacionales : rebuscar nuestro lenguaje (...) almidonarlo a la castellana. (...) Queda dicho con esto qué lenguaje y qué costumbres ambiciono (...) los nuestros! (...) con gringuería, gauchismo y acicalamiento eufémico francés y restos de hurafía española; con el encantador variar con que transfórmalo todo el torrente de las edades, con nuestros inútiles galicismos (si el señor Cané nos deja alguno); con nuestros italianismos arrabaleros; con nuestros cocolichismos, que por ley natural hubieran de perpetuarse en el lenguaje y la acción" (1903, ed. 1983: 266-272). Como bem observa A. Rubione (1983: 37-39), tanto no conteúdo dessas formulações como no das de L. Abeille -embora

de um lugar social diferente. conforme vimos no capítulo 8- não há exclusão do imigrante.

Ora, haja visto que a oposição se mostra tão forte, o que me autoriza, então, a afirmar que essas formulações são produzidas no seio de uma mesma FD? A meu ver, isso se explica porque em se tratando de modulações que se encontram em relação de contradição derivada, o regime enunciativo não se encontra afetado. Por exemplo, no conteúdo das proposições há uma abertura em relação à presença do imigrante, mas, através da emergência de significantes como "nuestras instituições", "nuestro pensamiento", "nuestro suelo" (vide, por exemplo, análise de (63), no capítulo 8), desliza-se o sentido de desterritorialização para os representantes de lugares diferentes do próprio da FDR. Como vimos, C. Fellegrini apóia L. Abeille, mas seu chiste, na alusão de tom casual em francês, é: "il grandirá car il est espagnol!". Nas seqüências produzidas nesta terceira modulação, não são excluídos os dizeres do mundo

imigrante -por omissão-, nem se enuncia a necessidade de combatê-los -por incorretos-; propõe-se para eles a via de uma integração. Uma integração que se entende como um enquadramento ideológico (cf. A. Rama, 1982: 255) que neutralize "o horroroso lengüeteo italo-gregollo" (F. Soto y Calvo, 1903; ed. 1983: 275). Assim, quanto às relações de força em jogo, considero que esta terceira modulação materializa uma variedade tática da FDR para exercer a dominação. Nesse sentido, lemos em uma formulação de F. Soto y Calvo: "hoy por hoy, atacar los géneros bajos de nuestra literatura, no sólo no es filosófico (...), sino que ni es eficaz, ni ha de llegar a ser político" (1903, ed. 1983: 270). Mesmo nas modulações em que se reconhece explicitamente a existência de um problema sobre o que há controvérsia, ela é representada como controvérsia que se dá "no interior" da FDR.

Em vários momentos da análise observamos como eram produzidos, na discursividade, efeitos metafóricos entre língua e nação. Sobre a construção da nação nesse período, Halperin Dongui

faz uma observação que interessa especialmente: " em 1880 [a] etapa de criação de uma realidade nova pode considerar-se fechada, não porque seja evidente a todos que a nova nação foi edificada, ou que a tentativa de construí-la fracassou irremediavelmente, mas porque culminou a instauração desse Estado nacional que se supunha pré-existente" (1982: 10). Com efeito, quando Julio A. Roca inicia seu mandato, o primeiro objetivo foi a criação de um exército moderno, o segundo, um rápido desenvolvimento das comunicações (ferrovias e telégrafo), e o terceiro, a povoação dos territórios. Em relação a este último, também é enfatizado o papel do Estado em priorizar as 'garantias de vida e propriedade' sobre os experimentos de colônias agrárias, em pauta na época (cf. T. Halperin Dongui, 1982: 141-142).

Então, se pensarmos a nação em termos de imaginários de ligação sustentados em identificações de vínculos como os de sangue e lugar (cf. J. J. Guinchard, 1987 e C. Southcott, 1987), levando em conta as observações de T. Halperin Dongui, eu diria

que a nação construída foi um simulacro, simulacro do Estado que se estava construindo. Portanto, ao dizermos que o imaginário configura-se tendo a língua como metáfora, estamos afirmando que na análise desse imaginário, a língua aparece, de fato, como metáfora de um simulacro.

No jogo de ressonâncias interdiscursivas que exprimem contradições intrínsecas e derivadas constrói-se, na FDR, a dominância do imaginário da língua legítima em ecos de sons monocórdios. A FDR aumentava o volume, ou esgotava o espaço sonoro com seu burburinho causado pela existência de um outro, que era tornado inaudível ou levado a um tom de altura diluidoramente coexistente. Vozes outras que procurou fazer ouvir V. Rossi (1910) ou, mais tarde, Roberto Arlt e O. Massola. Entretanto, aquelas primeiras reverberações centripetas deixaram uma marca primordial.

Esse imaginário de língua esteve na origem das intensas

campanhas de alfabetização, um dos pilares da construção da "unidade nacional". Lembremos um dado interessante apontado por F. Korn e De la Torre, (1980: 594): em 1928, o 40 % dos professores de primeiro grau residentes em um bairro de classe média de Buenos Aires -Flores- eram descendentes de italianos. "Converter-se em professor primário durante toda essa primeira parte do século XX (...) constituía uma maneira contundente de ser indiscutivelmente argentino".

Uma consequência de entender a paráfrase como ressonância própria do domínio interdiscursivo é que, assim, é incluída a possibilidade de estudá-la em contraponto constante com o polissêmico. Dessa forma, entendo o princípio que diz que a paráfrase pode somente ser estabelecida a posteriori como a posteriori da elaboração do esquema interdiscursivo de repetibilidade. O EIR é um instrumento que permite estabelecer as ligações entre as marcas lingüísticas por semelhança, mas levando em conta as diferenças inalienavelmente comprometidas,

diferenças essas que concorrem apontando a existência de um mesmo do qual se distanciam.

Portanto, a Análise de Discurso, enquanto disciplina de interpretação, longe de se propor como uma "prótese teórico-técnica para a leitura/escuta de seqüências linguísticas" que forneceria o sentido dos textos (cf. M. Pêcheux, 1981 e 1984a), é um programa de reflexão (cf. E. Orlandi, 1990: 246), cujo traço mais distintivo, como mostra a autora, é a de sustentar uma posição crítica em relação às análises conteudísticas. Dai que, nesta perspectiva, seja insatisfatório afirmar que a "geração de oitenta nacionalizou espanholizando. O comentário de M. Pêcheux ao provérbio chinês lembrado no colóquio "Histoire et Linguistique" -"quando se mostra a lua, o tonto olha o dedo"- ilustra bem essa questão. Ele disse: "E por que não? Porque a Análise do Discurso não dirigiria seu olhar para os gestos de designação, para os procedimentos de montagem e as construções antes que para os 'designata'?" (1984b: 266).

Na análise apresentada da discursividade sobre o espanhol riopratense vimos que na construção do imaginário de língua legítima, um significante destacado foi nuestra lengua. No nível intradiscursivo, ele, segundo as condições de produção, emergiu para argumentar, ora em prol de uma língua distanciada da espanhola, ora de uma língua à espanhola. Mas, a concepção de paráfrase proposta possibilita pensar significantes tais como "nuestra lengua" enquanto marca do lugar do poder como Outro que constitui o dizer da FDR.

Embora fique como um ponto que requer um desenvolvimento posterior, penso que o EIR ao mesmo tempo que, metodologicamente, é uma construção teórica que se realiza depois da descrição regrada integrante de uma análise de seqüências, ele funciona, também, como uma hipótese para trazer à tona as restrições interdiscursivas que antecedem a enunciação, os pré-construídos da memória discursiva enquanto estruturas que prendem, inscrevem o sujeito em um dizer que o organiza,

independentemente de sua vontade. A esse respeito, diz J. Authier

"Nas antípodas do sujeito que encontra na linguagem um instrumento de comunicação de seu pensamento, o 'falante' de Lacan é sujeito de ser falante e, mais precisamente - em apoio ao conceito saussuriano de língua como ordem própria, como sistema de valor diferencial-, é sujeito de se encontrar preso na ordem simbólica, que o produz como sujeito" (1991, obra a ser publicada, sessão 1.3.2.3.1)².

Nesse sentido, uma consequência de abordagens como a aqui proposta para dar conta de preocupações ligadas a temáticas de natureza histórica é a de destacar a importância da consideração do sujeito histórico como efeito de linguagem.

NOTAS DO CAPITULO 9

1. E importante insistir em que não se trata de uma contradição existente entre as modulações já constituídas, mas da contradição que as faz existir.
2. Agradeço a J. Authier a deferencia de ter-me facilitado o acesso ao manuscrito de sua Tese de Doutorado de Estado.

A P E N D I C E A

Este Apêndice contem a versãõ integral da seqüência discursiva de referêcia "La cuestión del idioma" de M. Cané, aparecida no jornal La Nación, Buenos Aires, 5-10-1900. Ela foi reproduzida no livro Prosa ligera de 1903.

LA CUESTION DEL IDIOMA

I

Las primeras impresiones positivamente desagradables que sentí respecto a la manera con que hablamos y escribimos nuestra lengua, fué cuando las exigencias de mi carrera me llevaron a habitar, en el extranjero, países donde también impera el idioma castellano. Hasta entonces, como supongo pasa hoy mismo a la mayoría de los argentinos, aun en su parte ilustrada, sentía en mí, al par de la natural e instintiva simpatía por la España (y al hablar así me refiero a los que tenemos sangre española en las venas) cierta repulsión a acatar sumisamente las reglas y prescripciones del buen decir establecidas por autoridades peninsulares. Era algo, también instintivo, como la defensa de la

libertad absoluta de nuestro pensamiento, como el complemento necesario de nuestra independencia. Eso nos ha llevado hasta denominar, en nuestros programas oficiales, "curso de idioma nacional" a aquel en que se enseña la lengua castellana. Tanto valdria nacionalizar el catolicismo, porque es la religion que sostiene el estado, o argentinizar las matematicas, porque ellas se enseñan en las facultades nacionales.

A mi juicio el estado de ánimo, por lo menos de la generacion a que pertenezco, respecto a esa cuestion, provenia principalmente de la educacion intelectual recibida casi exclusivamente en libros franceses y en el gusto persistente y legitimo por la literatura de ese pais, que por su criterio, su novedad y la potencia de sus escritores, estaba entonces muy arriba de la contemporanea española. Empleado el tiempo de la lectura, bien corto en nuestra agitada vida politica, en leer novelas, versos y libros de historia en francés, alejados con horror de las publicaciones hebdomadarias de la prensa española,

raro era aquel de entre nosotros que conociera pasablemente el siglo de oro de la literatura española, y que poseyera la colección de Rivadeneira mas que como un simple adorno de su biblioteca, a la manera con que figuran hoy la "Historia Universal" de Cantú o la "Historia de la Humanidad" de Laurent, venerables monumentos que dan lustre y peso a los estantes, amén de la consideración, bona fide, que recae sobre sus propietarios. Por mí sé decir que fué bien entradito en años que leí a Solís, a Melo, a Quintana y a otros de los maestros que nos presentan el cuadro incomparable de nuestra lengua, bien manejada, apta y flexible para todo, a pesar de las deficiencias que le encontraba aquel buen señor de Ochoa, que declaraba haber pasado días enteros para verter una página de la Mariana de Sandeau, tan sutil era el tejido de los análisis psicológicos del escritor francés. Echar la culpa a la lengua en esos casos, vale romper los pinceles con los que no se alcanza a producir una obra maestra.

Era, pues, esa y lo es todavía, la causa principal de

nuestro abandono. Luego, las exigencias de la Academia Española, la pobreza de su autoridad, la sonrisa universal que han suscitado algunas de sus ingenuidades, el mandarínismo estrecho de sus preceptos, fueron y han sido parte no exigua a mantener vivo el espíritu de oposición en las comarcas americanas. Don Juan María Gutiérrez, mi maestro y amigo de ilustre memoria, fué el representante más autorizado de ese espíritu, en lo que a la Argentina toca. Él planteó la cuestión en su verdadero terreno: la lengua española, una e indivisible, bien común de todos los que la hablan y no petrificada e inmóvil, patrimonio exclusivo, no ya de una nación, sino de una autoridad. Nadie tal vez, en nuestro país, ha escrito el castellano con mayor pureza, como nadie ha defendido las prerrogativas de una sociedad culta a mejorar, enriquecer el lenguaje, adaptándolo a todas las necesidades del progreso científico y del desenvolvimiento intelectual. Prefería don Juan María las formas arcaicas conservadas por los levantinos de raza española como un piadoso recuerdo de sus mayores inicuaamente expulsados por Felipe II, a

la jeringonza estrecha y purista que pretendía implantar la Academia, sin dar oídos a las exigencias naturales de este inmenso depósito de sangre española, que se llama la América, y que es la verdadera esperanza de gloria en el porvenir de la raza.

La acción del doctor Gutiérrez ha sido generalmente mal entendida; gentes hay que piensan de buena fe que sus preceptos llegaban hasta sancionar los barbarismos y galicismos de que nuestro lenguaje escrito y hablado rebosa y que los argentinos debíamos regirnos por la gramática del vení, vos y tomá. Nada más lejos de su pensamiento; pedía, sí, y en eso aunaba su esfuerzo al de todos los americanos competentes que se han ocupado de la cuestión, que la lengua que hablamos no considerara como espurios aquellos aportes que los vigorosos rastros de los idiomas indígenas y las necesidades o diversos aspectos de la vida esencialmente americana, traían para bien y comodidad de todos. Por qué el castellano formado por las diversas capas del fenicio,

el céltico, el latino (con sus raíces indoeuropeas), el árabe, etc., habría de repudiar voces guaraníes o quichuas, que simplificaban la dicción evitando perífrasis y rodeos? Cuántas veces, en España, ante esos letreros de "casa de vacas" que se ven en todas partes, pensaba en nuestro tambo, tan neto y expresivo! Cuántas voces, por otra parte, florecientes y usuales en el siglo XIV y precisamente de aquellas que más caracterizan nuestra lengua, están hoy relegadas por la Academia en ese enorme armatoste de "anticuadas" que revienta ya, mientras en los países americanos conservan toda su eficacia y su verdad!

La cuestión no es, pues, hacer de la lengua un mar congelado; la cuestión está en mantenerla pura en sus fundamentos y al enriquecerla con elementos nuevos y vigorosos, fundir a éstos en la masa común y someterlos a las buenas reglas, que no sólo son base de estabilidad, sino condición esencial para hacer posible el progreso.

El doctor Gutiérrez predicaba con el ejemplo; le reputo

más puro y castizo de nuestros escritores de nota. Sarmiento era demasiado impetuoso para mantener una corrección inalterable y si bien algunas de sus páginas tienen el exquisito sabor del fuerte y viejo castellano, al dar vuelta la hoja nos encontramos con verbos estrujados, sintaxis de fantasía, construcciones propias, genuinas, como si la originalidad de las ideas exigiera igual carácter a la manera de expresarlas. El general Mitre ha leído mucho, en muchos idiomas, y la influencia de esas lecturas se ve con frecuencia; en los últimos tiempos, apurado por un trabajo de poderoso aliento, ha tenido que ensanchar su vocabulario, buscando en la historia de nuestra lengua ricos elementos olvidados, cuyo empleo le ha permitido, si bien a costa de cierta impresión de extrañeza en el lector, traducir la Divina Comedia con una paciencia de benedictino y una veneración de sectario ...

II

Al recorrer el nuevo libro del señor Abeille, "El idioma nacional de los argentinos", recordé que entre mis viejos

papeles debía haber algunas carillas sobre la materia, escritas hace ya varios años. Son las que acaban de leerse y en las que, a la verdad, encuentro tan exactamente reflejada mi opinión actual, que en nada las he modificado.

El señor Abeille es un filólogo distinguido, aunque hasta los profanos, como yo, echan de ver, desde luego, que su erudición, si bien fresca y moderna, no se ha formado en las fuentes originales y primitivas. Sabe muy bien lo que hombres como Darmesteter, Bréal, Paris, Havet, Schleiger, Weil y otros han escrito sobre la historia anatómica del lenguaje; pero no he notado en su libro rasgos que revelen un conocimiento directo de Bopp, Diez, Dozy, Engelmann, Fott, etc. No es esta una crítica que, por cierto, poca autoridad tendría viniendo de quien, mucho menos que el señor Abeille, ha llevado sus curiosos lingüísticos a esas profundidades. Pero creo poder atribuir los extremos a que llega el señor Abeille en el desenvolvimiento de su tesis, a las audacias atraentes y licencias extraordinarias que con la

filología se han permitido los modernos escritores franceses. Y para terminar con este punto, señalo también el desconocimiento de un libro verdaderamente admirable y que para el completo esclarecimiento del tema abordado por el señor Abeille, era fundamental; me refiero a las "Apuntaciones críticas sobre el lenguaje bogotano" de Rufino José Cuervo, libro que, en ocho años (1876-1884) tuvo cuatro ediciones y que mereció al autor, de parte de los más eminentes filólogos de Europa, homenajes de real admiración. Si el señor Abeille ha leído ya ese libro, necesita releerlo, porque él le dará la nota exacta y prudente en la manera de tratar esta cuestión.

Indudablemente, si las lenguas, sin abandonar el terruño, se transforman hasta el punto de que tal vez Corbulón no habría entendido las voces de mando de Escipión o Paulo Emilio, cuanto mayor no será ese cambio si ellas reviven en países lejanos al de su origen, bajo diverso ambiente, sirviendo de vehículo a nuevas ideas, expuestas a todos los ataques de los idiomas encontrados en el suelo conquistado, amén de los que

de afuera vienen, también ellos, en son de conquista? Pretender, pues, fijar un idioma es tan absurdo, que cuando se consigue, no ya el hecho en si mismo, lo que es imposible, sino la admisión de la idea como un postulado colectivo, se llega a una verdadera deformación por el estancamiento del espíritu nacional. Es el caso de la China: la lengua que hoy se habla en el imperio del Medio se parece tanto a que allí se hablaba cuando Fidias esculpía en Atenas, como la de Pericles, a la que hoy habla el rey Jorge de Grecia. La diferencia está en que mientras el idioma de Pericles, nacido como todas las lenguas humanas del monosilabismo, había llegado a su perfección, el chino, inmóvil en su forma, si bien variable en su fonética era tan monosilábico, tan primitivo, tan "celular", como dice muy bien el señor Abeille, entonces como hoy.

Puede nadie pretender que el castellano se petrifique de esa suerte? Puede el purista más empecinado e inflexible pretender luchar contra las mil influencias que han de determinar

las modificaciones regionales que la lengua española sufrirá en América, como las ha sufrido ya en las mismas provincias peninsulares? Es acaso sensato oponerse a los neologismos necesitados por los progresos de las ciencias y las artes o la adopción de nuevos usos, y si hoy, como dice Cuervo, "no hacemos melindres a voces arrológicas como sino, estrella, desastre, desastrado, jovial, saturnino, por qué hemos de negar a nuestros contemporáneos el empleo oportuno de términos o imágenes suministrados por las ciencias modernas, cuando más si se considera su mayor vulgarización con respecto a los siglos pasados?"

Lo que sí se puede y se debe sostener, es que todos los aportes, los enriquecimientos, las adquisiciones por conquista, cambio, compra, violencia y todo otro modo de adueñarse de lo ajeno, se sometan a las reglas generales por las cuales se rige la comunidad. Si el quichua nos trae charqui y en el acto formamos el verbo charquear, conjuguémoslo según lo enseña la

gramática castellana y no otra. Si en virtud de esos fenómenos de derivación que tan bien estudia el señor Abeille, de cardo sacamos el lindo y expresivo cardal, de bellaco, bellaquear, o de baquia, baqueano, añadamos sencillamente esas palabras a nuestro léxico propio, como todos los otros países americanos añadiran a los suyos las que formen por el mismo procedimiento- y hagámoslo con la seguridadde que al hacerlo en nada adulteramos los principios fundamentales de nuestra lengua que no es "el idioma de los argentinos", ni el "idioma nacional", sino simplemente y puramente el castellano.

El señor Abeille, que es un entusiasta de nuestra tierra (uno no puede menos que conmoverse al verle entonar el himno nacional a propósito de lingüística) tiene tal debilidad complaciente con la que hablamos y que él rotula "idioma nacional de los argentinos", que llega hasta justificar los cambios sintáticos que hemos introducido en el español, sosteniendo que "el uso de algunos de ellos es realmente criticable en una lengua fijada", pero que ese uso "debe

favorecerse en una lengua en evolución como la nuestra".

Me parece ver ijadear al señor Abeille en su esfuerzo para defender nuestro "bajo el punto de vista", contra "del punto de vista" español. Trae un ejemplo y una explicación al respecto que entretienen bastante. Nunca le hemos de aceptar al señor Abeille que se diga, cuando se empleen palabras españolas, "me ha encargado de decirle" en vez de "me ha encargado decirle", porque, aunque un niño esté en formación, no hay por qué habituarle a andar con las rodillas y no con los pies, que es lo natural, lo sano y lo útil, sin contar con que es esa la única manera (como en el idioma) que permite al cuerpo desplegar su esbeltez y su elegancia.

Entre las excursiones etimológicas que hace el señor Abeille -que son frecuentes, agradables y generalmente fructuosas- hay algunas que me han dejado pensativo, precisamente porque se refieren a voces que han echado raíces en nuestro

suelo, sin que se sepa de dónde vino la semilla primitiva. Una de ellas es atorrante. Esta palabra, puedo asegurarle al señor Abeille, es de introducción relativamente reciente en el "idioma nacional de los argentinos". Después de haber vivido más de un cuarto de siglo la oí por primera vez en mi tierra, allá por el año 1884, de regreso de Europa, donde había pasado algunos años. Y no es que hubiera vivido en mi país entre académicos y prosistas, pues hasta cronista de policía sustituto había sido en la vieja Tribuna.

Fregunté quéé significaba atorrante y de dónde venía. Se me hizo la descripción de gueux, del vagabundo, del chemineux, y se me dijo entonces (no hay lomo como el de la etimología para soportar carga) que el vocablo tomaba origen en el hecho de que los individuos del noble gremio así denominado dormían en los caños enormes que obstruían entonces nuestras calles, llamados de tormenta. De ahí atorrante. Aunque sin forma clásica, esa etimología me trajo a la memoria la que da el

maestro Alejo de Venegas, citado por Cuervo, de la voz alquilar.

"Alquilar se compone de *allius* qui *illam* habet, que es otro que la habita, conviene a saber, la casa ajena"(!).

El señor Abeille es más científico; pero lo que hay que admirar más, es la agilidad maravillosa que despliega para extraer del verbo latino *torrere*, que significa secar, tostar, quemar, incendiar, inflamar, el vocablo *atorrante*, el que se huela, según él, porque Varro emplea el verbo citado en el sentido de quemar, hablando del frío. Yo consentiría gustoso, porque estoy curado de espanto en esa materia; pero desearía saber cómo -y poco más o menos cuándo- se ha colado ese *torrere* en nuestro país, y por qué causa ha hecho su evolución tan rápida, pues, lo repito, y apelo a la memoria de todos los hombres de mi edad, hace veinte años, no era generalmente conocida la palabra "*atorrante*".

Hubiera deseado que el señor Abeille, con su segura

información, nos hubiera dicho algo sobre el delicioso guarango de nuestro "idioma nacional" (sic) que si viene realmente de dos palabras quichuas que significan varios colores, es un hallazgo genial del pueblo - y del odioso macana, que no se acierta a comprender cómo ha venido a significar disparate, despropósito, de su acepción primitiva y aceptada aun en España, de "arma contundente usada por los indios". Y llegando a las profundidades del "idioma nacional de los argentinos", anda por ahí un famoso titeo, muy campante, que amenazando de desalajo al castizo bochinche, ha invadido ya los dominios de la burla y de la broma, sin que sepamos aún qué derechos tiene, semánticamente hablando, para conducirse así.

III

La circunstancia especial de ser este un país de inmigración, hace más peligrosa la doctrina que informa el libro del señor Abeille y más necesaria su categórica condenación. Sólo los países de buena habla tienen buena literatura y buena literatura

significa cultura, progreso, civilización. Pretender que el idioma futuro de esta tierra, si admitimos las teorías del señor Abeille y salimos de las rutas gramaticales del castellano, idioma que se formará, sobre una base del español, con mucho italiano, un poco de francés, una migaja de quichua, una narigada de guaraní, amén de una sintaxis toba tiene un gran porvenir, es lo mismo que augurar los destinos del griego o del latín a la jerga que hablan los chinos de la costa o la jeringonza de los levantinos, verdadero volapuk, sin reglas, creado por las necesidades del comercio. Faréceme que si el señor Abeille, a más de tener todo el cariño que muestra por esta tierra y que creemos sincero, fuera hijo de ella, sentiría en el alma algo instintivo, que le enderezaría el razonamiento en esta materia.

Y ahora me voy a releer la muerte de Marco Aurelio, de Renán, el discurso sobre la nobleza de las armas, de Cervantes, la pintura de Inglaterra al terminar el siglo XVII, de Macaulay o los coros del Adelphi, de Manzoni, para en seguida pedir al cielo

conserve en nuestro suelo la pureza de la noble lengua que
hablamos, a fin de que algún día, si no nosotros, nuestros hijos,
puedan leer, de autores nacionales, páginas como aquellas.

A P E N D I C E B

TRADUÇÕES

* "nesses últimos anos, parece acentuar-se dentro e fora do país certa tendência a considerar unicamente como genuína produção da literatura argentina o escrito na linguagem cotidiana das classes populares que moram no Rio da Prata. Essa tendência literária néo-patriótica quer reconhecer tão só como argentino o que leve o selo 'criollo', com todos os seus inconvenientes, mas com seu caráter típico, que o diferencia das raças de outros povos" (E. Quesada, 1902, ed. 1983: 107)

* "A questão do 'criollismo' assume um aspecto sui generis depois da queda de Rosas e da organização nacional. Aflui então a imigração (...). Assim na linguagem -que é o que nos ocupa- já o gauchesco deixa de predominar: a medida que aumenta a imigração, se ouve falar menos em 'gaucho' e, em substituição, começam a prevalecer outros jargões distintos. (...) é curioso este fato singular: a medida que a alma 'gaucha' se dissipa nas

lembranças, renasce mais vigorosa na tradição; as populações rurais, mestiças de imigrantes e 'gauchos', amam a indumentária pitoresca destes, gostam de conservar seu dialeto cheio de calor e cor..." (E. Quesada, 1902, ed. 1983: 150)

* "A fusão na República Argentina, das línguas indígenas, do francês, do italiano -estas em fortes doses-; do inglês, do alemão etc -estas em doses menores-; com o espanhol transplantado no Rio da Prata, fusão que se iniciou, dando como primeiro resultado o atual 'idioma nacional dos argentinos', prepara, para um breve porvir, uma nova língua néo-latina, 'o idioma argentino' " (L. Abeille, 1900: 422-423)

* "Não me consolo de haver ignorado a existência do 'cocoliche', quando há alguns anos escrevi minha impressão sobre o livro do senhor Abeille, 'El idioma nacional de los argentinos'".

* "Quando o Dr. Cané fustigou sem dar descanso à mão, a peregrina iniciativa de criar um idioma argentino, lhe escrevi felicitando-o por sua atitude, pois entendia então, como penso agora, que nossos esforços devem consagrar-se a enriquecer a fala castelhana...".

(1) "Em minha opinião o estado de animo, pelo menos da geração a que pertencço, a respeito dessa questão, provinha principalmente da educação intelectual, recebida quase exclusivamente em livros franceses e no gosto persistente e legitimo pela literatura desse país."

(2) "Ele [J. M. Gutiérrez] colocou a questão em seu verdadeiro terreno..."

(3) "Nisso [J. M. Gutiérrez] unia seu esforço ao de todos os americanos competentes que se ocuparam da questão"

(4) "A questão não é, pois, fazer da língua um mar

congelado, a questão está em mantê-la pura em seus fundamentos e a enriquecê-la com elementos novos e vigorosos, fundi-los a massa comum e submetê-los às boas regras, que não só são base de estabilidade, como condição essencial para tornar possível o progresso."

(5) "Se o senhor Abeille já leu esse livro [Apuntaciones criticas sobre el lenguaje bootano de Rufino J. Cuervo], precisa relê-lo, porque ele lhe dará a medida exata e prudente na maneira de tratar esta questão."

(6) "... um livro verdadeiramente admirável [Apuntaciones... de R. J. Cuervo] e que, para o completo esclarecimento do tema abordado pelo senhor Abeille, era fundamental"

(7) "Ao percorrer o novo livro do senhor Abeille, 'El idioma nacional de los argentinos', lembrei que entre meus velhos

esse respeito das tradições peninsulares, como sabemos face-lo em politica, quando nos proclamamos livres. Ficamos ainda ligados pelo vinculo forte e estreito do idioma; porém este deve afrouxar-se dia a dia, a medida que vamos entrando no movimento intelectual dos povos adiantados da Europa. Para isso, é necessário que nos familiarizemos com os idiomas estrangeiros, e façamos constante estudo para aclimatar ao nosso quanto naquelles se produza de bom, interessante e belo.

(11) "Em Paris tudo é francés, em Madri, tudo espanhol. A Buenos Aires tudo veio, está vindo e virá, graças a Deus, da França, da Espanha (...) de todas as nações civilizadas, e nesse tudo estão compreendidos implicitamente os hábitos e modos de expressar-se dos estrangeiros que se estabelecem e constituem família na República Argentina."

(12) "O senhor Abeille se propôs a examinar esta questão, fundamental para nós. Devem os argentinos acatar a legislação espanhola sobre a linguagem que estão desenvolvendo?"

papéis devia haver algumas notas sobre a matéria"

(8) "O raciocínio nesta matéria"

(9) "A ação do doutor Gutiérrez tem sido geralmente mal entendida; há pessoas que pensam de boa fé que seus preceitos chegavam a sancionar os barbarismos e galicismos de que nossa linguagem escrita e falada transborda e que os argentinos devíamos reger-nos pela gramática do 'veni, vos y tomá'. Nada mais distante de seu pensamento; pedia sim, e nisso unia seu esforço ao de todos os americanos competentes que se ocuparam da questão" que a língua que falamos não considerasse como espúrios aqueles aportes que os vigorosos rastros dos idiomas indígenas e as necessidades ou diversos aspectos da vida essencialmente americana, traziam para bem e comodidade de todos."

(10) "Nulas, pois, a ciência e a literatura espanholas, devemos nos divorciarmos completamente delas, e emancipar-nos a

Responde que não..."

(13) "...é conveniente colocar sem circunlóquio a questão e demonstrar, claramente, quão falsa é a tendência do 'neocriollismo gauchi-cocoliche'..."

(14) "A questão, há que se pô-la, em minha opinião, em outro terreno, e é que os argentinos e todos os demais povos de fala espanhola reivindiquem seu direito a influir no progresso da comum língua espanhola (...). Aqui está a raiz da questão."

(15) "...pretender fazer algo em prol de nossa língua, seja ou não por meio das correspondentes, não se trata de uma miserá questão de palavras..."

(16) "Eu considero, com efeito, o assunto, com o mesmo critério que o doutor Cané, e por isso não começarei a repetir o

já dito, e magistralmente , por tão distinto homem de letras.(...) muito do exposto pelo senhor [E. Duesada] teve para mim o atrativo de uma verdadeira revelação. O mal era muito mais fundo que o imaginado. O senhor o demonstra com essa vasta erudição, característica de todos os seus escritos, pois ninguém aprofundou tanto o assunto, nem dissecou com sua maestria de cirurgião o corpo disforme desse monstro microcéfalo." (C. Estrada, 1902; ed. 1983:239-240.)

(17) "Embora a natureza do assunto e a assinatura autorizada do artigo que se vai ler -assinatura que por outro lado é da casa- façam desnecessária qualquer ressalva, certa paixão pelo tema nos obriga a dizer que não estamos de acordo com nosso distinto companheiro de trabalho, Sr. Olivera, e que consideramos literariamente prejudicial e não conducente a seus fins científicos o livro do Dr. Abeille..." (Nota da Direção, Tribuna, 7/8/1900; em ETAC, 1983:62.)

(18) "A Mariano de Vedia, quem (...) sustentou a

doutrina correta a respeito do problema da língua entre nós; e teve a franqueza de declarar que a pretensão de formar dialetos ou novos 'idiomas nacionais' deve se combater com vigor, chegando a dizer que considera 'literariamente prejudicial e não conducente a seus fins científicos o livro do Dr. Abeille', que precisamente defende aquela tese equivocada e perniciosa; dedica o autor este opúsculo, que estuda dita questão." (E. Quesada, 1900:Dedicatória,III.)

(19) "...[isso] me levou a coligir em forma de opúsculo as páginas que, sobre a importante questão do problema da língua, acabo de publicar na REVISTA NACIONAL. E tempo de que solucionemos definitivamente essa questão." (E. Quesada, 1900:VIII.)

(20) "A questão, indubitavelmente, se presta a controvérsia; precisamente por isso a temos encarado como 'problema'." (E. Quesada, 1900: 3)

(21) "A palavra problema pode ser uma insidiosa petição de princípio. Falar do problema judeu é postular que os judeus são um problema (...). Outro demérito dos falsos problemas é o de promover soluções que são falsas também. (...) Para demonstrar a primeira tese -a corrupção do idioma espanhol no Prata-, o doutor [A. Castro] (...) acumula fragmentos (...), os copia com infantil gravidade e depois os exhibe urbi et orbi..." (J.L. Borges, 1985: 30)

(22) "... sentia em mim, ao mesmo tempo que natural e instintiva simpatia pela Espanha (e ao falar assim me refiro aos que temos sangue espanhol nas veias) (...) este imenso depósito de sangue espanhol, que se chama a América..." (M. Cané, sdr, ed. 1919: 61 e 63)

(23) "...o que sente bulir em suas veias o nobre e generoso sangue hispano; que espanhóis de legitima cepa somos os

americanos..." (E. Quesada, 1900: 5)

(24) "Ela (a língua) surgirá triunfante de tal luta..."

(Del Solar, 1902; ed. ETAC: 247)

(25) " O pleito da linguagem. A contenda está empenhada. De um lado o vulgo -que é numerosíssimo- abominando a gramática e rindo-se de seus cultores; de outro aqueles que a defendem com garra por haverem-se com ela afeiçoado, ou por momentâneo arrebatamento imposto por causas que não é oportuno analisar." (R. Morinier Sans, 1906: 31)

(26) "Se pretenderá, ainda, que será ineficaz toda luta contra tais jargões, alegando que estão demasiado arraigados no povo e que constituem uma avalanche irresistível? Erro; profundo erro." (E. Quesada, 1902; ed. 1983: 212)

(27) "...era mister dar o grito de alarme e provocar

uma reação séria: afortunadamente esta culminou, em poucos passos, com brilho inusitado (...). O pleito estava ganho. (...) a luta vivíssima durou um par de lustros, canalizando-se depois, até que hoje por completo terminou com o triunfo do bom senso." (E. Quesada, 1922: B e 10-11)

(28) "Pretender, pois, fixar um idioma é tão absurdo (...) Pode alguém pretender que o castelhano se petrifique dessa forma? Pode o purista mais radical e inflexível pretender lutar contra as mil influências que hão de determinar as modificações regionais que a língua espanhola sofrerá na América, como sofreu mesmo nas províncias peninsulares? E acaso sensato opor-se aos neologismos requeridos pelos progressos das ciências e das artes?" (sdr, ed. 1919: 66 e 67).

(29) "O que se pode e se deve sustentar é que todos os aportes, os enriquecimentos, as aquisições por conquista, mudança, compra, violência e todo outro modo de apropriar-se do

alheio, se submetam às regras gerais pelas quais se rege a comunidade." (sdr,ed.1919: 67).

(30) "A gente não pode menos que comover-se ao vê-lo [L.Abeille] entoar o hino nacional a propósito de lingüística (sdr, ed. 1919: 67).

(31) "o que há que admirar mais, é a agilidade maravilhosa que [L. Abeille] desenvolve para extrair do verbo latino torrere, que significa secar, tostar, queimar, incendiar, inflamar, o vocábulo aterrante..."(sdr, ed. 1919: 69).

(32) "...o odioso macana, que não se consegue compreender como veio a significar disparate, despropósito, de sua acepção primitiva e aceita, mesmo na Espanha, de 'arma contundente usada pelos índios'." (sdr, ed. 1919: 69).

(33) "El idioma nacional de los argentinos é um livro

útil, interessante, que pode ter incalculáveis conseqüências em nosso desenvolvimento mental e moral. Seu autor, o senhor Abeille, é um homem distinto, versadíssimo em uma variedade de matérias que lhe permitem considerar o fenômeno linguagem desde um ponto de vista superior ao dos gramáticos, e ainda ao dos literatos em geral. (...) O senhor Abeille prestou, pois, um incalculável serviço à República Argentina" (cf. C. Olivera, 1900, ed. 1983: 63 e 66).

(34) "Meu estimado Abeille: Não me parece necessária a conferência que você me indica para demonstrar uma verdade que o senhor afirmou e que se realizará com o tempo, tão fatal e simplesmente como a aurora de manhã. (...) Indubitavelmente, esse idioma argentino é hoje apenas um balbucio, um 'cocoliche', um embrião que os puristas se entretêm em examinar com microscópio, encontrando-o disforme e até repelente. Deixemo-los tranquilos em sua inofensiva mania, que nada há inútil na terra, e limitemo-nos a cantar em coro e como única resposta a toada da 'Perichole' il grandirá car il est espagnol!!" (cf. C. Pellegrini, 1902; ed.

1983: 250).

(35) "Em que grau deve admitir a gente culta os modismos que bem escolhidos enriquecem a língua? E quase impossível estabelecer sobre isso uma norma ou assinalar um limite.(...) que critério deve guiar para aceitar na linguagem culta esses termos recém chegados? Estabelecer regras para esse critério é o difícil. Porém algumas pode-se assinalar" (E. Wilde, 1900; ed. 1983: 68 e 69).

(36) "Muito de mal temos em nossa fala que convém desterrar..." (R. Monner Sans, 1902: 374).

(37) "Não é podando os frutos doentes de uma árvore, que se evitam os males que estes podem produzir; há que desenraizar a árvore, buscando na terra até a última de suas raízes, para sanear o solo e fazê-lo apto para outro tipo de vegetação." (M. Cané, 1902; ed. 1983: 235).

(38) "...pretender fazer algo em prol de nossa língua, seja ou não por meio das correspondentes, não se trata de uma miserã questão de palavras(...). Salvar, pois, nosso idioma de toda corruptela, mantê-lo incólume, não só em seu organismo, mas também em todas as suas partes, é obra de patriotismo argentino" (R. Obligado, 1889; ed. 1976: 83).

(39) "As primeiras impressões positivamente desagradáveis que senti a respeito da maneira com que falamos e escrevemos nossa língua foi quando as exigências de minha carreira me levaram a habitar, no estrangeiro, países onde também impera o idioma castelhano" (sdr, 1900; ed.1919: 61).

(40) "Por mim sei dizer que já foi bem crescidinho que li Solís, Melo, Quintana e outros dos mestres que nos apresentam o quadro incomparável de nossa língua, bem manejada, apta e flexível para tudo" (sdr, 1900; ed. 1919: 62).

(41) "Quantas vozes (...) florescentes e usuais no século XIV e precisamente daquelas que mais caracterizam nossa língua estão hoje relegadas pela Academia nessa enorme despesa de 'antiquadas' que já está transbordando, enquanto nos países americanos conservam toda sua eficácia e sua verdade." (sdr, 1900; ed. 1919: 64).

(42) "Nossa língua que não é 'o idioma dos argentinos', nem 'o idioma nacional', mas simplesmente e puramente o castelhano" (sdr, 1900; ed. 1919: 67).

(43) "... a poesia. Que a este nome, senhores, não se exponham vossos lábios com o sorriso do desprezo e da ironia. Que este nome não traga a vossa memória a insossa cáfila de versificadores que se espalha pelo Parnaso de nossa língua" (J. M. Gutiérrez, 1837; ed. 1979: 16-17).

(44) "Nossas simpatias com a França não são sem motivo. Nós tivemos duas existências no mundo, uma colonial, outra republicana. A primeira no-la deu a Espanha, a segunda, a França. (...) O pensamento francês envolve e penetra toda nossa vida republicana. (...) Aos que não escrevemos à espanhola, se nos diz que não sabemos nossa língua. Se nos dissessem que não sabemos escrever nenhuma língua, ter-se-ia mais razão. Dizer que nossa língua, é a língua espanhola, é dizer também que nossa legislação, nossos costumes, não são nossos, mas da Espanha, isto é, que nossa pátria não tem personalidade nacional, que nossa pátria não é uma pátria, que América não é América, mas que é Espanha, de modo que não ter costumes espanhóis é não ter os costumes de nossa nação. (...) Tua linguagem penetra, convence, ilumina, impele, conquista? Pois é puro, é correto, é castiço, é tudo. A legitimidade de um idioma, não vem nem pode vir senão do pleno desempenho de sua missão. (...) Nossa língua aspira a uma emancipação, porque ela não é mais que uma fase da emancipação nacional, que não se

completa apenas pela emancipação política" (J. B. Alberdi, 1837; ed. 1984: 153 e 154).

(45) "Estabelecidas assim as origens de nossa língua, vejamos qual é o estado atual dela.

A primeira vista, o quadro é embaraçado, a visão confusa. Quando nos perguntam de pronto que língua falamos os argentinos, vacilamos muito em responder. (...) Que responder, pois? Alguns desconversamos chamando 'argentino' a uma hipotética fusão de tudo (...); sem perceber que não há mistura possível de elementos contraditórios, incompatíveis, realmente antagônicos. Outros dizemos que nossa língua não se fixou ainda, mas que está evoluindo; sem perceber que não há língua no mundo que não esteja evoluindo eternamente, e nem por estar assim perde seu nome. Outros, enfim, dizemos corajosamente 'castelhano' e ficamos duvidando de haver dito a verdade. Contudo, um momento de reflexão basta para resolver a dificuldade. Nosso idioma nacional é o castelhano; pura e

simplesmente o castelhano (...)nossa língua é o castelhano"

(A. Costa Alvarez, 1922: 141-142 e 150).

(46) "[é] mistér que, por sobre nosso cosmopolitismo, se mantenha incólume a tradição nacional, a alma dos que nos deram pátria, a marca genuinamente argentina, a pureza e galhardia de nossa língua" (E. Quesada, 1902; ed. 1983: 229-230).

(47) " (...) mais também sei outra coisa que tu não sabes. Sei que falas em 'cocoliche', sei que um doutor , um figurão, um superior meu na magistratura, escreveu um livro pra provar qu'esse minestrone d'idioma que tu e os outros gringos costumam vai acabar com a stória e a tradição de nossa língua" (C. Correa Luna, 1902; ed. 1983: 255).

(48) "serão vãos os esforços dos que pretendam alterar a substância e o fundo de nossa língua soberana" (A. del Solar, 1902; ed. 1983: 247).

(49) "... o falar italo-'criollo', ou seja a gíria 'cocoliche'. Esta última, que é uma mescla dos dialetos genovês e napolitano com o 'gauchesco' e o 'compadrito', aspira a vida própria, (...). Logicamente, essa calão se fala por milhares de imigrantes e pelos descendentes de tais: é o dialeto mais antiliterário imaginável " (E. Quesada, 1902; ed. 1983: 153).

(50) "a difusão das escolas primárias vai influenciando para que desapareçam os vícios de construção e pronúncia que, na realidade, constituem a verdadeira característica da gíria 'gauchi-orillera-cocoliche', já que hoje, nos subúrbios dos grandes centros, se entremesclaram as três tendências, quando não se apropriaram de termos do 'lunfardo' (lem nota] o 'lunfardo' é a gíria que falam os delinquentes)" (E. Quesada, 1902; ed. 1983: 213).

(51) "essa grosseira fala bárbara é simples produto do

período de transição entre a geração que imigra e a que se converte em argentina: a escola rapidamente normaliza esses excessos de linguagem (E. Quesada, 1902; ed. 1983: 153).

(52) "Analisando com a devida atenção o caudal de vozes em uso na República Argentina, o lexicólogo mais modesto, as divide em seguida em quatro grandes grupos:

1) Vozes genuinamente espanholas de uso corrente na pátria mãe e em todas as repúblicas hispano-americanas.

2) Galicismos.

3) Arcaísmos.

4) Neologismos.

Do primeiro grupo não há porque ocupar-se, já que os vocábulos que o formam, limpos trazem seus documentos de origem"

(R. Monner Sans, 1902: 359).

(53) "as exigências de minha carreira me levaram a **habitar**, no estrangeiro, países onde também impera o idioma

castelhano" (sdr, 1900; ed. 1919: 61).

(54) "Era algo, também [além de 'certa repulsão a acatar submissamente as regras e prescrições do bem dizer estabelecidas por autoridades peninsulares'] instintivo, como a defesa da liberdade absoluta de nosso pensamento, como o complemento necessário de nossa independência. Isso nos levou a denominar em nossos programas oficiais 'curso de idioma nacional' àquele em que se ensina a língua castelhana. Tanto valeria nacionalizar o catolicismo, porque é a religião que sustenta o estado, ou argentinizar as matemáticas, porque elas são ensinadas nas faculdades nacionais (sdr, 1900; ed. 1919: 61).

(55 -f.r. IV-) "a circunstância especial de ser este um país de imigração torna mais perigosa a doutrina que informa o livro do senhor Abeille e mais necessária sua categórica condenação" (sdr, 1900; ed. 1919: 70).

(56) "Eu conhecia a existência dessa literatura

'cocoliche', pois as realidades da vida tiveram encadeado, sem solução de continuidade, a este solo natal, já vão para três lustros, os mesmos precisamente em que essa flor rude de nossas letras prosperou como a erva daninha" (C. Estrada, 1902; ed. 1983: 239).

(57) "devemos tratar de conservar limpa ['a esplêndida língua castelhana'], para entregá-la a nossos filhos ampliada, se se quer, porém pura de toda escória. Respeito profundamente a opinião contrária, porém considero que deve ser vigorosamente combatida. E é esta talvez a razão mais poderosa que me levou a **coligir** em forma de opúsculo as páginas que , sobre a grave questão do problema da língua, acabo de publicar na Revista Nacional" (E. Quesada, 1900: VIII).

(58) "a pureza de uma língua será sempre uma lei de sua constituição destinada a manter sua identidade peculiar e própria, que a faz ser diferente das outras; porém cada dia essa

lei será entendida de um modo mais lato e aplicada com maior elasticidade" (J. B. Alberdi, *Escritos Póstumos*, tomo VI; em R. García Orza, 1980: 340-342).

(59) "o aprisionamento da Gramática aos princípios dogmáticos e aos métodos doutrinários do escolasticismo medieval que a criou explica a persistência do formalismo que caracteriza ainda a índole de seu conteúdo" (A. Costa Alvarez, 1928: 153).

(60 -f.r. V-) "... sentia em mim, ao par da natural e instintiva simpatia pela Espanha (e ao falar assim me refiro aos que temos sangue espanhol nas veias) certa repulsão a acatar submissamente as regras e prescrições do bem falar, estabelecidas por autoridades peninsulares" (sdr, 1900; ed. 1919: 61).

(61) "Preferia dom Juan María [Gutiérrez] as formas arcaicas conservadas pelos levantinos de raça espanhola (...) à

jerigonça estreita e purista que pretendia implantar a Academia, sem dar ouvidos às exigências naturais deste depósito de sangue espanhol, que se chama a América e que é a verdadeira esperança de glória no porvir da raça ... (sdr, 1900; ed. 1919: 63).

(62) "O senhor Abeille, que é um entusiasta de nossa terra (a gente não pode menos que comover-se ao vê-lo entoar o hino nacional a propósito de lingüística) tem tal debilidade complacente com a que falamos e que ele rotula 'idioma nacional dos argentinos', que chega até a justificar as mudanças sintáticas que introduzimos no espanhol..." (sdr, 1900; ed. 1919: 67).

(63) "Somos republicanos, tolerantes em matéria religiosa, cosmopolitas por nossos gostos, e devemos elevar-nos até a consciencia de nossa personalidade, que não é secundária nem derivada, como fizeram os Estados Unidos com a Inglaterra. Não temos por que copiar a Espanha em sua linguagem; vamos muito bem como vamos; e quanto mais estrangeiremos nossas

instituições, e nosso pensamento -quanto mais livres sejamos-
melhor para nós, para nossos descendentes e para todos os
homens que habitem nosso solo" (C. Olivera, 1900; ed. 1983: 65-
66).

* "Asseguremos os benefícios da liberdade, para nós,
para a posteridade e para todos os homens do mundo que queiram
habitar no solo argentino"

(64) "...compreendendo que seu livro [o de F. Soto e
Calvo que foi o detonante para o ensaio de E. Quesada], escrito
por momentos em semelhante algaravia, resulta dificilmente
inteligível para um leitor de outro país -e sua leitura não é,
tampouco, muito fácil para os que aqui vivem sem misturar-se com
as camadas sociais que empregam aqueles patois-, se vê forçado a
inserir, a guisa de apêndice, um vocabulário dos termos
'estrambóticos', 'criollos', ou caipiras, para usar sua expressão.
(E. Quesada, 1902; ed. 1983: 176).

(65) "o autor [F. Soto e Calvo] se mostra amicíssimo de todo género de jogos de palavras, porém devo confessar que algumas acepções -a mim, argentino pelos quatro lados-, me enchem de surpresa." (E. Quesada, 1902; ed. 1983: 177).

(66) "O senhor [J. A. Argerich] faz, nos parágrafos que trascrevi, uma observação de valor ao referir-se à importância política da língua espanhola na América; e apenas aplique o senhor o mesmo critério a nossa pátria em particular, notará que aquela importância é maior pelas circunstâncias especiais de nosso engrandecimento, devido aos elementos que recebe de todas as raças e línguas. (R. Obligado, 1889; ed. 1976: 85).

(67) "a necessidade em que estamos, tanto maior quanto somos escassos em número, de valer-nos de toda força de coesão, de argentinização, que tenhamos a mão. (R., Obligado, 1889; ed.

1976: 86).

"A formação dos novos vocábulos acontece (...) de duas maneiras:

1a) Acrescentando a uma palavra despojada de sua flexão alguma ou

algumas letras que modificam sua significação; 2a) reunindo

várias palavras para expressar com elas uma só idéia. O primeiro

procedimento se chama derivação; o segundo, composição. (...)

* "O doutor Gutiérrez pregava com o exemplo; o considero o mais puro e castiço de nossos escritores... ninguém, talvez, em nosso país, escreveu o castelhano com maior pureza...".

* "O que o crítico argentino [E. Quesada] pretende que façamos hoje os poetas nacionais: rebuscar nossa linguagem (...) engomá-la à castelhana. (...) Está dito com isto que linguagem e que costumes ambiciono (...:) os nossos! (...) com 'gringueria', 'gauchismo', embelezamento eufêmico francês e restos de rudeza espanhola; com o encantador variar com que tudo

é transformado pela torrente das idades, com nossos inúteis galicismos (se o senhor Cané nos deixa algum); com nossos italianismos dos arrabaldes; com nossos 'cocolichismos', que pela lei natural puderem perpetuar-se na linguagem e na ação"

* "o horroroso linguajar 'italo-gregollo'"

* "atualmente, atacar os gêneros baixos de nossa literatura, não só não é filosófico (...), como também não é eficaz, nem chegará a ser político" (1903, ed. 1983: 270).

B I B L I O G R A F I A

C I T A D A

A) Materiais Correspondentes a Estudos da Linguagem

AUSTIN, J. L. (1962): **How To Do Things With Words.** Oxford, Clarendon Press.

AUTHIER, J. (1981): "Paroles tenues à distance", **Matérialités discursives.** Lille, Presses Universitaires, pp. 127-142.

----- (1982): "Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours", **DRLAV 26.** Paris, Centre de Recherche de l'Université de Paris VIII, pp. 91-151.

----- (1984): "Hétérogénéité(s) énonciative(s)", **Langages 73.** Paris, Larousse, pp. 98-111.

----- (1989): **Notas de Conferências Proferidas no Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, em agosto de 1989.**

----- (1991): **Les non-coïncidences du dire. Etude linguistique et discursive de la modalization autonome.** (Título provisório.) Obra a ser publicada.

BENVENISTE, E. (1977): *Problemas de Lingüística Geral*. São Paulo, Editora Nacional. (1a. edição: 1966.)

BONNAFOUS, S., LEON, J., MARANDIN, J.M. e FECHÉUX, M. (1990): "A Propósito da Análise Automática do Discurso", *Por uma Análise Automática do Discurso*, F. Gadet e T. Hak (orgs.). Campinas, Editora da UNICAMP, pp. 253-280. (1a. edição: 1982. Tradução: S. Serrani e S. Lagazzi)

CHOMSKY, N. (1965): *Aspects of the Theory of the Syntax*. Cambridge, Mass., MIT Press.

CORBILIN, F. (1983): "Défini et démonstratif dans la reprise immédiate", *Le Français moderne* 51. Paris, CILF-Hachette, pp. 118-133.

COURTINE, J. J. (1981): *Analyse du discours politique*, *Langages* 62, Paris, Larousse.

COURTINE, J. J. , MARANDIN, J.M. (1981): "Quel objet pour l'analyse du discours?" , *Materialités discursives*. Lille, Presses Universitaires, pp. 22-33.

CULIOLI, A. (1973): "Sur quelques contradictions en

linguistique", *Communications* 20. Paris, pp. 83-91.

DUBOIS, J. (1969): "Énoncé et énonciation", *Langages* 13. Paris, Didier-Larousse, pp. 100-110.

DUCROT, O. (1977): *Princípios de Semântica Lingüística*. (Dizer e Não Dizer). São Paulo, Cultrix. (1a. edição: 1972. Tradução: C. Vogt, R. Ilari & R. Attié Figueira.)

_____ (1984): "Esquisse d'une théorie polyphonique de l'énonciation", *Le dire et le dit*. Paris, Minuit.

FAUCONNIER, G. (1973): "Points de vue récents sur les rapports entre la logique et la grammaire", *Langages* 30. Paris, Didier-Larousse, pp. 20-31.

FILLMORE, C. (1977): "The case for case reopened", *Syntax and Semantics* 8. New York, Academic Press, pp. 59-81.

FOUCAULT, M. (1985): *La arqueología del saber*. México, Siglo XXI Editores. (1a. edição: 1969. Existe versão portuguesa: Rio de Janeiro, Forense, 1986.)

FUCHS, C. (1981): "Référenciation et paraphrase: variations sur une valeur aspectuelle", *DRLAV* 21. Paris, Centre de

Recherche de la Université de Paris VIII, pp. 32-41.

----- (1982a): **La paraphrase**. Paris, Presses Universitaires de France.

----- (1982b): "La paraphrase entre la langue et le discours", *Langue française* 53. Paris, Larousse, pp. 22-33.

----- (1987): "L'ambiguïté et la paraphrase en linguistique", *L'ambiguïté et la paraphrase*. Anais do Colóquio Homônimo de Caen 9-11/4/87, C. Fuchs (org.). Caen, Université de Caen.

FUCHS, C. & LE GOFFIC, P. (1983): "Ambiguïté, paraphrase et interprétation" (1a. parte), *Modèles linguistiques* V, 2. Lille, Presses Universitaires, pp. 109-136.

----- (1985): "Ambiguïté, paraphrase et interprétation" (2a. parte), *Modèles linguistiques* VII, 21. Lille, Presses Universitaires, pp. 27-51.

GADET, F. & HAK, T. (orgs) (1990): *Por uma Análise Automática do Discurso. Uma Introdução à Obra de Michel Pécheux*. Campinas, Editora da UNICAMP.

GARDIN, B. & MARCELLESI, J. B. (1974): **Introduction a la Sociolinguistique.** Paris, Larousse.

GOLDMAN, N. (1985): "Peuple/ peuples: Moreno et l'émancipation américaine (1810)", **Mots 11.** Paris, pp. 5-34.

_____ (1989): **El discurso como objeto de la historia.** Buenos Aires, Hachette.

GUILHAUMOU, J. & MALDIDIER, D. (1979): "Courte critique pour une longue histoire: analyse du discours ou les mal (leures) de l'analogie", **Dialectiques 26.** Paris, pp. 7-23.

_____ (1984): "Analyse discursive d'une journée révolutionnaire: 4 septembre 1793", **Cahiers de recherche sociologique, vol.2, 1..** Montreal, UQAM, pp. 137-158.

GUIMARÃES, E. R. (1987): **Texto e Argumentação. Um Estudo de Conjunções do Português.** Campinas, Pontes.

GUIMARÃES, E. R. & ORLANDI, E. P. (1988): "Unidade e Dispersão: uma Questão do Texto e do Sujeito", **Discurso e Leitura.** São Paulo, Cortez-Editora da UNICAMP, pp. 53-73.

HAROCHE, C. (1981): "L'ellipse (manque nécessaire) et l'incise (ajout contingent). Le statut de la détermination dans la

grammaire et son lien à la subjectivité", *Matérialités discursives*. Lille, Fresses Universitaires. pp. 149-154.

HAROCHE, C., HENRY, P. & PECHEUX, M. (1971): "La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours", *Langages* 24. Paris, Didier-Larousse, pp. 93-106.

HARRIS, Z. (1969): "Analyse du discours", *Langages* 13. Paris, Didier-Larousse, pp. 8-45. (1a. edição americana: 1952.)

_____ (1973): "Les deux systèmes de grammaires: prédicat et paraphrase", *Langages* 29. Paris, Didier-Larousse, pp. 55-81.

HENRY, P. E. (1975): "Constructions relatives et articulations discursives", *Langages* 37, Paris, Didier-Larousse, pp. 81-125.

_____ (1977): *Le mauvais outil. Langue, sujet et discours*. Paris, Klincksieck.

_____ (1984): "L'histoire n'existe pas", *Proceedings of the Third Meeting of Cheiron*. Roma, European Society for the History of the Behavioral and Social Sciences, pp. 55-81.

_____ (1989): *Notas de Conferência Proferida no Instituto de*

Estudos da Linguagem, UNICAMP, em setembro de 1989.

JAKOBSON, R. (1963): *Essais de linguistique générale..* Paris, Minuit.

KERBRAT-DRECCHIONI, C. (1983): *La Connotation.* Paris, Hachette.

LAKOFF, G. (1971) "On generative semantics", *Semantics.* Steinberg & Jakobovits, Cambridge, Un. Press, pp. 232-296

LEMOS, C. (1991) Notas de Conferência Proferida no Departamento de Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, a 10 de maio de 1991

LYONS, J. (1980): *Semântica.* Porto, Presença-Martins Fontes (1a. edição: 1977.)

MALDIDIER, L. & NORMAND, C. (1982): "Passer d'un discours a un autre: la contraction de texte", *Langue française* 53. Paris, Larousse, pp. 109-121.

MALDIDIER, L., NORMAND, C. & ROBIN, R. (1972): "Discours et idéologie: quelques bases pour une recherche", *Langue française* 15. Paris, Larousse, pp. 116-142.

MARANDIN, J. M. (1979): "Problèmes d'analyse du discours. Essai

de description du discours français sur la Chine". *Langages* 55. Paris, Larousse, pp. 17-88.

----- (1986): "Ce est un autre. L'interprétation anaphorique du syntagme démonstratif", *Langages* 81. Paris, Larousse, pp. 75-89.

----- (1988): "A propos de la notion de thème de discours. Elements d'analyse dans le récit", *Langue française* 78. Paris, Larousse, pp. 67-87.

MARCELLESI, J. B. (1976): "Analyse de discours a entrée lexicale. (Application a un corpus de 1924-1925)", *Langages* 10. Paris, Didier-Larousse, pp. 79-123.

MILNER, J. C. (1976): "Réflexions sur la référence", *Langue française* 30. Paris, Larousse, pp. 63-73.

----- (1983): *Les noms indistincts*. Paris, Editions du Seuil.

----- (1984): "La constitution du fait en Linguistique", F. Achard, M. P. Gruenais & D. Jaulin (orgs.), *Histoire et Linguistique*. Paris, Maison des Sciences de l'Homme, pp. 176-190.

MOLINO, J., SOUBLIN, F. & TAMINE, J. (1979): "Problèmes de la

métaphore", *Langages* 54. Paris, Didier-Larousse, pp. 5-40.

ORLANDI, E. (1981): "O sentido dominante: a literariedade como produto da história". Versão publicada nos *Anais do Encontro Nacional de Linguística*. Rio de Janeiro, PUC.

----- (1983): *A Linguagem e seu Funcionamento*. São Paulo, Brasiliense.

----- (1984): "Typologie du discours et règles de la conversation", *Langage et société* 29. Paris, Maison des Sciences de l'Homme, pp. 3-25.

----- (1988): *Discurso e Leitura*. São Paulo, Cortez-Editora da UNICAMP.

----- (1990): *Terra à Vista. Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo*. São Paulo, Cortez-Editora da UNICAMP.

FÉCHEUX, M. (1969): *Analyse automatique du discours*. Paris, Dunod. Há versão em português, veja GADET, F. & HAK, T. (orgs.), 1990.

----- (1981a): "Ouverture du colloque", *Matérialités discursives*. Lille, Presses Universitaires, pp. 15-18 .

----- (1981b): "L'étrange miroir de l'analyse du discours",
Langages 62. Paris, Larousse, pp. 5-8.

----- (1981c): "L'énoncé: enchâssement, articulation et dé-
liaison", Matérialités discursives. Lille, Presses
Universitaires, pp. 143-148.

----- (1982): "Sur la (dé-)construction des théories
linguistiques", DRLAV 27. Paris, Université de Paris VII,
pp. 1-24.

----- (1984a): "Sur les contextes épistémologiques de
l'analyse du discours", Mots 9, pp. 7-17.

----- (1984b): "Rôle de la mémoire", P. Achard, M. P. Gruenais
& D. Jaulin (orgs.), Histoire et Linguistique. Paris, Maison
des Sciences de l'Homme, pp. 261-267

----- (1988): Semântica e Discurso. Uma Critica à Afirmação
do Obvio. Campinas, Editora da UNICAMP. (1a.
edição: 1975. Tradução: E. Orlandi, L. Chacon, M. Corrêa e
S. Serrani.)

----- (1990a): "A Análise de Discurso: Três Epocas", Por

uma Análise Automática do Discurso, F. Gadet e T. Hak
(orgs.). Campinas, Editora da UNICAMP, pp. 311-318. (1a.
edição: 1983. Tradução: J. Romualdo.)

_____ (1990b): **O Discurso. Estrutura ou Acontecimento.**
Campinas, Fontes. (1a. edição: 1983. Tradução: E. Orlandi.)

PECHEUX, M. & FUCHS, C. (1975): "Mises au point et perspectives à
propos de l'analyse automatique du discours", **Langages** 37.
Paris, Didier-Larousse, pp. 7-80. Há tradução em
português: (1990) Campinas, Editora da UNICAMP. (Trad.
F. Cunha.)

PECHEUX, M. & GADET, F. (1981): **La langue introuvable.** Paris,
Maspero.

PROVOST-CHAUVEAU, G. (1971): "Problèmes théoriques et
méthodologiques en analyse du discours", **Langue française** 9.
Paris, Larousse, pp. 6-21.

SARTRE, J. P. (1968): **Lo Imaginario.** Buenos Aires, Losada.

SERCOVICH, A. (1977): **El discurso, el psiquismo y el registro
imaginario. Ensayos semióticos.** Buenos Aires, Nueva Visión.

SERRANI, S. M. (1984): **Funcionamentos Discursivos da**

Indeterminação na Linguagem. Tese de mestrado inédita.

Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP.

_____ (1986): "As Construções Indeterminadoras Enquanto Recortes Macrossintáticos do Discurso", **Série Estudos**

12. Uberaba, FIUBE, pp. 98-125.

_____ (1988): "Por una Política Plurilingüista y una Perspectiva Pragmático-Discursiva en la Pedagogia de Lenguas", **Política Lingüística na América Latina**, E. Orlandi (org.). Campinas, Pontes, pp. 179-191.

TODOROV, T. & DUCROT, O. (1977): **Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem**. São Paulo, Perspectiva. (1a. edição: 1972. Tradução: A. K. Miyashiro, J. Guinsburg e M. A. Leite de Barros.)

VOGT, C. (1977): **O Intervalo Semântico**. São Paulo, Atica.

_____ (1980): **Linguagem, Pragmática e Ideologia**. São Paulo, Hucitec-FUNCAMP.

_____ (1981): "Pour une pragmatique des représentations", **Semantikos 5**, Paris, The Semantikos Association.

B) Materiais Correspondentes ao Estudo das Condições de Produção da Polêmica Sobre o Espanhol Riopratense e Materiais Complementares

ALIMONDA, H. A. (1982): "Paz y Administración" - "Ordem e Progresso". (Expansão exportadora e Formas Políticas na Argentina, 1860-1916 e no Brasil, 1889-1930). Tese de Doutorado Apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CASTORIADIS, C. (1982): A Instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro, Paz e Terra. (1a. edição: 1975. Tradução: G. Reynaud.)

FERRARI, G. & GALLO, E. (Orgs.) (1980): La Argentina del Ochenta al Centenario. Buenos Aires, Sudamericana.

FONTANELLA DE WEINBERG, M. B. (1976): La lengua española fuera de España. Buenos Aires, Paidós.

FORD, A. & RIVERA, J. B. (1985): "Los medios masivos de comunicación en la Argentina" em Medios de comunicación y

cultura popular de A. Ford, J. B. Rivera & E. Romano. Buenos Aires, Sudamericana

GARCIA DRZA, C. (1980): "El ensayo. Juan B. Alberdi". Buenos Aires, Buenos Aires, Centro Editor de América Latina.

GONZALEZ, S., LEMOS, H., POSADAS, A. RIVAROLA, N. & SPERONI, M. (1969): El 80, vol. 2. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina.

GUARNIERI, J. C. (1978): El lenguaje Rioplatense. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental.

GUINCHARD, J. J. (1987): "Le national et le rationnel", Communications 45. Paris, Editions du Seuil, pp. 17-49.

HALPERIN DONGHI, T. (1982): Una nación para el desierto argentino. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina.

HOUAISS, A. (1986): "La pluralidad lingüística" em América Latina en su literatura. México, Siglo XXI Editores, pp. 41-52. (1a. edição do artigo em 1972).

JITRIK, N. (1982): El mundo del ochenta. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina.

KORN, F. & DE LA TORRE, L. (1980): "Constituir la unidad nacional 1880-1914", *La Argentina del Ochenta al Centenario*, G. Ferrari & E. Gallo (Orgs.). Buenos Aires, Sudamericana, pp. 585-594.

LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J. B. (1986) *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo, Martins Fontes.

MAGIS, C. (1986): "Unidad y diversidad del español" em *América Latina en sus ideas*. México, Siglo XXI Editores, pp. 467-499.

ONEGA, G. S. (1982): *La inmigración en la literatura argentina (1880-1910)*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina.

PANETTIERI, J. (1986): *Argentina: Historia de un país periférico. 1860-1914*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina.

PEREZ AMUCHASTEGUI, A. J. (1984): *Mentalidades Argentinas 1860-1930*. Buenos Aires, EUDEBA. (6a. edição).

PRIETO, A. (1980): "La generación del ochenta. Las ideas y el ensayo", *Historia de la literatura argentina*, vol.II. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina.

- _____ (1988): **El discurso criollista en la formación de la Argentina moderna.** Buenos Aires, Sudamericana.
- RAMA, A. (1982): "La narrativa en el conflicto de las culturas", **Argentina, hoy**, A. Rouquié (org.). Buenos Aires, Siglo XXI, pp. 249-279.
- REST, J. (1980): "Panorama del ensayo", **Historia de la literatura argentina**, vol. 1. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, pp. 97-120.
- RIVERA, J. B. (1980): "La forja del escritor profesional (1900-1930). Los escritores y los nuevos medios masivos I e II", **Historia de la literatura argentina**, vol. 3. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, pp. 337-384.
- RIVERA, J. B. & ROMANO, E. (1987): **Claves del periodismo argentino actual.** Buenos Aires, Tarso.
- ROMANO, E. (1983): **Sobre poesía popular argentina.** Buenos Aires, Centro Editor de América Latina.
- RUBIONE, A. V. E. (1983): "Estudio preliminar" em **En torno al criollismo.** Textos y polémica A.V. E. Rubione (org.). Buenos

Aires, Centro Editor de América Latina, pp.9-42.

SABATO, J. F. (1988): **La clase dominante en la Argentina moderna.**

Formación y características. Buenos Aires, CISEA/Grupo Editor Latinoamericano.

SARLO, B. (1979): "Prólogo" em Juan María Gutiérrez. **La**

literatura de mayo y otras páginas críticas. Colección

Capítulo, vol. 14. B. Sarlo (org.). Buenos Aires, Centro

Editor de América Latina, pp.I-VII.

SCARZANELLA, E. (1983): **Italiani d'Argentina. Storie di**

contadini, industriali e missionari italiani in Argentina,

1850-1912. Venezia, Marsilio.

SOUTHCOTT, C. (1987): "Au-delà de la conception politique de la

nation", **Communications 45.** Paris, Editions du Seuil, pp. 51-

67.

THOMPSON, E. P. (1987): "Prefácio", **A Formação da Classe**

Operária Inglesa, vol. 1. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 9-

14. (1a. edição: 1963. Tradução: D. Bottman)

VIDAL DE BATTINI, B. E. (1966): **El español de la Argentina.**

Estudio destinado a los maestros de las escuelas primarias.

Buenos Aires, Consejo Nacional de Educación.

WEINBERG, F. (1980): "La época de Rosas. El Romanticismo",

Historia de la literatura argentina , vol. 1. Buenos Aires,

Centro Editor de América Latina, pp. 217-240.

WEINBERG, G. (1980): "Nacimiento de la crítica. Juan María

Gutiérrez", **Historia de la literatura argentina, vol. 1.**

Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, pp. 289-312.

ZANETTI, S. (1967): "La 'prosa ligera' y la ironía: Cané y

Wilde", **Historia de la literatura argentina, vol. 2.**

Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, pp. 121-144.

ZANETTI, S. e PONTIERI, M. (1980): "El ensayo. Domingo F.

Sarmiento" **em Historia de la literatura argentina, vol. 1.**

Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, pp. 361-384.